

**RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO E  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS -  
EXERCÍCIO DE 2014  
APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A.**

---



# ÍNDICE

## RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

<b>1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b> .....	<b>6</b>
<b>2. ATIVIDADE PORTUÁRIA</b> .....	<b>8</b>
2.1. MOVIMENTO DE NAVIOS .....	8
2.2. MOVIMENTO DE MERCADORIAS .....	8
2.3. SETOR DAS PESCAS .....	15
<b>3. INVESTIMENTOS</b> .....	<b>16</b>
<b>4. CONCESSÕES</b> .....	<b>18</b>
4.1. EXISTENTES NA APA, S.A. ....	18
4.2. OUTRAS CONCESSÕES NA APA, S.A. ....	20
4.3. EXISTENTES NA APFF, S.A. ....	20
<b>5. SEGURANÇA NO PORTO</b> .....	<b>22</b>
5.1. PLANO DE EMERGÊNCIA INTERNO .....	22
5.2. INTERNATIONAL SHIP AND PORT FACILITY SECURITY CODE (ISPS) PLANO DE PROTEÇÃO DO PORTO .....	23
5.3. CONTROLO DO TRÁFEGO MARÍTIMO .....	24
5.4. SEGURANÇA E HIGIENE NO TRABALHO .....	24
<b>6. ÁREA DE DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS, RELAÇÕES EXTERNAS E COMUNICAÇÃO</b> .....	<b>26</b>
6.1. INICIATIVAS DE DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS DA APA, S.A. ....	26
6.2. INICIATIVAS DE PROMOÇÃO DO PORTO DE AVEIRO .....	26
6.3. COMUNICAÇÃO .....	28
<b>7. RECURSOS HUMANOS</b> .....	<b>30</b>
7.1. EVOLUÇÃO DO EFETIVO .....	30
7.2. HABILITAÇÕES LITERÁRIAS .....	30
7.3. ATIVOS POR ÁREAS OPERACIONAIS .....	31
7.4. ESCALÕES ETÁRIOS .....	31
7.5. ANTIGUIDADE .....	31
7.6. INDICADORES .....	32
<b>8. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA</b> .....	<b>36</b>
8.1. RESULTADOS .....	36

8.2. BALANÇO .....	40
8.3. INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS.....	42
<b>9. PERSPETIVAS FUTURAS.....</b>	<b>44</b>
<b>10. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS .....</b>	<b>46</b>
10.1. OBJETIVOS DE GESTÃO, PREVISTOS NO ARTIGO 38.º DO DECRETO-LEI N.º 133/2013, DE 3 DE OUTUBRO, DE FORMA QUANTIFICADA, E METAS A ATINGIR EM CONFORMIDADE COM O PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO APROVADO .....	49
10.2. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO, E CUMPRIMENTO DOS LIMITES MÁXIMOS DE ACRÉSCIMO DE ENDIVIDAMENTO, DEFINIDOS PARA 2014, NA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, APURADOS NOS TERMOS DAS ORIENTAÇÕES DO OFÍCIO-CIRCULAR DE INSTRUÇÕES PARA ELABORAÇÃO DOS IPG – 2014 .....	49
10.3. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES, EM CONFORMIDADE COM A RCM N.º 34/2008, DE 22 DE FEVEREIRO, COM A ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELO DESPACHO N.º 9870/2009, DE 13 DE ABRIL, E DIVULGAÇÃO DOS ATRASOS NOS PAGAMENTOS (“ARREARS”), CONFORME DEFINIDOS NO DECRETO-LEI N.º 65-A/2011, DE 17 DE MAIO, BEM COMO A ESTRATÉGIA ADOTADA PARA A SUA DIMINUIÇÃO .....	52
10.4. DILIGÊNCIAS TOMADAS E RESULTADOS OBTIDOS NO ÂMBITO DO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA EMITIDAS AQUANDO DA APROVAÇÃO DE CONTAS 2013.....	52
10.5. REMUNERAÇÕES.....	53
10.6. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ARTIGO 32.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO, CONFORME REPUBLICADO PELO DECRETO-LEI N.º 8/2012, DE 18 DE JANEIRO, NO QUE SE REFERE, DESIGNADAMENTE: .....	63
10.7. CONTRATAÇÃO PÚBLICA.....	63
10.8. MEDIDAS TOMADAS AO NÍVEL DA ADESAO DA EMPRESA AO SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS (SNCP) .....	65
10.9. MEDIDAS TOMADAS NO ÂMBITO DA FROTA AUTOMÓVEL RELATIVAMENTE ÀS ORIENTAÇÕES PREVISTAS NO N.º 4 DO ARTIGO 61.º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, COMPLEMENTADAS COM OS DESPACHOS N.º 1182/13-SET, DE 12 DE JUNHO (COMUNICADO ATRAVÉS DE OFÍCIO CIRCULAR N.º 4238, DE 1 DE JULHO) E DESPACHO N.º 1668/13-SET, DE 6 DE SETEMBRO (COMUNICADO ATRAVÉS DE OFÍCIO CIRCULAR N.º 7408, DE 2 DE DEZEMBRO) .....	66
10.10. QUANTIFICAR O IMPACTO DAS MEDIDAS DE REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS VIGENTES EM 2014, JUSTIFICANDO O EVENTUAL NÃO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES E OBJETIVOS DEFINIDOS. ATENTE-SE QUE, NO CASO DAS EMPRESAS COM EBITDA POSITIVO, A REDUÇÃO DO PESO DOS GASTOS OPERACIONAIS NO VOLUME DE NEGÓCIOS É AFERIDA FACE AO EXERCÍCIO ANTERIOR.....	67
10.11. CUMPRIMENTO DO PRINCÍPIO DE UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO, CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 123.º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO .....	70
10.12. DIVULGAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DIRIGIDAS À EMPRESA RESULTANTES DE AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS, BEM COMO DAS MEDIDAS TOMADAS PARA A SUA ADOÇÃO E O RESPECTIVO RESULTADO .....	71

10.13. QUADRO RELATIVO À INFORMAÇÃO QUE SE ENCONTRAVA DIVULGADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2014 NO SÍTIO DO SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO (SEE) .....	71
<b>11. PRÁTICAS DE BOA GOVERNAÇÃO SOCIETÁRIA .....</b>	<b>74</b>
11.1. APA, S.A. ....	74
11.2. APFF, S.A. ....	77
<b>12. NOTA FINAL .....</b>	<b>82</b>

## **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**



# 1. Mensagem do Conselho de Administração

O presente documento constitui o Relatório de Gestão Consolidado da APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A. (APA, S.A.) e da APFF - Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A. (APFF, S.A.), referente ao ano de 2014.

Trata-se de um documento que agrega as atividades realizadas pelo Grupo, formado pelas empresas APA, S.A. e APFF, S.A., proporcionando uma visão clara e objetiva da gestão das diferentes atividades, espelhando uma imagem verdadeira e apropriada do desempenho de 2014, como se de uma só entidade se tratasse.

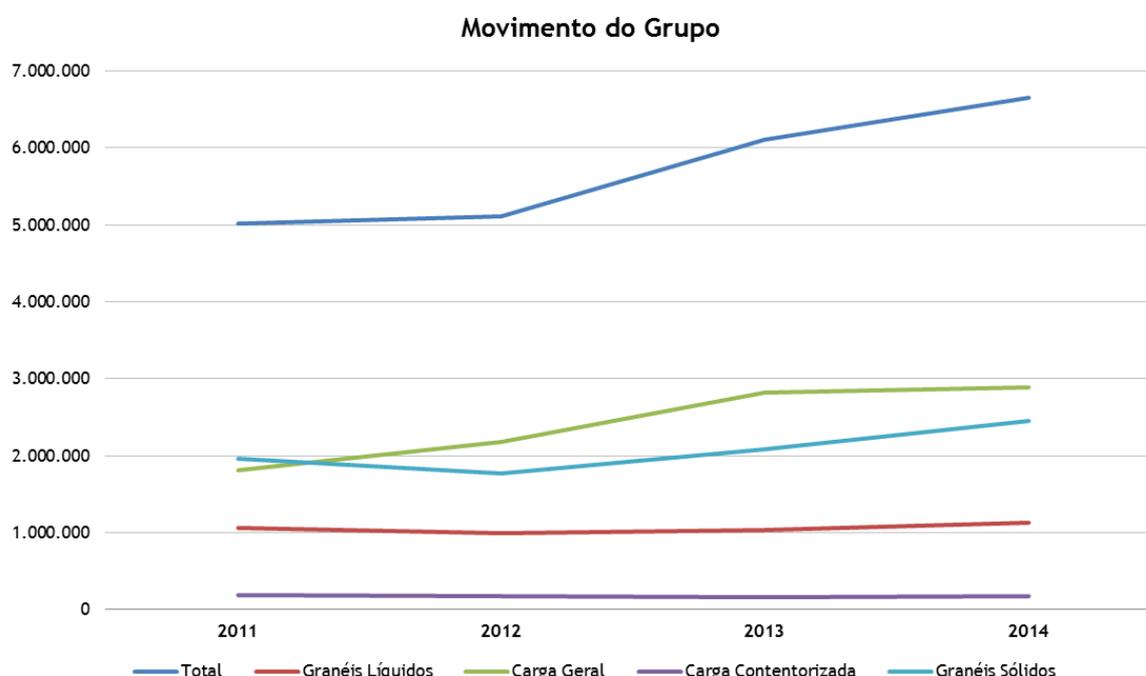
O presente documento inclui 13 capítulos dos quais destacamos: a atividade portuária (descreve o desempenho da atividade do Grupo em 2014), os investimentos realizados no ano, a análise económico-financeira do Grupo e o cumprimento das orientações legais, nos moldes solicitados pela Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTf).



## 2. Atividade Portuária

Em 2014, o movimento de mercadorias no Grupo ascendeu a 6.649 mil toneladas correspondendo a uma variação positiva de 8,91%, face a 2013.

A distribuição da carga movimentada no Grupo, em 2014, foi de 43,47% para a Carga Geral, 36,89% para os Graneis Sólidos, 17,01% para os Graneis Líquidos e 2,63% para a Carga Contentorizada.



### 2.1. Movimento de Navios

Em 2014, 1502 navios escalaram o porto de Aveiro e o porto da Figueira da Foz com uma arqueação bruta total de 5.977.420 GT. Face ao ano anterior, observa-se um aumento de 4,23% no número de navios e de 10,74% em termos de GT, o que implicou um aumento na arqueação média dos navios, que passou de 3.746 em 2013 para 3.980 em 2014.

### 2.2. Movimento de Mercadorias

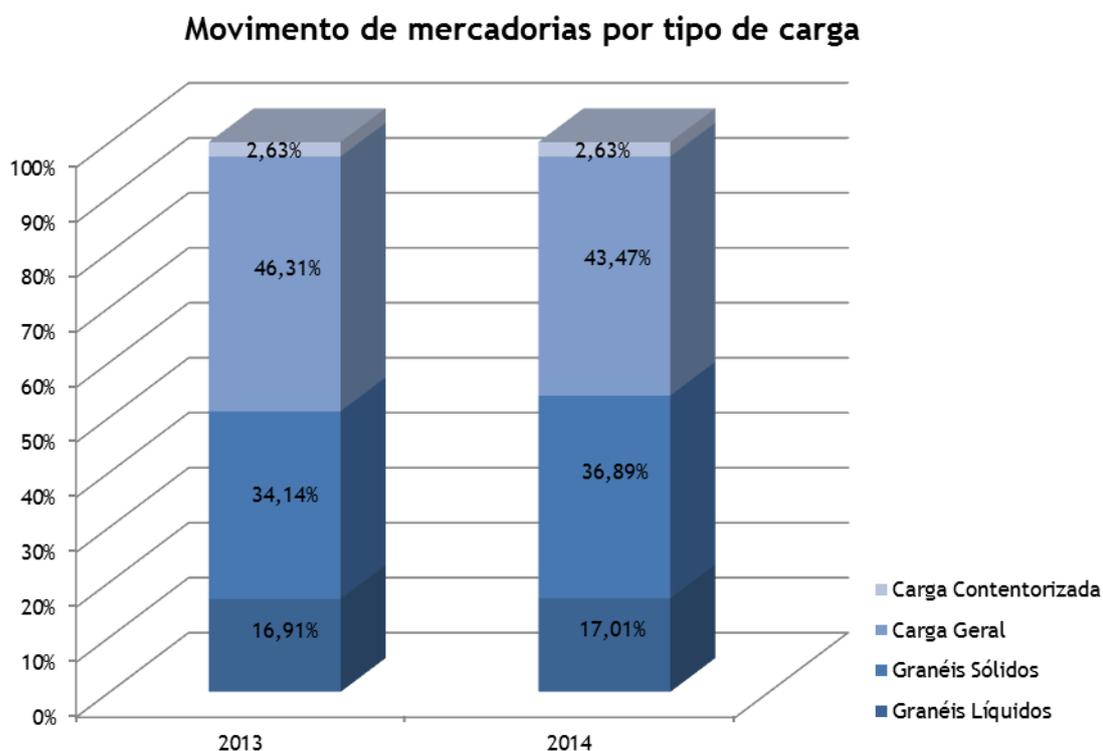
#### 2.2.1. Movimento de Mercadorias por Tipo de Carga

O movimento de mercadorias em 2014 totalizou 6.649 mil toneladas, representando um aumento de 544 mil toneladas face ao ano anterior, em que foram movimentadas 6.105 mil toneladas.

O quadro seguinte resume o movimento de mercadorias, por tipo de carga.

	Toneladas		
	2013	2014	Δ%14/13
<b>Total do Movimento Portuário</b>	<b>6.104.590</b>	<b>6.648.732</b>	<b>8,91%</b>
Carga Geral Fracionada	2.827.266	2.890.026	2,22%
Granéis Sólidos	2.084.378	2.452.588	17,67%
Granéis Líquidos	1.032.248	1.131.218	9,59%
Carga Contentorizada	160.697	174.900	8,84%

Relativamente à distribuição da movimentação global de mercadorias em 2014, segundo tipos de carga, em 2014, evidencia-se o tráfego de Carga Geral.



#### 2.2.1.1. Carga Geral Fracionada

O movimento global deste tipo de mercadoria, registou um aumento de 2,22%, face a 2013. As principais mercadorias que contribuíram para esta variação foram os cimentos (+208 mil toneladas) e as pastas químicas de madeira (+205 mil toneladas).

	Toneladas		
	2013	2014	Δ14/13
<b>Total de Carga Geral Fracionada</b>	<b>2.827.266</b>	<b>2.890.026</b>	<b>62.760</b>
Pastas químicas de madeira	712.682	917.328	204.646
Cimento ensacado/paletizado	550.612	758.588	207.976
Metais	936.503	482.601	-453.902
Madeira	459.368	479.816	20.448
Madeira Densificada	105.134	119.586	14.452
Outras Cargas Geral	62.966	132.107	69.141

### 2.2.1.2. Granéis Sólidos

O movimento deste tipo de carga registou um aumento de 15,88%, face a 2013. As principais mercadorias movimentadas em operações de Granéis Sólidos foram os desperdícios de madeira (493 mil toneladas), argilas (358 mil toneladas) e o cimento (252 mil toneladas).

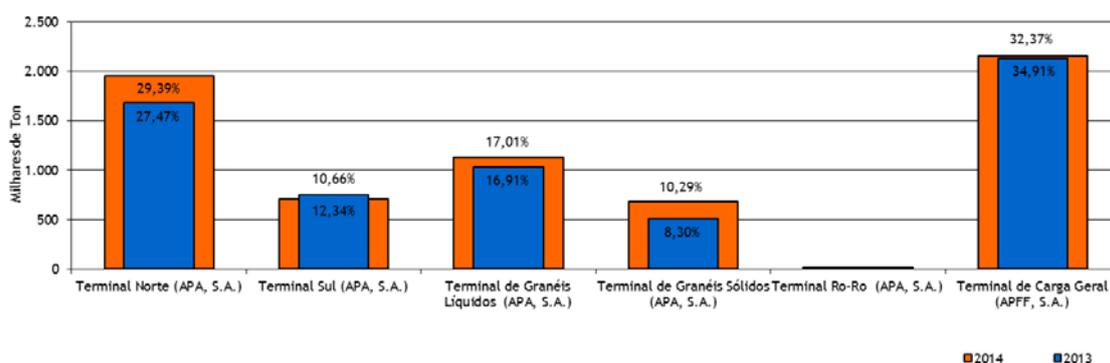
	Toneladas		
	2013	2014	Δ14/13
<b>Total de Granéis Sólidos</b>	<b>2.084.378</b>	<b>2.452.588</b>	<b>330.996</b>
Desperdícios de madeira	402.552	493.058	90.506
Argila / Outras argilas caulínicas	248.731	358.126	109.395
Cimento	251.896	252.147	251
Resíduos de vidro	285.814	236.940	-48.874
Milho	124.585	140.574	15.989
Coque	80.785	121.457	40.672
Clinquer	61.698	114.949	53.251
Carbonato	42.751	113.566	70.815
Caulino	75.984	91.662	15.678
Sais	47.597	90.770	43.173
Trigo	83.062	61.279	-21.783
Bagaços vegetais	39.955	60.635	20.680
Feldspato	50.868	55.431	4.564
Ureia	39.633	47.599	7.966
Arroz	27.787	25.069	-2.718
Farinhas	68.568	0	-68.568
Outros Granéis Sólidos	152.112	189.326	37.214

### 2.2.1.3. Granéis Líquidos

O movimento global deste tipo de mercadorias, registou um aumento de 9,59%, face ao movimento de 2013. O Gasóleo foi a mercadoria que mais contribuiu para esta variação positiva (+95 mil toneladas).

	Toneladas		
	2013	2014	Δ14/13
<b>Total de Granéis Líquidos</b>	<b>1.032.248</b>	<b>1.131.218</b>	<b>98.970</b>
Gasóleo	250.010	345.446	95.436
Cloreto de vinilo	196.228	166.187	-30.041
Isocianatos	121.416	134.549	13.133
Benzeno	109.580	126.565	16.985
Metanol	58.009	66.432	8.423
Gasolinas	49.667	63.547	13.880
Óleos	61.583	62.633	1.050
Biodiesel	59.989	55.035	-4.954
Hidróxido de sódio	51.976	46.899	-5.077
Anilina e seus sais	38.418	29.087	-9.331
Derivados nitrados	22.042	21.316	-726
Vinhos	12.280	0	-12.280
Outros Granéis Líquidos	1.050	13.522	12.472

### 2.2.2. Movimento de Mercadorias por Terminal



#### 2.2.2.1. Terminal Norte (APA, S.A.)

O Terminal Norte representa 29,39% do movimento global do Grupo, tendo-se verificado um aumento de 277 mil toneladas face ao ano anterior.

	Toneladas		
	2013	2014	Δ 14/13
<b>Total - Terminal Norte</b>	<b>1.677.110</b>	<b>1.953.962</b>	<b>276.852</b>
Carga Geral	1.001.096	1.306.121	305.025
Granéis Sólidos	676.014	647.841	-28.173

#### 2.2.2.2. Terminal Sul (APA, S.A.)

O Terminal Sul movimentou 709 mil toneladas, que corresponderam a 10,66% do movimento total do Grupo, apresentando uma diminuição de 45 mil toneladas relativamente a 2013.

	Toneladas		
	2013	2014	Δ 14/13
<b>Total - Terminal Sul</b>	<b>753.302</b>	<b>708.791</b>	<b>-44.511</b>
Carga Geral	512.807	389.796	-123.011
Granéis Sólidos	240.495	318.995	78.500

#### 2.2.2.3. Terminal de Granéis Líquidos (APA, S.A.)

No Terminal de Granéis Líquidos o movimento de mercadorias ascendeu a 1.131 mil toneladas, representando um aumento, face ao ano transato, de 99 mil toneladas.

	Toneladas		
	2013	2014	Δ 14/13
<b>Total - Terminal de Granéis Líquidos</b>	<b>1.032.248</b>	<b>1.131.218</b>	<b>98.970</b>
Granéis Líquidos	1.032.248	1.131.218	98.970

#### 2.2.2.4. Terminal de Granéis Sólidos (APA, S.A.)

No Terminal de Granéis Sólidos o movimento de mercadorias ascendeu a 684 mil toneladas, representando um aumento, face ao ano transato, de 178 mil toneladas.

	Toneladas		
	2013	2014	Δ 14/13
<b>Total - Terminal de Granéis Sólidos</b>	<b>506.388</b>	<b>684.185</b>	<b>177.797</b>
Granéis Sólidos	455.177	654.190	199.013
Carga Geral	51.211	29.995	-21.216

#### 2.2.2.5. Terminal de Contentores e Ro-Ro (APA, S.A.)

No Terminal de Contentores e Ro-Ro o movimento de mercadorias ascendeu a 18 mil toneladas, representando um aumento, face ao ano transato, de 13 mil toneladas.

	Toneladas		
	2013	2014	Δ 14/13
<b>Total - Terminal de Contentores e Ro-Ro</b>	<b>4.730</b>	<b>18.125</b>	<b>13.395</b>
Granéis Sólidos	4.655	11.194	6.539
Carga Geral	75	6.931	6.856

#### 2.2.2.5. Terminal de Carga Geral (APFF, S.A.)

No Terminal de Carga Geral o movimento de mercadorias ascendeu a 2.152 mil toneladas, representando 32,37% do movimento total, apresentando um crescimento, face ao ano transato, de 22 mil toneladas.

	Toneladas		
	2013	2014	Δ 14/13
<b>Total do Movimento Portuário</b>	<b>2.130.811</b>	<b>2.152.451</b>	<b>21.640</b>
Carga Geral Fracionada	1.262.077	1.157.185	-104.893
Granéis Sólidos	708.037	820.367	112.330
Carga Contentorizada	160.697	174.900	14.203

#### 2.2.3. Movimento de Mercadorias por Importações / Exportações

	Toneladas		
	2013	2014	Δ 14/13
<b>Total de Mercadorias Movimentadas</b>	<b>6.104.589</b>	<b>6.648.730</b>	<b>544.141</b>
Importações	2.953.200	3.042.277	89.077
Exportações	3.151.389	3.606.453	455.064

No quadro seguinte, são apresentadas as principais mercadorias importadas nos anos 2013 e 2014.

	Toneladas		
	2013	2014	Δ 14/13
<b>Total de Mercadorias Importadas</b>	<b>2.953.200</b>	<b>3.042.277</b>	<b>89.077</b>
Madeira	580.414	419.498	-160.916
Metais	366.301	399.564	33.263
Gasóleo	250.010	345.446	95.436
Resíduos de vidro	286.255	236.940	-49.315
Cloreto de vinilo	196.228	166.188	-30.040
Milho	124.586	147.134	22.548
Benzeno	109.580	126.565	16.985

	Toneladas		
	2013	2014	Δ 14/13
Coque	80.785	121.457	40.672
Carbonato dissódico	42.751	114.537	71.786
Metanol [álcool metílico]	58.009	66.432	8.423
Gasolinas	49.667	63.547	13.880
Óleos vegetais	61.583	62.632	1.049
Trigo	83.062	61.278	-21.784
Bagaços vegetais	39.955	59.041	19.086
Ureia	44.034	47.598	3.564
Hidróxido de sódio	51.976	46.899	-5.077
Cimentos	19.866	46.874	27.008
Farinhas	54.003	0	-54.003
Cevada	5.782	0	-5.782
Outros	448.354	510.647	62.293

Relativamente às exportações, verificou-se um aumento de 14,44%, face a 2013, sendo o cimento, pasta química de madeira e os desperdícios de madeira as principais mercadorias.

	Toneladas		
	2013	2014	Δ 14/13
<b>Total de Mercadorias Exportadas</b>	<b>3.151.389</b>	<b>3.606.453</b>	<b>455.064</b>
Cimentos	753.807	1.041.762	287.955
Pastas químicas de madeira	839.365	844.969	5.604
Desperdícios de madeira	417.410	410.015	-7.395
Argilas	202.329	297.069	94.740
Isocianatos	121.416	134.549	13.133
Papel e cartão	122.667	131.335	8.668
Madeira densificada	105.134	119.586	14.452
Clinquer	42.468	114.949	72.481
Madeira	132.269	89.870	-42.399
Metais	95.489	83.388	-12.101
Caulino	33.784	74.884	41.100
Biodiesel	59.989	55.034	-4.955
Anilina	38.418	29.087	-9.331
Outros	186.844	179.956	-6.888

## 2.3. Setor das Pescas

	2012		2013		2014	
	Carga (t)	N.º Navios	Carga (t)	N.º Navios	Carga (t)	N.º Navios
Porto de Pesca Costeira	18.520	—	19.510	—	13.886	—
Porto Pesca do Largo	8.322	11	7.354	11	8.097	13

### 2.3.1. Porto de Pesca Costeira (APA, S.A. e APFF, S.A.)

Este sector, vocacionado para a descarga, armazenagem e comercialização de pescado por embarcações de pequeno porte registou, em 2014, uma diminuição de 28,83%, face a 2013.

### 2.3.2. Porto de Pesca do Largo (APA, S.A.)

Este terminal serve armadores de pesca do largo e as indústrias do processamento do pescado instaladas na Gafanha da Nazaré, dispondo para isso de 17 pontes-cais.

Este terminal registou, em 2014, um aumento de 10,10% na carga total movimentada, face a 2013.

### 3. Investimentos

O montante de investimento executado pelo Grupo em 2014 ascendeu a **975 mil euros**, sendo que **482 mil euros** corresponderam à execução de **investimentos estruturais** e **493 mil euros** à execução de **investimentos funcionais**.

Dos principais projetos de investimento realizados em 2014, destacam-se os seguintes:

- a conclusão da **Melhoria das Acessibilidades Marítimas no Porto de Aveiro**, no montante de 466 mil euros. Este projeto teve início em dezembro de 2011, consistindo no prolongamento em 200 metros do molhe norte e no aprofundamento dos fundos do canal externo de acesso dos navios ao porto, à cota de -13,2m Z.H.. A realização deste investimento visa aumentar a dimensão dos navios que podem escalar o porto e reforçar as condições de segurança na realização das suas manobras de entrada e saída do porto.
- **Recuperação da Pavimentação no Cais Comercial do Porto da Figueira da Foz**, no montante total de 118 mil euros;
- **Reformulação da rede de drenagem de águas pluviais do Cais Comercial do Porto da Figueira da Foz**, no montante total de 55 mil euros; e
- **Substituição de tomadas no Cais Comercial do Porto da Figueira da Foz**, no montante de 42 mil euros.

Em conclusão, refira-se que do custo total de investimento realizado em 2014, 706 mil euros foram executados na APA, S.A. e 269 mil euros na APFF, S.A., 29% foram financiados por fundos comunitários e 71% por fundos próprios do Grupo.



## 4. Concessões

### 4.1. Existentes na APA, S.A.

#### 4.1.1. De Serviço Público

##### 4.1.1.1. Socarpor - Sociedade de Cargas e Descargas, S.A.

Durante o ano de 2014, assistiu-se a uma diminuição do movimento portuário no Terminal Sul, concessionado à empresa SOCARPOR - Sociedade de Cargas e Descargas, S.A., registando-se um decréscimo de 5,91% (ver informação identificada no ponto 2.2.2.2. - Movimento de Mercadorias por Terminal, deste documento).

##### 4.1.1.2. Tinita - Transportes e Reboques Marítimos, S.A.

A 29 de outubro de 2013, foi celebrado o *contrato de concessão da Prestação da Atividade de Reboque, em regime de serviço público no porto de Aveiro*, por um período de 5 anos, com a empresa Tinita - Transportes e Reboques Marítimos, S.A., que produziu efeitos a 1 de fevereiro de 2014.

A entrada em vigor deste contrato de concessão permitiu reforçar a frota de rebocadores ao dispor dos clientes do porto de Aveiro.

Designação	Número de Manobras	
	De 01.02.2014 a 31.12. 2014	
<b>Dimensão dos Navios</b>	<b>930</b>	
Menor que 115 metros	548	
Entre 115 e 125 metros	51	
Entre 125 e 135 metros	123	
Entre 135 metros e 150 metros	108	
Maiores que 150 metros	100	

#### 4.1.2. De Uso Privativo

##### 4.1.2.1. Socarpor - Sociedade de Cargas e Descargas (Aveiro), S.A.

Em 2014, o terminal de granéis alimentares, concessionado à empresa SOCARPOR - Sociedade de Cargas e Descargas (Aveiro), S.A., instalado no terminal de granéis sólidos do porto de Aveiro, movimentou 343.094 toneladas.

Esta instalação compreende 16 silos e respetivos equipamentos de carga/descarga, totalmente automatizados e em circuito fechado. A capacidade de armazenamento do terminal é de 60 mil toneladas.

Refira-se ainda que, com este terminal, a SOCARPOR fornece a região de Castela e Leão, utilizando para o efeito a ligação ferroviária, concluída em 2010.

#### **4.1.2.2. Navalria Docas, Construções e Reparações Navais, S.A.**

Em 2014, a Navalria, S.A. deu continuidade à atividade de reparação e construção naval.

#### **4.1.2.3. Docapesca - Portos e Lotas, S.A.**

Em 2014, a APA, S.A. e a Docapesca - Portos e Lotas, S.A. celebraram o contrato de concessão de instalações destinadas a atividades da pesca e serviços conexos no porto de pesca costeira de Aveiro, com efeitos a 1 de outubro de 2014.

#### **4.1.2.4. Prio Biocombustíveis, S.A.**

Em 2014, o estabelecimento industrial de produção de biodiesel, no terminal de granéis líquidos, movimentou de 128.914 toneladas.

#### **4.1.2.5. Prio Parques de Tanques de Aveiro, S.A.**

Em 2014, a Prio Energy, S.A. e a BP Portugal, S.A. movimentaram 360.761 toneladas.

#### **4.1.2.6. Pellets Power, Lda.**

Em 2014, a Pellets Power, Lda. movimentou nas suas instalações, no terminal norte do Porto de Aveiro um total de 100.286 toneladas.

#### **4.1.2.7. Enerpellets, S.A.**

Em 2014, a Enerpellets, S.A. movimentou 61.047 toneladas.

#### **4.1.2.8. SGPAMAG - Sociedade de Granéis Parque de Aveiro, Movimentação e Armazenagem de Granéis, S.A.**

Em 2014, a SGPAMAG, S.A. movimentou 188.148 toneladas. Refira-se que esta concessão de uso privativo, atribuída em 2010, inclui duas parcelas dominiais com uma área total de 49.725 m<sup>2</sup> no terminal de granéis líquidos.

#### **4.1.2.9. PPS - Produtos Petrolíferos, S.A.**

Em 2014, a PPS - Produtos Petrolíferos, S.A., deu continuidade à construção de um parque de receção de armazenagem, movimentação e expedição de combustíveis gasosos. A empresa iniciou a sua atividade nos primeiros meses de 2015.

## 4.2. Outras Concessões na APA, S.A.

### 4.2.1. Plataforma Logística de Aveiro - Pólo de CACIA

A Plataforma Logística Portuária de Aveiro - Pólo de CACIA iniciou a sua exploração efetiva no início de 2010, tendo sido efetuados vários movimentos de mercadorias com especial destaque para o cimento ensacado e o aglomerado de madeira. De salientar que esta plataforma logística visa assegurar o encaminhamento eficiente das mercadorias com origem e destino no porto de Aveiro, assim como contribuir para um alargamento do seu *hinterland* natural até Espanha.

Em 2014 destacamos, o significativo aumento na utilização da ligação ferroviária ao porto de Aveiro. Com efeito, no quarto ano de exploração da ferrovia, registou-se um crescimento de 2,36% face ao ano anterior, com uma movimentação de 689 mil toneladas, representando cerca de 29,91% de carga total exportada.

## 4.3. Existentes na APFF, S.A.

### 4.3.2. De Uso Privativo

#### 4.3.2.1. Docapesca - Portos e Lotas, S.A.

Em 2014, a APFF, S.A. e a Docapesca - Portos e Lotas, S.A. celebraram o contrato de concessão de instalações destinadas a atividades da pesca e serviços conexos no porto de pesca costeira da Figueira do Foz, com efeitos a 1 de outubro de 2014.



## 5. Segurança no Porto

### 5.1. Plano de Emergência Interno

#### 5.1.1. APA, S.A.

O Plano de Emergência Interno da APA, S.A. está acessível numa plataforma eletrónica *on-line* com permissões de acesso para os utilizadores, permitindo fornecer um conjunto de diretrizes e informações que visam a adoção de procedimentos lógicos, técnicos e administrativos, estruturados de forma a dar resposta rápida e eficiente em situações de emergência. A plataforma *on-line*, composta por vários módulos, facilita a gestão de emergência, permitindo uma gestão mais eficaz.

No dia 28 de setembro de 2014 realizou-se um exercício interno de combate à poluição realizado no Porto de Pesca Costeira, onde foram testados diversos equipamentos de recolha de hidrocarbonetos, bem como estabelecida a colocação de várias quarteladas de barreira insuflável de contenção de derrames. Esta operação contou com a equipa do núcleo de combates a derrames da APA, S.A. tendo sido utilizadas várias embarcações de combate à poluição para o efeito.

No dia 18 de novembro de 2014 foi realizado um exercício conjunto com a empresa Cires, que teve como principais objetivos testar a operacionalidade do Plano de Emergência Interno da Instalação Portuária de Receção (IPR) da Cires, e do *pipeline* que movimenta o produto cloreto de vinilo, entre as instalações desta empresa no Terminal de Granéis Líquidos do Porto de Aveiro e as suas instalações no complexo industrial de Estarreja, bem como testar e avaliar a operacionalidade do Plano de Emergência Interno do Porto de Aveiro. O exercício teve a participação para além da empresa Cires, da Administração do Porto de Aveiro S.A., da Autoridade Marítima, do Serviço Municipal de Proteção Civil da Câmara Municipal de Ílhavo e a da empresa Tinita-Transporte e Reboques Marítimos, S.A..

O exercício seguiu o guião estabelecido tendo como base a simulação de uma fuga do produto cloreto de vinilo na caixa n.º 1 do *pipeline*. Após o alerta da Cires foram ativados todos os meios de socorro previstos no Plano de Emergência Interna da Cires e ativado o Plano de Emergência Interna da APA, S.A., tendo os representantes das entidades com responsabilidade na resposta à emergência comparecido na sala de crise no edifício da sede da APA, S.A..

A escolha da localização do incidente, de difícil acesso às equipas de intervenção, permitiu testar de uma forma real as dificuldades das equipas no terreno. No final foi constatado por

todas as entidades a importância da realização deste tipo de exercícios que permitem aferir os procedimentos operacionais em vigor e melhorá-los de acordo com as propostas de melhoria, refletidas no relatório final.

#### 5.1.2. APFF, S.A.

A política de segurança existente no porto da Figueira da Foz, com base no respetivo Plano de Emergência Interno, promove a prevenção de acidentes graves, preparando uma equipa de colaboradores de modo a assegurar uma primeira intervenção com o objetivo principal de reduzir o risco de acidente grave envolvendo substâncias perigosas que de alguma forma possam afetar pessoas, zonas ambientais sensíveis e vias de comunicação.

### 5.2. *International Ship and Port Facility Security Code (ISPS) Plano de Proteção do Porto*

#### 5.2.1. APA, S.A.

No âmbito do Decreto-Lei n.º 226/2006, de 15 de novembro, foi realizado um exercício de proteção no dia 11 de julho de 2014, tendo envolvido todos os elementos do Centro Coordenador de Operações de Proteção do Porto (CCOPP).

O exercício teve a tipologia de Exercício de Posto de Comando.

No exercício, estiveram envolvidas para além das entidades e forças de segurança que constituem o CCOPP, os oficiais de proteção das instalações portuárias certificadas no âmbito do código ISPS e a Autoridade Competente para a Proteção do Transporte Marítimo e dos Portos.

#### 5.2.2. APFF, S.A.

No seguimento da aplicação das medidas destinadas a reforçar a proteção dos navios utilizados no tráfego internacional e nacional e das instalações portuárias conexas, face às ameaças ilícitas intencionais e ao terrorismo, foi elaborada e aprovado durante o ano de 2010, o Plano de Proteção do porto da Figueira da Foz, englobando todas as instalações e infraestruturas do porto.

Iniciou-se em 2014 o processo de revisão do Plano de Proteção do Porto, respeitando os prazos legais em vigor, com a revisão da respetiva Avaliação de Proteção, que terminará em 2015, seguindo-se então processo idêntico relativamente ao Plano de Proteção, sendo expectável que todo o processo seja terminado em 2015.

O Plano de Proteção da instalação portuária "*Cais Comercial e Terminal de Granéis Sólidos*", foi consolidado em 2011, tendo o respetivo processo de aprovação, pela Autoridade Competente para a Proteção do Transporte Marítimo e Portos, ficado concluído no primeiro trimestre de 2012.

Foram realizadas diversas ações de treino no âmbito do Plano de Proteção da instalação portuária, tendo em vista a preparação dos elementos da Equipa de Intervenção, composta por colaboradores pertencentes aos Serviços de Exploração e Manutenção bem como à empresa contratada para prestação de serviços de Vigilância e Segurança.

### 5.3. Controlo do Tráfego Marítimo

#### 5.3.1. APA, S.A.

O Centro de Controlo de Tráfego Marítimo do porto de Aveiro, inaugurado em julho de 2008, e a funcionar 24 horas por dia, sete dias por semana, é o órgão operacional do *Vessel Traffic Service* (VTS) o qual tem por missão garantir a troca de informação necessária no âmbito da segurança do porto. O serviço VTS, colaborando diretamente com o Departamento de Pilotagem, monitoriza permanentemente todas as embarcações e navios que demandam o porto de Aveiro.

#### 5.3.2. APFF, S.A.

Os serviços prestados no âmbito da segurança da navegação dos navios e embarcações que demandam o porto, embora centralizados na estação de Controlo Costeiro de Paço d'Arcos, utilizando para o efeito duas torres de *Vessel Traffic Service* (VTS) portuário, situadas em área de jurisdição portuária, têm-se revelado de grande utilidade, sobretudo pela disponibilização 24h/7dias por semana, de informação essencial à navegação, apoiando significativamente os Serviços de Pilotagem. Com a recente instalação de novo equipamento radar no edifício de Pilotagem, tornou-se possível concretizar a disponibilização local de informação VTS e *Automatic Identification System* (AIS), encontrando-se o processo em fase final de implementação, ambicionando-se ainda poder vir a disponibilizar brevemente uma componente de "*shore based pilotage*", essencial para a prática de navegação noturna.

### 5.4. Segurança e Higiene no Trabalho

#### 5.4.1. APA, S.A.

Em 21 de agosto de 2014, foi constituída a Comissão de Segurança e Saúde no Trabalho do Porto de Aveiro. Nesta Comissão estão representados os principais intervenientes na operação dos terminais, tendo sido estabelecidas reuniões regulares e apresentados os seguintes objetivos principais:

- Dar seguimento ao preconizado na Lei n.º 3/2014, de 28 de janeiro;
- Monitorizar a gestão da prevenção nas instalações portuárias; e
- Agilizar procedimentos, entre todas as entidades, por forma a efetivar a implementação de boas práticas na SST nos terminais do Porto de Aveiro.

Do trabalho efetuado durante o ano de 2014 foi delineado um novo Plano de Circulação para o Terminal Norte e Terminal de Contentores e Ro-Ro, cuja conclusão se prevê ocorrer durante o ano 2015.

#### 5.4.2. APFF, S.A.

No ano de 2014, deu-se continuidade ao processo de progressiva substituição de alguns equipamentos de proteção individual, os quais demonstraram uma maior eficácia e conforto na utilização nas diversas tarefas desempenhadas pelos colaboradores da APFF, S.A., em especial pelos colaboradores dos Serviços de Exploração.

Foi terminado em 2014 o concurso da empreitada de melhoria das condições de trabalho e operação no edifício de funcionamento do Departamento de Pilotagem, com resultado bastante satisfatório, atingindo-se os objetivos propostos. Seguir-se-á, em 2015, uma intervenção complementar em algumas áreas interiores ainda não intervencionadas. O futuro edifício irá albergar os serviços de apoio ao Trem Naval.

## 6. Área de Desenvolvimento de Negócios, Relações Externas e Comunicação

### 6.1. Iniciativas de Desenvolvimento de Negócios da APA, S.A.

Em 2014 foram contactados armadores de diversos segmentos do *Shipping* nomeadamente contentores, Ro-Ro e graneleiros. De igual modo foi efetuado o acompanhamento da entrada de um novo operador portuário no Porto de Aveiro. Foi dado continuidade ao acompanhamento da cadeia logística dos clientes da indústria petroquímica para uma solução adequada de transporte ferroviário, desde o terminal de granéis líquidos do Porto de Aveiro até Salamanca (Espanha), estando também envolvidos parceiros espanhóis. Em 2014 foram, ainda, tomadas iniciativas com o intuito de encontrar uma nova oportunidade, para a Plataforma Logística de Cacia. Deu-se, igualmente, continuidade à promoção da Zona de Atividades Logísticas e Industriais Marítima (ZALIM). Por fim foram desenvolvidos contatos com diversos operadores logísticos interessados em estabelecer relações comerciais com o Porto de Aveiro.

### 6.2. Iniciativas de Promoção do Porto de Aveiro

#### Assinatura Protocolo APA / ENAPORT S. Tomé, 6 de março

A APA, S.A. e a ENAPORT - Empresa Nacional de Administração dos Portos de São Tomé e Príncipe, assinaram um protocolo com o objetivo de ambas as entidades contribuírem para a partilha e troca recíproca de informação, conhecimento e experiências.

#### Seminário “Regulamentação do Setor Marítimo Portuário”, 3 de abril

A APA, S.A. patrocinou o seminário, organizado pelo Conselho Português de Carregadores, subordinado ao tema “Regulamentação do Setor Marítimo Portuário”, tendo sido uma excelente forma de promoção do porto perante uma assembleia com interesses direcionados para o setor dos transportes.

#### Comemoração do dia do porto de Aveiro, 3 de abril

A efeméride foi celebrada no dia 3 de abril com um concerto musical, no Centro Cultural da Gafanha da Nazaré, tendo sido a Comunidade Portuária de Aveiro (CPA) a coordenadora e promotora do evento em parceria com a APA, S.A. e o parceiro institucional Câmara Municipal de Ílhavo. O concerto comemorativo do dia do porto de Aveiro contou com a atuação de Marta Ren com o seu último projeto denominado “*Summer’s Gone*”. Estiveram presentes cerca de 200 espetadores.

#### **Visita Comitativa Dinamarquesa, 28 de abril**

A APA, S.A. recebeu o dia 28 de abril de 2014, uma comitiva de representantes dos portos Dinamarqueses. Nesta visita, que contemplou todos os terminais do porto de Aveiro, foi possível transmitir uma perspetiva geral de todas as indústrias/*clusters* transversais ao Porto de Aveiro.

#### **Conferência Europeia de *Short Sea Shipping* (SSS) 2014, 12 e 13 de maio**

A APA, S.A. patrocinou a realização da Conferência Europeia de SSS 2014, realizada nos dias 12 e 13 de maio de 2014, na Gare Marítima de Alcântara, em Lisboa, organizada pela APTMCD - Associação Portuguesa de Transporte Marítimo de Curta Distância.

#### **Fórum do Mar 2014, de 28 a 30 de maio, na Exponor, Matosinhos**

A APA, S.A., a CPA, a CIRA - Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, o GAC- Grupo de Ação Costeira e Câmara Municipal de Ílhavo, a Universidade de Aveiro e o ISCIA - Instituto Superior das Ciências da Informação e da Administração estiveram presentes, na edição de 2014 do Fórum do Mar, com um *stand* de promoção da região de Aveiro.

#### **Assinatura de Protocolo para " Criação de um Grupo de Interesses para a Promoção do Corredor Atlântico da RTE-T no âmbito da Península Ibérica", 18 de julho, no edifício da antiga Capitania do Porto de Aveiro**

A APA, S.A., em conjunto com outras dez entidades, entre as quais cinco Câmaras Municipais portuguesas (Aveiro, Coimbra, Figueira da Foz, Guarda e Viseu), três espanholas (Ciudad Rodrigo, Salamanca e Valladolid), a CYLOG - Castilla y León Logística e a APDL, S.A. assinaram, no dia 18 de Julho de 2014, em Aveiro, um protocolo com vista à promoção do Corredor Atlântico da RTE-T no âmbito da Península Ibérica.

#### **17.º Congresso de Logística da Associação Portuguesa de Logística (APLOG) com o tema "Next Generation Supply Chains & Logistics: What are the European Challenges", 29 e 30 de outubro no Centro de Congressos de Lisboa**

A APA, S.A. patrocinou o 17.º Congresso da APLOG que, nesta edição, acolheu o EUROLOG 2014 - Congresso Europeu de Logística. O congresso focou temas como as novas tendências e estratégias para o setor da logística a nível europeu bem como exemplos de boas práticas e formulação de recomendações específicas de desempenho.

#### **4º Fórum Empresarial da Região de Aveiro - "Portugal 2020 e os desafios das PME", 7 de novembro no Cineteatro ALBA em Albergaria-a-Velha**

A APA, S.A. patrocinou, em conjunto com a CPA, o 4º Fórum Empresarial da Região de Aveiro, subordinado ao tema "Portugal 2020 e os desafios das PME". Este fórum revelou-se de extrema importância na promoção do porto de Aveiro e da CPA dado estar direcionado para um grande número de agentes económicos da região de Aveiro.

## 6.3. Comunicação

### 6.3.1. APA, S.A.

Em 2014 manteve-se a política assumida pelo Conselho de Administração, de divulgação regular de notícias referentes ao porto de Aveiro nos mais diversos suportes.

Tal difusão passou a fazer-se através de novo portal *web* e também através de *newsletters* eletrónicas difundidas para vários milhares de cibernautas.

Em 2014 foram difundidas 27 *webletters* editáveis, no que reporta à APA, S.A., havendo a registar mais 32 *webletters* editáveis enviadas pelo portal da Comunidade Portuária de Aveiro (CPA), recurso a cargo do gabinete de comunicação da APA, S.A..

A interpenetração com as redes sociais é outro pormenor a ressaltar, através da publicação/replicação de conteúdos no *Facebook*, *Twitter*, *Slideshare*, *History Pin* e *Youtube*.

De registar também a criação de um espaço da APA, S.A. no FLICKR, com 694 fotos repartidas por 13 álbuns, passando, desta forma, as fotografias do acervo da empresa a disporem de uma plataforma mais apelativa e muito popular, atendendo aos milhões de visitas que recebe diariamente.

Procedeu-se à atualização de fotografias e vídeos do Porto de Aveiro, recorrendo quer aos meios tradicionais, quer à utilização de um *drone*, tendo este captado centenas de fotos e algumas dezenas de vídeos que se encontram a ser publicados nas ferramentas *web* da empresa. Através da utilização deste recurso, o Porto de Aveiro evidenciou uma vez mais o seu pioneirismo no que reporta à produção de conteúdos tendentes a uma difusão mediática.

O Porto de Aveiro, pioneiro das administrações portuárias portuguesas no *Youtube* oferece aos cibernautas um conjunto assinalável de vídeos, das maiores ofertas no panorama das empresas públicas portuguesas, com um registo de 674 vídeos publicados a 31.12.2014.

Desta forma, prosseguiu-se com a política encetada há vários anos e que consiste em manter presença regular nos meios de comunicação social ditos “tradicionais”. Sem um relato exaustivo, destacamos os suplementos publicados no “Diário de Aveiro” e o programa quinzenal “Porto de Encontro”, emitido pela “Rádio Terra Nova”, para além da participação noutros produtos da imprensa escrita (suplementos, cadernos especiais, edições especiais, etc.).

A redação de *press releases*, de textos para intervenções várias foi outra das atividades desenvolvidas, bem como o apoio prestado aos *media*, quer através da canalização de dados

solicitados, quer, e significativamente, através do fornecimento de fotografias atuais do porto de Aveiro (terrestres e aéreas). O mesmo vale para a cedência de fotografia e cartografia do arquivo histórico-documental do porto de Aveiro, quer para fins académicos, quer para propósitos de investigação científica ou ainda para integrarem iniciativas promovidas por entidades terceiras, como sejam exposições em sala.

A colaboração com os gabinetes de comunicação governamentais, instituições académicas e empresas, associações de diversa índole, sempre que solicitada, integra também o leque de atividades do gabinete de comunicação da APA, S.A.. Procedeu-se, diariamente, à monitorização dos conteúdos publicados sobre o porto de Aveiro nos mais diversos suportes mediáticos, quer através dos recursos possibilitados pela *Cision*, quer através de alertas específicos da *Google*, ainda em buscas dirigidas na *web* e consulta de publicações em formato papel.

### 6.3.2. APFF, S.A.

A difusão de notícias para a comunidade portuária e público em geral continuou, em 2014, a efetuar-se com regularidade, através de novo portal *web*, lançado em 2013 que substituiu o existente desde 2009, e também através de *newsletters* eletrónicas difundidas para vários milhares de cibernautas.

Foram dezenas as notícias publicadas, espelhando a atividade do porto da Figueira da Foz. Difundiram-se 24 *newsletters* eletrónicas, mais duas do que no ano anterior.

A exemplo do sucedido em 2013, registamos como negativo, do ponto de vista comunicacional, a não realização de mais uma edição da Regata dos Portos do Centro, iniciativa meritória na substância e que, do ponto de vista do contato com a comunidade, contribuía para a publicação de várias notícias, *webletters* e vídeos no canal do Porto da Figueira da Foz no *Youtube*.

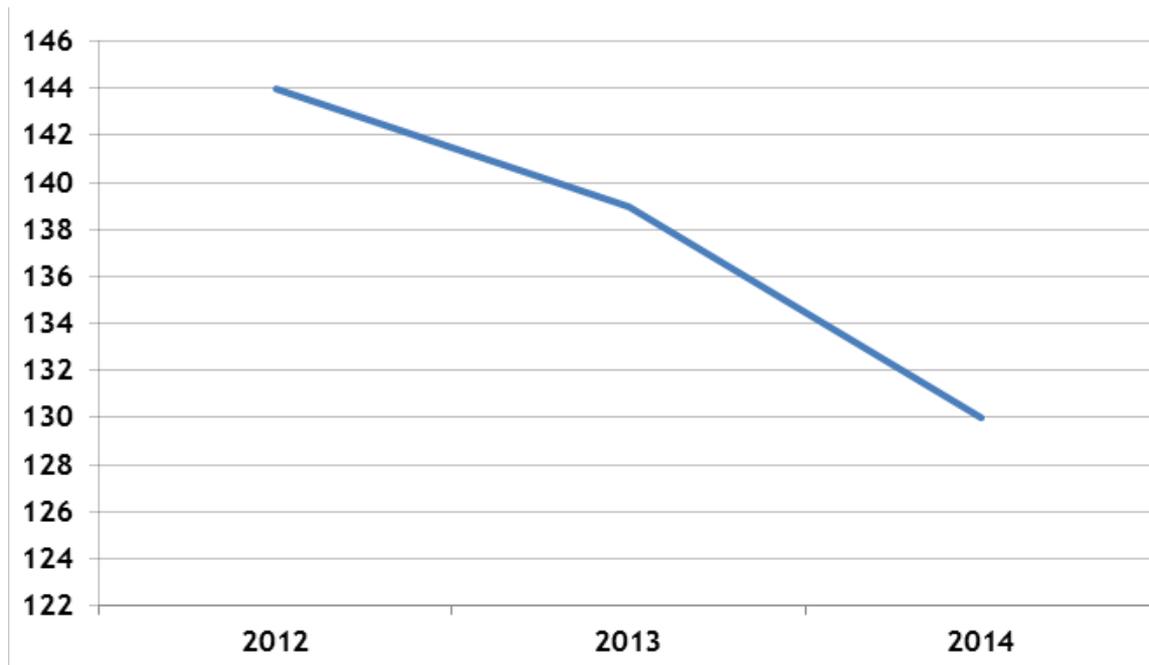
Realça-se ainda a presença do Porto da Figueira da Foz nas redes sociais: *Facebook*, com 497 gostos, *Twitter*, com 136 seguidores, *Slideshare*, com 4 apresentações partilhadas, e *Youtube* com 141 vídeos visualizados 26.851 vezes. Durante o ano 2014, verificou-se também a adesão ao *FLIRCKR*, com a partilha de 199 fotografias repartidas em 4 álbuns.

A divulgação deste vasto conjunto de material fotográfico insere-se numa política há anos seguida, de ligação à cidade que acolhe a estrutura portuária, servindo também como mais um instrumento de divulgação para o exterior das potencialidades da Figueira da Foz.

## 7. Recursos Humanos

### 7.1. Evolução do Efetivo

Atualmente o efetivo do Grupo é constituído por 130 colaboradores, dos quais 96 estão na APA, S.A. e 34 na APFF, S.A..



### 7.2. Habilitações Literárias

No que concerne ao nível habilitacional dos Recursos Humanos, denota-se uma elevada prevalência de colaboradores habilitados com o 3.º ciclo do ensino básico (29,23%) seguido, com igual peso, colaboradores habilitados com ensino secundário e ensino superior universitário (22,31%).

Habilitações Literárias	N.º de Trabalhadores	
	2013	2014
	139	130
1.º Ciclo do ensino básico	13	11
2.º Ciclo do ensino básico	17	17
3.º Ciclo do ensino básico	42	38
Ensino secundário	30	29
Ensino superior politécnico	3	3
Ensino superior universitário	30	29
Outros	4	3

### 7.3. Ativos por Áreas Operacionais

No que concerne à distribuição dos efetivos por áreas operacionais destacam-se a Direção de Coordenação Portuária com 63,85%.

	N.º de Trabalhadores	
	2013	2014
<b>Total de Trabalhadores</b>	<b>139</b>	<b>130</b>
<i>Top - Management</i>	3	2
Apoio à Administração	3	3
Gabinete Jurídico	1	1
Gabinete da Estratégia	2	2
Área de Desenvolvimento do Negócio	1	0
<b>Direção de Coordenação Portuária</b>	<b>87</b>	<b>83</b>
Direção de Gestão de Espaços, Ambiente e Infraestruturas	19	17
Direção Financeira e de Desenvolvimento	23	22

### 7.4. Escalões Etários

De realçar que à semelhança dos dois últimos anos, o escalão etário com maior número de efetivos continua a ser o que compreende as idades de 50 a 54 anos.

	N.º de Trabalhadores			
	2013		2014	
<b>Total</b>	<b>139</b>	<b>100,00%</b>	<b>130</b>	<b>100,00%</b>
Até aos 24 anos	0	0,00%	0	0,00%
De 25 a 29 anos	2	1,44%	2	1,54%
De 30 a 34 anos	0	0,00%	0	0,00%
De 35 a 39 anos	7	5,04%	5	3,85%
De 40 a 44 anos	18	12,95%	12	9,23%
De 45 a 49 anos	31	22,30%	25	19,23%
<b>De 50 a 54 anos</b>	<b>53</b>	<b>38,13%</b>	<b>57</b>	<b>43,85%</b>
De 55 a 59 anos	23	16,55%	25	19,23%
De 60 a 61 anos	2	1,44%	1	0,77%
De 62 a 64 anos	3	2,16%	3	2,31%
Mais de 65 anos	0	0,00%	0	0,00%

### 7.5. Antiguidade

No que concerne ao nível de antiguidade, é notória a elevada concentração de efetivos/as nos últimos escalões, ou seja mais de 15 anos de antiguidade, representando 78,46% do total de colaboradores.

	N.º de Trabalhadores	
	2013	2014
<b>Total</b>	<b>139</b>	<b>130</b>
Até 1 ano	0	0
Mais de 1 ano até 2 anos	1	0
Mais de 2 anos até 5 anos	2	3
Mais de 5 anos até 10 anos	6	5
Mais de 10 anos até 15 anos	27	20
Mais de 15 anos até 20 anos	9	14
Mais de 20 anos até 25 anos	47	43
Mais de 25 anos até 30 anos	35	32
Mais de 30 anos	12	13

## 7.6. Indicadores

### 7.6.1. Trabalho e Absentismo

Indicadores	N.º de Trabalhadores	
	2013	2014
1. Efetivo (n.º de trabalhadores)	139	130
2. Potencial Máximo anual (horas trabalháveis)	297.564	288.106
3. Trabalho Extraordinário (horas suplementares)	1.489	1.465
4. Absentismo (horas de ausência)	5.007	6.573
<b>6. Horas Efetivamente Trabalhadas (2+3-4)</b>	<b>294.046</b>	<b>282.998</b>
<b>7. Horas Trabalhadas /Efetivo (6:1)</b>	<b>2.115</b>	<b>2.177</b>
<b>8. Taxa de Absentismo (4:2x100)</b>	<b>1,68%</b>	<b>2,28%</b>
<b>9. Taxa de Trabalho Extraordinário (3:2x100)</b>	<b>0,50%</b>	<b>0,51%</b>

Em 2014, o número de horas de ausência, atingiu as 6.573, tal como discrimina o quadro em baixo.

Motivos de ausência	N.º de horas	
	2013	2014
<b>Total</b>	<b>5.007</b>	<b>6.573</b>
Acidente de trabalho	1.892	1.570
Doença	1.426	4.754
Assistência inadiável	23	20
Maternidade / Paternidade	1.356	0
Suspensões Disciplinares	0	0
Outras Causas	310	229

### 7.6.2. Formação com o Pessoal

A evolução do total de horas de formação, em 2014, caracteriza-se da seguinte forma.

	2013	2014
Número total de horas de ação de formação	2.165	1.353
Número de ações	54	51
Número de formandos	157	95

### 7.6.3. Produtividade

	2013	2014
Toneladas Movimentadas (1)	6.104.590	6.648.731
Horas trabalháveis (2)	297.564	288.106
Produtividade (1)/(2)	20,52	23,08

### 7.6.4. Gastos com o Pessoal

Indicadores	2013	2014
1. Gastos com o Pessoal	6.478.903	6.390.199
2. Massa Salarial	6.404.866	6.213.494
3. Efetivo	139	130
4. Horas Trabalháveis	297.564	288.106
Despesa Média por Trabalhador (1:4)	21,77	22,18
Massa Salarial / Efetivo (2:3)	46.078	47.796

### 7.6.5. Outros Gastos com o Pessoal

Ação Social	2013	2014
Seguro de Saúde	33.000	30.706
Medicina no Trabalho	7.246	8.250
Pensões	16.176	43.866

Em 2014 continuaram a não ser aplicadas as reduções remuneratórias previstas na Lei do Orçamento de Estado, em virtude do regime de exceção aplicado pelos Despachos de Sua Excelência o Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, de 7 de junho de 2013, e de Sua Excelência o Secretário de Estado da Administração Pública, de 5 de junho de 2013, proferidos nos seguintes termos: *“O disposto no artigo 27º da LOE 2013 não se aplica aos trabalhadores das administrações portuárias, em razão de regulamentação internacional específica - e das condicionantes materiais relevantes do trabalho nas administrações portuárias - segundo a qual a aplicação daquele artigo resultaria num*

*decrécimo de receitas, nos termos do artigo 27º, nº 13, da LOE 2013.* ". Assim e dado que não se alteraram, entretanto, aos pressupostos, mantivemos o regime de exceção da aplicação das reduções remuneratórias às administrações portuárias, do qual se tem dado conhecimento ao Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações.



## 8. Análise Económico-Financeira

### 8.1. Resultados

#### 8.1.1. Resultado Operacional

Em 2014, o Grupo apresentou um Resultado Operacional positivo de 3.063 mil euros, o que representa um aumento de 523,24%, relativamente ao ano anterior, conforme se observa no quadro seguinte.

	Valores em euros		
	2013	2014	$\Delta$ 2014/2013
<b>Rendimentos Operacionais (1)</b>	<b>23.402.405</b>	<b>25.723.211</b>	<b>2.320.805</b>
Exploração Portuária	6.930.963	6.209.624	-721.339
Subsídios à Exploração	501.324	1.230.878	729.554
Outros Rendimentos e Ganhos	15.970.119	15.119.298	-850.820
Imparidade de dívidas a receber (reversões)	0	3.163.411	3.163.411
<b>Gastos Operacionais (2)</b>	<b>11.018.241</b>	<b>13.905.538</b>	<b>2.887.297</b>
Fornecimentos e Serviços Externos	3.320.428	6.088.788	2.768.360
Gastos com o Pessoal	6.478.903	6.390.199	-88.703
Provisões (aumentos/reduções)	0	323.924	323.924
Imparidade de dívidas a receber (perdas)	156.827	0	-156.827
Reversão da imparidade de Subsídios para investimentos	0	484.856	484.856
Outros Gastos e Perdas	1.062.084	617.770	-444.313
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (3) = (1) - (2)</b>	<b>12.384.164</b>	<b>11.817.673</b>	<b>-566.492</b>
Gastos de depreciação e de amortização (4)	11.860.860	11.975.255	114.395
Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (5)	-31.919	3.220.095	3.252.013
<b>Resultado operacional (6) = (3) - (4) + (5)</b>	<b>491.386</b>	<b>3.062.513</b>	<b>2.571.127</b>

Nos rendimentos de **Exploração Portuária** incluem-se todos os rendimentos resultantes da prestação de serviços realizados diretamente pelo Grupo, tais como Tarifas sobre Navios, Tarifas sobre Equipamentos e Serviços de Pilotagem. As principais rubricas que contribuíram para a variação dos rendimentos de exploração portuária, encontram-se detalhadas no quadro abaixo.

	Valores em euros		
	2013	2014	$\Delta$ 2014/2013
<b>Exploração Portuária</b>	<b>6.930.963</b>	<b>6.209.624</b>	<b>-721.339</b>
Tup-Navio	1.861.373	2.090.242	228.869
Acostagem Porto de Recreio	138.036	139.071	1.036

	Valores em euros		
	2013	2014	$\Delta$ 2014/2013
Estacionamento	235.353	196.614	-38.739
Amarrar e desamarrar	522.073	552.738	30.665
Pilotagem	1.637.510	1.714.228	76.718
Tup-Carga	1.180.727	0	-1.180.727
Armazenagem	314.079	409.912	95.833
Tarifa do Uso de Equipamento	1.028.297	1.088.719	60.422
Serviços Secundários - Fornecimentos de pessoal	13.516	18.100	4.584

O desvio negativo de 721 mil euros verificado nos rendimentos de **exploração portuária** é justificado, essencialmente, pela extinção, em 2014, da TUP-Carga, conforme determinação do IPTM, I.P., de 16 de janeiro de 2014.

Refira-se ainda que a extinção da TUP-Carga foi precedida, em 2013, de uma redução, face a 2012, em 20% de 1 de janeiro a 30 abril, conforme orientações recebidas por despacho de SE SEOPTC, transmitidas pelo Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. (IPTM, I.P.) em 11 de dezembro de 2012 e em mais 50% a partir de 1 de maio, conforme orientações recebidas por despacho de SE SEOPTC em 29 de abril de 2013, traduzindo-se numa redução cumulativa de 60%.

Por outro lado e atento o aumento do movimento portuário, conforme registado no ponto 2 do presente documento, a TUP-Navio, Amarração e Desamarração e Pilotagem, apresentaram variações positivas face ao ano de 2013.

Nos **Outros Rendimentos e Ganhos**, registou-se uma diminuição de 851 mil euros, face a 2013. Para esta variação contribuiu o reconhecimento, em 2013, da reversão dos armazéns da Docapesca (-1.069 mil euros) que transitaram para o Grupo, e dos subsídios ao investimento em resultados, consequência do reforço da imparidade sobre ativos fixos subsidiários (-334 mil euros). O rendimentos provenientes da entrada em vigor na APA, S.A., a 1 de setembro de 2014, do novo modelo de operação portuária cujo principal objetivo é promover a concorrência dentro do porto mediante a entrada de novos meios de operação vertical encontram-se registados na subrubrica concessões (+542 mil euros).

	Valores em euros		
	2013	2014	$\Delta$ 2014/2013
<b>Outros Rendimentos e Ganhos</b>	<b>15.970.119</b>	<b>15.119.298</b>	<b>-850.820</b>
Rendimentos de Propriedade	5.597.095	5.574.939	-22.156
Inertes	176.181	244.077	67.897
Concessões	4.907.326	5.449.584	542.258
Fornecimentos Secundários	787.816	779.507	-8.309
Recolha de Resíduos	46.569	43.568	-3.001
Outros	1.329.671	228.291	-1.101.380
Descontos de pronto pagamento obtidos	110.231	5.478	-104.752
Imputação de subsídios para investimentos	2.415.236	2.531.964	116.728
Imparidade de subsídios para investimentos	333.775	0	-333.775
Benefícios e penalidades contratuais	266.220	261.890	-4.330

Realçamos ainda que, durante o exercício de 2014, as empresas do Grupo e a Docapesca - Portos e Lotas, S.A. celebraram um Contrato de Concessão de instalações destinadas a atividades da pesca e serviços conexos no porto de pesca costeira de Aveiro e da Figueira da Foz, respetivamente. A celebração destes contratos de concessão teve como objetivo resolver o litígio existente relativo às taxas de movimentação do pescado, faturadas e reclamadas em sede de execuções fiscais.

Assim, os contratos de concessão celebrados com a Docapesca, fixaram como contrapartida da concessão uma anuidade, para a APA, S.A. de 334.252 euros e para a APFF, S.A. de 190.781 euros, atualizáveis em base anual, de acordo com o fator de atualização das rendas não habitacionais. Esta anuidade produziu efeitos com referência a 1 de outubro de 2014, tendo-se acordado simultaneamente o pagamento do montante de 2.137.868 euros referente às taxas de uso privativo do edifício da lota do porto de pesca costeira de Aveiro, durante o período de 1 de janeiro de 2000 a 30 de setembro de 2014, e 372.000 euros referente às taxas de uso privativo do edifício da lota no porto da Figueira da Foz, durante o período de 1 de janeiro de 2009 a 30 de setembro de 2014.

A celebração destes contratos irá originar, na APA, S.A. a emissão de notas de crédito, no montante de 2.420.052 euros e a faturação no valor de 2.137.868 euros, e na APFF, S.A. a emissão de notas de crédito sobre a totalidade das faturas emitidas à Docapesca. Adicionalmente, procedeu-se no exercício de 2014 à reversão da totalidade da imparidade reconhecida sobre o saldo a receber deste cliente, no montante de 3.199.119 euros.

Observando a variação dos **Gastos Operacionais**, no ano de 2014, verificou-se um aumento de 2.887 mil euros, face a 2013. Para esta variação contribuíram de forma significativa e relevante

os fornecimentos e serviços externos (com um desvio desfavorável de 2.768 mil euros) e o reforço nas provisões, em cerca de 324 mil euros, as quais tiveram por objetivo fazer face a riscos gerais do negócio.

No que concerne aos **Fornecimentos e Serviços Externos** registou-se um aumento de 2.768 mil euros, face a 2014. Para esta variação contribuíram de forma significativa e relevante a realização de dragagens de manutenção, no montante de 3.341 mil euros, financiadas em 1.224 mil euros por fundos PIDDAC, montante esse registado como um subsídio à exploração.

No que respeita aos **Gastos com o Pessoal** verificou-se uma diminuição de 89 mil euros, face a 2013, justificado, essencialmente, pela saída de 9 colaboradores durante o ano de 2014, conforme referido no ponto 7.1. do presente relatório. Contudo, em 2014, o Grupo teve que suportar gastos com pensões, no montante de 32.479 euros, aos funcionários que, no exercício de 2012, aderiram ao plano de incentivos à aposentação, entre o momento em que a aposentação é aprovada pela Caixa Geral de Aposentações e o momento em que esta passa a ser processada pela referida Entidade.

Os **Fornecimentos e Serviços Externos** e os **Gastos com o Pessoal** continuam a deter um peso significativo na globalidade dos gastos operacionais de, respetivamente, 43,79% e 45,95%. Observadas conjuntamente estas duas rubricas absorveram 48,51% dos rendimentos globais da APA, S.A. no exercício de 2014 (42,87% em 2013).

### 8.1.2. Resultado Antes de Imposto

Em 2014, o Grupo, apresenta um **Resultado Antes de Imposto** de 3.156 mil euros, o que representa um aumento de 2.597 mil euros, relativamente ao ano anterior.

	Valores em euros		
	2013	2014	$\Delta$ 2014/2013
Resultado Operacional (6)	491.386	3.062.513	2.571.127
Juros e rendimentos similares obtidos (7)	179.517	204.367	24.849
Juros e gastos similares suportados (8)	111.624	111.100	-524
Resultado antes de Impostos (9)	559.279	3.155.779	2.596.500

### 8.1.3. Resultado Líquido do Período

O Grupo, apresentou, em 2014, um **Resultado Líquido do Período** de 3.079 mil euros.

## 8.2. Balanço

### 8.2.1. Ativo

O Ativo Líquido do Grupo, em 2014, ascendeu a 385.516 mil euros, conforme se demonstra no quadro seguinte.

	Valores em euros	
	2013	2014
<b>Ativo não Corrente</b>	<b>362.267.823</b>	<b>354.470.580</b>
Ativos fixos tangíveis	317.162.563	311.663.582
Propriedades de investimento	4.107.155	4.106.082
Ativos intangíveis	40.962.080	38.678.416
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	0	0
Participações financeiras - outros	22.500	22.500
Ativos por impostos diferidos	13.526	0
<b>Ativo Corrente</b>	<b>23.147.161</b>	<b>31.045.800</b>
Clientes	4.053.398	6.149.838
Adiantamentos a fornecedores	466	466
Estado e Outros Entes Públicos	701.752	203.999
Outras contas a Receber	1.159.466	1.705.398
Diferimentos	208.137	191.579
Caixa e Depósitos bancários	17.023.942	22.794.519
<b>Total do Ativo</b>	<b>385.414.984</b>	<b>385.516.379</b>

A principal variação positiva face a 2014, ocorreu na rubrica de disponibilidades. Este aumento resulta, fundamentalmente, do aumento nos fluxos de caixa gerados pela atividade operacional do Grupo. Em contrapartida, o valor dos ativos fixos tangíveis decresceu face a 2014, em cerca de 5.499 mil euros, fruto das depreciações registadas no exercício de 2014, liquidadas do montante da reversão de imparidade, no montante de 6.451 mil euros, e acrescidas do investimento líquido realizado no exercício, no montante de 952 mil euros.

### 8.2.2. Capitais Próprios

Os Capitais Próprios do Grupo, em 2014, são de 306.276 mil euros, conforme evidenciado no quadro seguinte.

	Valores em euros	
	2013	2014
<b>Capital Próprio</b>		
Capital realizado	30.000.000	30.000.000

Reservas	206.635.229	207.330.314
Reservas legais	1.574.634	1.638.179
Reservas não distribuíveis	2.452.127	3.049.948
Outras reservas	202.608.468	202.642.186
Resultados transitados	-8.612.870	-8.778.912
Ajustamento em ativos financeiros	0	0
Outras variações do Capital Próprio	73.312.954	74.645.355
Resultado Líquido do Período	535.446	3.079.323
<b>Total do Capital Próprio</b>	<b>301.870.760</b>	<b>306.276.080</b>

O aumento verificado nos capitais próprios resulta do resultado líquido gerado pelo Grupo em 2014, no montante de 3.079.323 euros, e do efeito do recebimento de subsídios ao investimento, líquido do efeito fiscal futuro, os quais são reconhecidos em capitais próprios.

### 8.2.3. Passivo

No Passivo, registou-se uma diminuição de 4.304 mil euros, face a 2013, conforme evidenciado no quadro seguinte.

	Valores em euros	
	2013	2014
<b>Passivo não Corrente</b>	<b>76.206.586</b>	<b>70.000.231</b>
Provisões	334.975	508.840
Financiamentos obtidos	18.634.087	17.180.453
Passivos por impostos diferidos	1.080.230	1.107.428
Diferimentos	33.734.923	30.649.044
Outras Contas a Pagar	22.422.370	20.554.467
<b>Passivo Corrente</b>	<b>7.337.637</b>	<b>9.240.068</b>
Fornecedores	327.366	1.922.298
Adiantamento de clientes	1.418	1.495
Estado e Outros Entes Públicos	313.754	322.080
Financiamentos Obtidos	1.453.632	1.453.632
Outras Contas a Pagar	2.151.912	2.454.683
Diferimentos	3.089.554	3.085.879
<b>Total do Passivo</b>	<b>83.544.224</b>	<b>79.240.300</b>

O decréscimo verificado no passivo resulta, fundamentalmente, do reembolso de financiamentos em 2014 (1.453 mil euros) e do efeito positivo que a redução na taxa do IRC, de 23% para 21%, na sequência da aprovação da Lei do Orçamento de Estado para 2015, teve ao nível dos impostos diferidos passivos e do efeito fiscal futuro nos subsídios ao investimento.

### 8.3. Indicadores Económicos e Financeiros

No quadro seguinte são apresentados indicadores económico-financeiros para o ano de 2014 e 2013.

Indicadores Económicos e Financeiros		2013	2014
<b>Económicos</b>			
VAB / Encargos Pessoal (%)		295,12	391,26
Volume de Negócios (em euros)	Prest. Serviços (conta 72) + Prov. Suplementares (conta 781)	18.591.646	18.520.679
EBIT (em euros)	Res. Operacionais	491.386	3.062.513
EBITDA Ajustado (em euros)	Ver ponto 8.3.1.	5.503.822	3.845.198
Margem EBIT (%)	EBIT / (Volume Negócios)	2,64	16,54
Margem EBITDA (%)	EBITDA / (Volume Negócios)	29,60	20,76
<b>Financeiros</b>			
Liquidez (%)	Ativo Circulante/ Passivo Circulante	544,88	504,47
Rend. Vendas (%)	Res. Líquido/ (Prestação Serviços + Outros)	2,88	16,63
Rent. Cap. Próprios (%)	Res. Líquido/ Cap. Próprios	0,18	1,01
Indicadores Económicos e Financeiros		2013	2014
<b>Financeiros</b>			
Rent. Cap. Totais (%)	Res. Líquido/ (Cap. Próprios + Passivo)	0,14	0,80
Autonomia Financeira (%)	Cap. Próprios/Ativo Total	78,32	79,45
Solvabilidade (%)	Cap. Próprios/Passivo Total	361,33	386,52
Cobertura do Imobilizado (%)	Cap. Permanentes/ Ativo Fixo	88,47	91,25

#### 8.3.1. EBITDA Ajustado

Face às variações referidas anteriormente, o EBITDA ajustado atingiu, no final do exercício, o montante de 3.845 mil euros.

	Valores em euros		
	2013	2014	$\Delta$ 2014/2013
<b>EBITDA Ajustado</b> (1) = (2) + (3) - (4) + (5) + (6) - (7)	5.503.822	3.845.198	-1.658.623
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (2)	12.384.164	11.817.673	-566.492
Imparidade de dívidas a receber (3)	156.827	-3.163.411	-3.320.238
Imputação de subsídios para investimentos (4)	2.415.236	2.531.964	116.728
Imparidade de subsídios para investimentos (5)	-333.775	484.856	818.631
Provisões (aumentos/reduções) (6)	0	323.924	323.924

Reversão de bens (7)

4.288.158

3.085.879

-1.202.279

---

## 9. Perspetivas Futuras

O Grupo estabeleceu iniciativas para atingir as metas inscritas no Mapa da Estratégia da empresa apresentado no capítulo I do Relatório de Governo Societário 2014.

Neste enquadramento, destacamos o seguinte conjunto de oportunidades/desafios, para 2015:

- Alcançar a sustentabilidade (V1) - estima-se, em 2015, alcançar um Resultado Operacional negativo de 853 mil euros e um EBITDA ajustado de 2.952 mil euros;
- Incrementar o volume de tráfego (V2) - prevê-se, em 2015, que o movimento portuário atinga as 6.524 mil toneladas;
- Reduzir os gastos operacionais (Fornecimentos e Serviços Externos + Gastos com o Pessoal) no volume de negócios (V4) - espera-se que a manutenção da tendência de redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios, verificada desde 2010, seja interrompida temporariamente, no período de 2014 a 2016, pela realização das dragagens de manutenção dos fundos de ambos os portos. Importa referir que a estimativa de dragagens a realizar nos anos de 2015 e 2016, representa um esforço financeiro de recuperação de 8 anos de dragagens operacionais no Porto de Aveiro, iniciado em 2014, que, em condições normais de acessibilidade marítima, teriam sido realizadas em cada um dos exercícios económicos;
- Assegurar a operacionalidade do acesso marítimo melhorado, no Porto de Aveiro (P5) - prevê-se em 2015 atingir um GT médio de 5.482, que, comparado com o último ano antes do início da empreitada de reconfiguração da barra (2010), representa um aumento do GT médio em 1.819;
- Captar linhas de SSS regulares (P6) - participar em projetos que promovam o SSS/AEM;
- Incrementar investimento privado (P7) - Infraestruturar a Zona de Atividades Logísticas e Industriais (ZALI) e construção de terminal intermodal, em zona contígua ao Terminal de Contentores e Ro-Ro do Porto de Aveiro; e
- Inovar e desenvolver competências críticas (R1) - está previsto no presente Plano de Atividades e Orçamento (PAO) um gasto anual de 68.000 euros relativo a formação com o pessoal.



## 10. Cumprimento das Orientações Legais

Para efeito de sistematização da informação quanto ao cumprimento das orientações legais, evidenciadas no presente ponto, é apresentado o quadro seguinte.

### APA, S.A.

Cumprimento das obrigações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação/Referência ao ponto no relatório
	S	N	N.A.		
Objetivos de gestão / Plano de Atividades e Orçamento	X			Em 2014 a APA, S.A. cumpriu com os objetivos propugnados no PAO 2014. Os objetivos de gestão e respetivas metas quantificadas a atingir pelo Conselho de Administração, comum às duas empresas, APA, S.A. e APFF, S.A., foram fixadas pelo acionista Estado, para o período 2008-2010. Desde então, e mais concretamente para o ano de 2014, não foram fixados objetivos de gestão.	Ver ponto 11.1.
Gestão do risco financeiro	X			A taxa média de financiamento em 2014 ascendeu a 0,60%	Ver ponto 11.2.1.1.
Limites de Crescimento do Endividamento	X			Em 2014 o endividamento diminuiu 7,24% ou 1.453.634€, face a 2013.	Ver ponto 11.2.1.2.
Evolução do PMP a fornecedores	X			O PMP a 31.12.14, na APA, S.A., ascendeu a 29 dias (+9 dias, face a 2013).	Ver ponto 11.3.
Divulgação dos atrasos nos pagamentos ("Arrears")	X			A APA, S.A. não possuía faturas vencidas há mais de 90 dias a 31.12.14.	Ver ponto 11.3.
Recomendações do acionista na aprovação de contas	X				Ver ponto 11.4.1.
<b>Remunerações</b>					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos do art. 41.º da Lei 83-C/2013	X				Ver ponto 11.5.1.2.1.
Órgãos Sociais - reduções remuneratórias vigentes em 2014	X			Total da redução remuneratória em 2014: 40.344,11€	Ver pontos 11.5.1.2.2.; 11.5.1.3.1
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do art.º 73º da Lei 83-C/2013			X		Ver ponto 11.5.1.3.3.
Restantes trabalhadores - reduções remuneratórias vigentes em 2014			X		Ver ponto 11.5.1.4.1.
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 39.º da Lei 83-C/2013	X				Ver ponto 11.5.1.4.2.
<b>Artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público (EGP)</b>					
Utilização de cartões de crédito			X		Ver ponto 11.6.1.
Reembolso de despesas de representação pessoal			X		Ver ponto 11.6.2.
<b>Contratação Pública</b>					

Cumprimento das obrigações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação/Referência ao ponto no relatório
	S	N	N.A.		
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	X				Ver ponto 11.7.1.
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	X				Ver ponto 11.7.1.
Contratos submetidos a visto prévio do Tribunal de Contas (TC)	X			No ano de 2014, foi submetido a visto prévio do TC, um contrato cujo montante global ascendeu a 2.871.400 €.	
Auditorias do Tribunal de Contas			X		Ver ponto 11.12.
<b>Parque Automóvel</b>					
N.º de viaturas	X			Apesar do aumento da atividade portuária, a APA, S.A., utiliza 31 viaturas, desde 2008.	Ver pontos 11.9.1 e 11.10.1.
Gastos com viaturas	X			Em 2014 os gastos com viaturas diminuíram 4 mil €, face a 2013.	
Gastos Operacionais das Empresas Públicas (artigo 61.º da Lei n.º 83-C/2013)		X			Ver ponto 11.10.1.
<b>Redução de Trabalhadores (artigo 60.º da Lei n.º 83-C/2013)</b>					
N.º de trabalhadores	X			Em 2014, o n.º de trabalhadores diminuiu 6,80% ou 7 colaboradores, face a 2013.	Ver ponto 11.10.1. e 11.10.4.
N.º de cargos dirigentes		X		Em 2014, o n.º de cargos dirigentes aumentou 11,76% ou 2 dirigentes, face a 2013 <sup>1</sup> .	Ver pontos 11.10.1. e 11.10.4.
<b>Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 123.º da Lei 83-C/2013)</b>					
Disponibilidades Centralizadas no IGCP	X			78% das disponibilidades da APA, S.A. estavam depositadas no IGCP, E.P.E., a 31.12.2014.	Ver ponto 11.11.
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado			X		Ver ponto 11.11.

S-Sim; N-Não; N.A. - Não Aplicável.

Nota:

<sup>1</sup> Até 18 de junho de 2014, um administrador acumulava funções de diretor na APA, S.A. e na APFF, S.A..

## APFF, S.A.

Cumprimento das obrigações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objetivos de gestão / Plano de Atividades e Orçamento			X		Ver ponto 11.1.
Gestão do risco financeiro	X			Em 2014 o endividamento manteve-se nulo, à semelhança de 2013.	Ver ponto 11.2.2.
Limites de Crescimento do Endividamento					Ver ponto 11.2.2.
Evolução do PMP a fornecedores	X			O PMP em 2014 ascendeu a 27 dias (+6 dias, face a 2013).	Ver ponto 11.3.
Divulgação dos atrasos nos pagamentos ("Arrears")	X			A APFF, S.A. não possuía faturas vencidas há mais de 90 dias a 31.12.14.	Ver ponto 11.3.
Recomendações do acionista na aprovação de contas			X		Ver ponto 11.4.2.

Cumprimento das obrigações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
<b>Remunerações</b>					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos do art. 41.º da Lei 83-C/2013			X		Ver ponto 11.5.1.2.1.
Órgãos Sociais - reduções remuneratórias vigentes em 2014			X		Ver pontos 11.5.2.2.2. e 11.5.2.3.1.
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do art.º 73º da Lei 83-C/2013			X		
Restantes trabalhadores - reduções remuneratórias vigentes em 2014			X		Ver ponto 11.5.2.4.1.
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 39.º da Lei 83-C/2013			X		Ver ponto 11.5.2.4.2.
<b>Artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público (EGP)</b>					
Utilização de cartões de crédito		X			Ver ponto 11.6.1.
Reembolso de despesas de representação pessoal		X			Ver ponto 11.6.2.
<b>Contratação Pública</b>					
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	X				Ver ponto 11.7.1.
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas			X		
Contratos submetidos a visto prévio do Tribunal de Contas (TC)	X			No ano de 2014, foi submetido a visto prévio do TC, um contrato cujo montante global ascendeu a 1.274 mil euros.	
<b>Auditorias do Tribunal de Contas</b>			X		Ver ponto 11.12.
<b>Parque Automóvel</b>	X				
N.º de viaturas	x			Em 2013 e 2014 foram utilizadas 4 viaturas, menos 1 do que em 2010.	Ver pontos 11.9. e 11.10.1.
Gastos com viaturas	x			Em 2014 os gastos com viaturas diminuíram 7 mil €, face a 2013.	Ver pontos 11.9. e 11.10.1.
<b>Gastos Operacionais das Empresas Públicas (artigo 61.º da Lei n.º 83-C/2013)</b>		X			Ver ponto 11.10.1.
<b>Redução de Trabalhadores (artigo 60.º da Lei n.º 83-C/2013)</b>					
N.º de trabalhadores	X			Em 2014, a APFF, S.A. reduziu em 2 (6%) o seu n.º de trabalhadores, face a 2013.	Ver pontos 11.10.1. e 11.10.4.
N.º de cargos dirigentes	X			O n.º de cargos dirigentes manteve-se nos anos de 2012, 2013 e 2014.	Ver pontos 11.10.1. e 11.10.4.
<b>Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 123.º da Lei 83-C/2013)</b>					
Disponibilidades Centralizadas no IGCP	X			96% das disponibilidades da APFF, S.A. estavam depositadas no IGCP, E.P.E., a 31.12.2014.	Ver ponto 11.11.
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado			X		Ver ponto 11.11.

## **10.1. Objetivos de gestão, previstos no artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, de forma quantificada, e metas a atingir em conformidade com o plano de atividades e orçamento aprovado**

Apesar de não terem sido celebrados contratos de gestão para o ano de 2014, o Conselho de Administração de ambas as Administrações Portuárias, pautou a sua atuação pelas orientações recebidas pelo Acionista, das quais destacamos:

- Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2014); e
- Ofício circular n.º 7037, da Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTf), de 21 de novembro de 2013, sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão: faculta instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão (IPG) 2014.

Neste contexto, quantificámos o nível de cumprimento dos objetivos de gestão tendo por base as metas definidas no plano de atividades e orçamento consolidado para o triénio 2014-2016, aprovado em reunião de Assembleia Geral de 2 de junho de 2014.

## **10.2. Gestão do risco financeiro, e cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento, definidos para 2014, na Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, apurados nos termos das orientações do ofício-circular de instruções para elaboração dos IPG - 2014**

### **10.2.1. APA, S.A.**

A 31 de dezembro de 2014, o passivo remunerado da APA, S.A., ascendia a 18.634.085 euros (-1.453.634 euros ou -7,24%, face a 2013), cumprindo, portanto, o limite de crescimento do endividamento remunerado corrigido pelo capital social fixado para 2014, no n.º 5 do artigo 61.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, leia-se 4%.

#### **10.2.1.1. Evolução da taxa média anual de financiamento**

##### **10.2.1.1.1. Banco Europeu de Investimento (BEI)**

O empréstimo concedido pelo BEI, a 29 de outubro de 2004, com garantia do Estado português, contratualizado pelo montante de 30 milhões de euros, teve por objetivo o financiamento das obras de expansão e aumento de capacidade das infraestruturas do porto de Aveiro e a reconfiguração do acesso/barra.

Foram solicitados 2 desembolsos, um no valor de 20 milhões de euros (realizado em janeiro de 2005) e outro no valor de 5 milhões de euros (realizado em novembro de 2009). O 1º desembolso destinou-se ao cofinanciamento dos investimentos estruturais executados pela APA, S.A. entre 2000 e 2007, destinados essencialmente à melhoria das condições operacionais do porto para a movimentação de cargas. O 2.º desembolso tem como objetivo o cofinanciamento do projeto de reconfiguração da barra e foi tomado pela APA, S.A..

O capital mutuado pelo banco vence juros calculados à taxa Euribor acrescidos de um *spread* máximo de 0,13%. É amortizado em trinta e duas prestações semestrais consecutivas, tendo-se vencido a primeira em 15 de dezembro de 2008 e a última, vencer-se-á em 15 de junho de 2024. As primeiras 31 prestações são constantes em capital e correspondem, cada uma, a 1/42 do capital em dívida e a última prestação corresponde a 11/42 do capital dessa parcela desembolsada. Refira-se que a APA, S.A. poderá solicitar ao Banco que a última prestação seja paga em frações semestrais consecutivas e constantes de capital, vencendo-se a primeira em 15 de junho de 2024 e a última em 15 de junho de 2029.

A taxa de garantia pessoal concedida pelo Estado, sob a forma de fiança, para cumprimento das obrigações de capital e juros do empréstimo contraído pela APA, S.A. junto do BEI, ascende a 0,2% ao ano, sobre o capital em dívida.

Relativamente a este empréstimo, a empresa tem a possibilidade de proceder ao seu reembolso antecipado. Tendo por base as projeções de *cash-flows* de médio e longo prazo para o período de 2014-2023, e caso a empresa afetasse exclusivamente os seus excedentes de tesouraria à realização do plano de investimentos e ao reembolso do empréstimo, o mesmo seria totalmente amortizado até 2020.

	2010	2011	2012	2013	2014
Encargos financeiros (€)	251.229	374.158	236.606	106.346	106.008
Taxa Média de financiamento (%) <sup>1</sup>	1,11%	1,74%	1,16%	0,55%	0,59%

<sup>1</sup> Encargos Financeiros /Valor em dívida

#### 10.2.1.1.2. BPI e BCP

O empréstimo celebrado com o consórcio Banco BPI, S.A. e Banco Comercial Português, S.A., no montante de 2.500.000 euros, em janeiro de 2007, teve como finalidade proceder à amortização antecipada do empréstimo bancário APP/2000, cujo serviço de dívida era partilhado com as restantes Administrações Portuárias principais, em função dos respetivos volumes de negócio. Tratava-se de um fator de risco para a performance económica da APA, S.A. atendendo a que era expectável o aumento da sua responsabilidade no pagamento do serviço de dívida. O empréstimo vence juros à taxa nominal correspondente à taxa Euribor a seis meses, acrescido do *spread* de 0,125% ao ano. O reembolso do capital utilizado é efetuado em 19 prestações semestrais, constantes e sucessivas, de capital e juros, tendo-se vencido a primeira, 12 meses após a assinatura do contrato.

	2010	2011	2012	2013	2014
Encargos financeiros (€)	20.775	25.011	17.209	5.146	3.866
Taxa Média de financiamento (%) <sup>1</sup>	1,21%	1,73%	1,45%	0,56%	0,59%

<sup>1</sup> Encargos Financeiros /Valor em dívida

#### 10.2.1.2.1. Passivo Remunerado

	2013	2014	Var. absol.	Var. %
Financiamentos obtidos (€)	20.087.719	18.634.085	-1.453.634	-7,24%
dos quais concedidos pela DGTF (€)	0	0	0	0,00%
Aumentos de Capital por dotação (€)	0	0	0	0,00%
Aumentos de Capital por conversão de créditos (€)	0	0	0	0,00%
Endividamento Ajustado (€)	0	0	0	0,00%

#### 10.2.2. APFF, S.A.

A APFF, S.A. no ano de 2014, e à semelhança dos anos de 2012 e 2013, manteve nulo o seu passivo remunerado, não ultrapassando, portanto, o limite de crescimento do endividamento remunerado corrigido pelo capital social fixado para 2014, no n.º 5 do artigo 61.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, leia-se 4%.

	2010	2011	2012	2013	2014
Encargos financeiros (€)	7.531	2.189	0	0	0
Taxa Média de financiamento (%) <sup>1</sup>	1,53%	2,06%	0,00%	0,00%	0,00%

Nota:

<sup>1</sup> Devido à natureza do empréstimo considerámos a média das taxas de financiamento.

	2013	2014	Var. absol.	Var. %
Financiamentos obtidos	0	0	0	0,00%
Dos quais concedidos pela DGTF(€)	0	0	0	0,00%
Aumentos de Capital por dotação	0	0	0	0,00%
Aumentos do Capital por conversão de créditos	0	0	0	0,00%
Endividamento Ajustado	0	0	0	0,00%

**10.3. Evolução do Prazo Médio de Pagamentos a fornecedores**, em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, e divulgação dos **atrasos nos pagamentos (“arrears”)**, conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição

No ano de 2014, o Grupo manteve o Prazo Médio de Pagamentos (PMP) a fornecedores, calculado em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro e com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, inferior a 30 dias.

PMP	2013	2014	Var. 2014/2013
Prazo (dias)	20	28 <sup>1</sup>	+ 8

Nota:

<sup>1</sup> Este cálculo não inclui duas faturas da Dravo, S.A., referentes à empreitada de “Dragagem de manutenção dos fundos do Porto de Aveiro”. Uma no montante de 767 mil euros, datada de 11 de dezembro de 2014, paga a 12 de janeiro de 2015 e outra no montante de 762 mil euros, datada de 31 de dezembro de 2014, que veio a ser creditada no início do ano de 2015. De referir que, atendendo à data da fatura, bem como à fórmula de cálculo utilizada (Despacho n.º 9871/2013, de 13 de abril), que considera a média do saldo de fornecedores no final de cada trimestre, o PMP seria substancialmente agravado.

A 31 de dezembro de 2014, o Grupo não possuía faturas vencidas há mais de 90 dias.

Dívidas Vencidas	0-90 dias	Dívidas vencidas de acordo com o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	1.916.000€	0€	0€	0€	0€
Aq. de Capital	176.276€	0€	0€	0€	0€
<b>Total</b>	<b>2.092.276€</b>	<b>0€</b>	<b>0€</b>	<b>0€</b>	<b>0€</b>

## 10.4. Diligências tomadas e resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da aprovação de contas 2013

### 10.4.1. APA, S.A.

O acionista da APA, S.A., aquando da aprovação das contas de 2013, efetuada em reunião da Assembleia Geral, datada de 2 de junho de 2014, recomendou ao Conselho Administração que *“O plano de atividades e de investimentos e respetivo orçamento para 2014 deverá dar continuidade à política de contenção de gastos operacionais e deverão ser envidados esforços tendentes ao cumprimento do plano de redução de custos, conforme determina o artigo 61.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro”*. Ver informação identificada no ponto 11.10 do presente relatório.

#### 10.4.2. APFF, S.A.

O acionista da APFF, S.A., não emitiu qualquer recomendação aquando da aprovação das contas de 2013, efetuada em reunião da Assembleia Geral, datada de 18 de março de 2014.

### 10.5. Remunerações

#### 10.5.1. APA, S.A.

##### 10.5.1.1. Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início-Fim) *	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2014 (€)		
				Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após reduções (3)=(1)-(2)
31-03-2008 a 09-03-2015 e de 09-03-2015 a 09-03-2017	Presidente	Associação Industrial do Distrito de Aveiro, representada por Eng. Valdemar da Silva Coutinho	572,58€	572,58€	0,00€	572,58€
	Secretário	Dr. <sup>a</sup> Cristina Maria Pereira Branco Mascarenhas Vieira Sampaio	343,33€	343,33€	0,00€	343,33€

\* Por orientações da Tutela, nas Assembleias Gerais, realizadas nos anos de 2011 a 2014, não se procedeu à eleição dos Órgãos Sociais para o mandato 2011-2013, pelo que em conformidade com os Estatutos da empresa exerceram funções até 9 de março de 2015. Por Deliberação Social Unânime de 9 de março de 2015, o Acionista da APA, S.A. procedeu à eleição dos mesmos elementos para os cargos da Mesa da Assembleia Geral.

##### 10.5.1.2. Conselho de Administração

###### 10.5.1.2.1. Não atribuição de prémios de gestão, nos termos do artigo 41.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro

Atento o artigo 41.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, não foi atribuída aos membros do Conselho de Administração da APA, S.A., qualquer componente variável da remuneração, no ano de 2014.

###### 10.5.1.2.2. Aplicação das orientações relativas às remunerações, vigentes em 2014

A APA, S.A. deu cumprimento ao estatuído no artigo 12.º da Lei 12-A/2010, de 30 de junho, tendo procedido à redução excecional de 5% da remuneração fixa mensal ilíquida dos membros do Conselho de Administração.

Mais se informa, que na sequência dos despachos do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações (SEITC), de 7 de junho de 2013, e do Secretário de Estado da Administração Pública (SEAP), de 5 de junho de 2013, a APA, S.A. não aplicou, no ano de 2014, as reduções remuneratórias previstas no artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

Mandato (Início-Fim) <sup>1</sup>	Cargo	Nome	Designação		OPRLO	
			Forma*	Data	Entidade	Pagadora (O/D)
31-03-2008 a 09-03-2015	Presidente	Eng. José Luís de Azevedo Cacho (Eng. José Luís Cacho)	AG	03-12-2008	n.a.	n.a.
	Vogal	Eng. Rui António Monteiro Gomes de Paiva (Eng. Rui Paiva)	AG	03-12-2008	n.a.	n.a.
	Vogal	Dr. Luís Manuel Dionísio Marques (Dr. Luís Marques) <sup>2</sup>	AG	03-12-2008	n.a.	n.a.

\* Indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

Legendas:

AG - Assembleia-Geral; OPRLO - Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D: Origem/Destino; n.a. - não aplicável.

Notas:

<sup>1</sup> Por orientações da Tutela, na Assembleia Geral realizada em 26 de maio de 2011, não se procedeu à eleição dos Órgãos Sociais para o mandato 2011-2013, pelo que em conformidade com os Estatutos da Empresa o anterior Conselho de Administração exerceu funções até 9 de março de 2015. Por Deliberação Social Unânime por escrito, de 9 de março de 2015, o Acionista da APA, S.A. procedeu à eleição dos novos membros do Conselho de Administração, para o triénio 2015-2017, composto por: Presidente - Eng. João Pedro Tarujo de Almeida Braga da Cruz; Vogais - Dr. Luís Manuel Barbosa Marques Leal; Dr. João Begonha da Silva Borges e Dr. Olinto Henrique Cruz Ravara.

<sup>2</sup> Renunciou ao cargo de vogal do Conselho de Administração, a 18 de junho de 2014.

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Eng. José Luís Cacho	n.a.	n.a.	n.a.
Eng. Rui Paiva	n.a.	n.a.	n.a.
Dr. Luís Marques <sup>1</sup>	n.a.	n.a.	n.a.

Legenda:

CA - Conselho de Administração

n.a. - não aplicável.

Nota:

<sup>1</sup> Renunciou ao cargo de vogal do Conselho de Administração, a 18 de junho de 2014.

Membro do CA	EGP			
	Fixado	Classificação	Valores mensais Brutos (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Remuneração Base	Despesas de Representação
Eng. José Luís Cacho	S	B	4.864,34	1.945,74
Eng. Rui Paiva	S	B	3.891,47	1.556,59
Dr. Luís Marques <sup>1</sup>	S	B	3.891,47	1.556,59

Legenda:

CA - Conselho de Administração

EGP - Estatuto do Gestor Público.

Nota:

<sup>1</sup> Renunciou ao cargo de vogal do Conselho de Administração, a 18 de junho de 2014.

Membro do CA	Remuneração Anual (€)						
	Variável	Fixa*	Outra	Redução			Bruta após reduções remuneratórias
				Lei 12-A/2010	Outras **	Anos Anteriores	
Eng. José Luís Cacho	0,00	91.449,64	0,00	4.572,58	10.992,36	0,00	75.884,70
Eng. Rui Paiva	0,00	73.159,66	0,00	3.657,89	6.385,68	0,00	63.116,09
Dr. Luís Marques <sup>1</sup>	0,00	44.297,92	0,00	2.214,84	3.724,98	0,00	38.358,10

Legenda:

CA - Conselho de Administração

Notas:

\* Inclui remuneração e despesas de representação (sem reduções);

\*\* Inclui as reduções remuneratórias previstas na Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012.

<sup>1</sup> Renunciou ao cargo de vogal do Conselho de Administração, a 18 de junho de 2014.

Membro do CA	Remuneração Anual (€)				
	Variável	Fixa*	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após Reduções (3)=(1)-(2)
Eng. José Luís Cacho	0,00	91.449,64	91.449,64	15.564,94	75.884,70
Eng. Rui Paiva	0,00	73.159,66	73.159,66	10.043,57	63.116,09
Dr. Luís Marques <sup>1</sup>	0,00	44.297,92	44.297,92	5.939,82	38.358,10

Legenda:

CA - Conselho de Administração

Nota:

\* Inclui remuneração e despesas de representação;

<sup>1</sup> Renunciou ao cargo de vogal do Conselho de Administração, a 18 de junho de 2014.

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)							
	Sub. Refeição		Regime de Proteção Social		Seguros		Outros	
	Valor/dia	Montante pago Ano	Identificar	Valor	Saúde	Vida	Identificar	Valor
Eng. José Luís Cacho	7,23	665,16	Seg. Social	8.324,63	303,40	0,00	---	0,00
Eng. Rui Paiva	7,23	1.055,58	Seg. Social	7.160,78	303,40	0,00	---	0,00
Dr. Luís Marques <sup>1</sup>	7,23	759,15	Seg. Social	4.300,27	303,40	0,00	---	0,00

Legenda:

CA - Conselho de Administração

Nota:

<sup>1</sup> Renunciou ao cargo de vogal do Conselho de Administração, a 18 de junho de 2014.

Membro do CA	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Eng. José Luís Cacho	200,00 <sup>1</sup>	1.206,94 <sup>2</sup>	2.625,99 <sup>3</sup>
Eng. Rui Paiva	100,00 <sup>1</sup>	464,76 <sup>2</sup>	54,81 <sup>3</sup>
Dr. Luís Marques <sup>4</sup>	100,00 <sup>1</sup>	389,88 <sup>2</sup>	52,10 <sup>3</sup>

Legenda:

CA - Conselho de Administração

Nota:

<sup>1</sup> Valor máximo mensal das despesas associadas a comunicações nacionais fixado pelo Conselho de Administração da APA, S.A., conforme previsto no n.º 2 do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, em sua reunião de 14 de outubro de 2010. A Assembleia Geral não deliberou, em 2014, sobre a matéria;

<sup>2</sup> Valor anual gasto em comunicações nacionais;

<sup>3</sup> Valor anual gasto em comunicações internacionais;

<sup>4</sup> Renunciou ao cargo de vogal do Conselho de Administração, a 18 de junho de 2014.

Membro do CA	Gastos anuais associados a Viaturas (€)								
	Viatura		Celebrado Contrato	Modalidade	Ano		N.º Prestações	Renda	
	Atribuída	Valor			Início	Termo		Mês	Ano
	[S/N]	[€]	[S/N]	[Identificar]					
Eng. José Luís Cacho	S	47.367,70 <sup>1:2</sup>	N	---	---	---	---	---	---
Eng. Rui Paiva	S	40.257,58 <sup>1:3:4</sup>	N	---	---	---	---	---	---
Dr. Luís Marques <sup>6</sup>	S	22.990,00 <sup>1:4:5</sup>	N	---	---	---	---	---	---

Legenda:

S/N - Sim/Não;

CA - Conselho de Administração

Notas:

<sup>1</sup> Valor de aquisição da viatura;

<sup>2</sup> Por solicitação do Sr. Eng. José Luís Cacho, a 4 de agosto de 2013, o Conselho de Administração deliberou, por unanimidade, suspender a utilização pessoal da viatura;

<sup>2</sup> Por solicitação do Sr. Eng. Rui Paiva, a 1 de agosto de 2014, o Conselho de Administração deliberou, por unanimidade, suspender a utilização pessoal da viatura;

<sup>4</sup> A atribuição do uso da viatura automóvel foi tributada, conforme estatuído no número 5 do artigo 24.º do Código de Rendimentos de Pessoas Singulares (CIRS);

<sup>5</sup> Viatura adquirida em 2.ª mão, a 1 de setembro de 2012; e

<sup>6</sup> Renunciou ao cargo de vogal do Conselho de Administração, a 18 de junho de 2014.

Membro do CA	Plafond mensal (€)	Gastos anuais associados a Viaturas (€)				Observações
		Combustível	Portagens	Outras Reparções	Seguro	
Eng. José Luís Cacho	486,44 <sup>1</sup>	3.604,78	1.550,15	1.712,16	694,08	<sup>2</sup>
Eng. Rui Paiva	389,15 <sup>1</sup>	2.614,71	1.417,05	4.548,29	504,70	<sup>2</sup>
Dr. Luís Marques <sup>3</sup>	389,15 <sup>1</sup>	1.246,83	636,50	566,85 <sup>4</sup>	298,20 <sup>4</sup>	<sup>2</sup>

Legenda:

CA - Conselho de Administração

Notas:

<sup>1</sup> O *plafond* mensal, de combustíveis e portagens, afeto às viaturas de serviço corresponde a um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação, conforme definido no n.º 3, do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, objeto de retificação pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro, da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março;

<sup>2</sup> Foram emitidas faturas aos utilizadores sempre que ultrapassado o *plafond* mensal;

<sup>3</sup> Renunciou ao cargo de vogal do Conselho de Administração, a 18 de junho de 2014;

<sup>4</sup> Gastos relativos ao período em que a viatura esteve atribuída ao vogal do Conselho de Administração.

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço (1)	Custo com Alojamento (2)	Ajudas de Custo (3)	Outras		Gasto total com Viagens (1+2+3)
				Identificar	Valor	
Eng. José Luís Cacho	1.600,74	5.459,05	3.524,13	---	0,00	10.583,92
Eng. Rui Paiva	317,74	648,56	242,20	---	0,00	1.208,50
Dr. Luís Marques <sup>1</sup>	572,51	484,99	840,42	---	0,00	1.897,92

Legenda:

CA - Conselho de Administração

Nota:

<sup>1</sup> Renunciou ao cargo de vogal do Conselho de Administração, a 18 de junho de 2014.

### 10.5.1.3. Fiscalização

A fiscalização da sociedade compete, conforme estabelecido no artigo 15.º dos Estatutos da APA, S.A. aprovados pelo Decreto-Lei n.º 339/98, de 3 de novembro, com as alterações aprovadas em Assembleia Geral de 31 de março de 2008 (Decreto-Lei n.º 339/98, de 3 de novembro), "a um conselho fiscal e a um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas,

que não seja membro daquele órgão, todos eleitos em assembleia-geral por um período de três anos.”

Para além das atribuições constantes da Lei, compete, em especial, aos órgãos de fiscalização as competências atribuídas no artigo 16.º dos Estatutos da APA, S.A. aprovados pelo Decreto-Lei n.º 339/98, de 3 de novembro.

#### 10.5.1.3.1 Conselho Fiscal

Mandato (Início-Fim) <sup>1</sup>	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (mensal)
			Forma (*)	Data	
31-03-2008 a	Presidente	Dr.ª Maria Isabel Louro Caria Alcobia	AG	31-03-2008	1.362,02
	Vogal	Dr.ª Maria Gabriela Nunes Mendes Campos	AG	31-03-2008	1.021,51
09-03-2015	Vogal	Dr.ª Ana Maria Vicente da Silva Horta	AG	31-03-2008	1.021,51
	Suplente	Dr. Mário José Alvarinho Carrega	AG	31-03-2008	n.a.

Legendas:

AG - Assembleia-Geral; n.a. - não aplicável.

Notas:

\* Indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

<sup>1</sup> Por orientações da Tutela, na Assembleia Geral, realizada em 26 de maio de 2011, não se procedeu à eleição dos Órgãos Sociais para o mandato 2011-2013, pelo que em conformidade com os Estatutos da Empresa o anterior Conselho Fiscal exerceu funções até 9 de março de 2015. Por Deliberação Social Unânime por escrito, de 9 de março de 2015, o Acionista da APA, S.A. procedeu à eleição dos novos membros do Conselho Fiscal, para o triénio 2015-2017, composto por: Presidente - Dr.ª Ana Luísa Louro da Graça Peixito Soares; Vogais - Dr.ª Rita Maria Góis de Carvalho; Dr.ª Maria Gabriela Nunes Mendes Campos; Vogal suplente - Dr Mário José Alveirinho Carrega.

Nome	Remuneração Anual 2014 (€)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após reduções (3) = (1)+(2)
Dr.ª Maria Isabel Louro Caria Alcobia	19.068,22	3.518,31	15.549,91
Dr.ª Maria Gabriela Nunes Mendes Campos	14.301,17	2.638,73	11.662,43
Dr.ª Ana Maria Vicente da Silva Horta	14.301,17	2.638,73	11.662,43

##### 10.5.1.3.1.1. Aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2014

Ver informação identificada no ponto 11.5.1.3.1. supra.

### 10.5.1.3.2. Revisor Oficial de Contas

Mandato	Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação		Remuneração (€)		N.º Mandatos Exercidos
		Nome	N.º	Forma	Data	Limite Fixado	Contrato	
*	ROC	PricewaterhouseCoopers (PwC) & Associados, SROC, Lda. <sup>1</sup>	183	AG	12-09-2008	<sup>2</sup>	18.920 €	2

\* Por orientações da Tutela, na Assembleia Geral, realizada em 26 de maio de 2011, não se procedeu à eleição dos Órgãos Sociais para o mandato 2011-2013, pelo que em conformidade com os Estatutos da empresa os Órgãos Sociais encontram-se no exercício das suas funções;

<sup>1</sup> Representada por Dr. José Miguel Dantas Maio Marques ou, em substituição, por Dr. António Joaquim Brochado Correia;

<sup>2</sup> Remuneração fixada considerando: a) o disposto na ata n.º 1/2009, da Comissão de Fixação de Remunerações da APA, S.A., que estabelece “a prestação de serviços por parte do Revisor Oficial de Contas, bem como a respetiva formalização, correm os seus termos pelo Conselho de Administração, devendo os honorários ser fixados por este órgão social, tendo em conta os preços praticados no mercado”; b) o estipulado no artigo 160.º do Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de novembro (“os revisores oficiais de contas têm o direito a honorários mínimos no exercício da revisão legal das contas de empresas ou entidades, nunca inferiores a 1000 euros anuais, calculados de acordo com a tabela constante do anexo II”); c) que aplicando a tabela referida no artigo supra mencionado, às Demonstrações Financeiras da APA, S.A. relativas ao exercício de 2013, os honorários mínimos ascenderiam ao valor de 16.118 euros; e d) que os honorários, correspondem aos aprovados para o exercício de 2010 deduzidos de 10%, cumprindo assim o estipulado no artigo 22.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro (LOE 2011), o artigo 20.º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro (LOE 2012), o artigo 75.º da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro (LOE 2013), o artigo 73.º da Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro (LOE 2014).

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após Reduções (3)=(1)-(2)
PwC <sup>1</sup>	18.920,00 <sup>1</sup>	1.892,00	17.028,00 <sup>1</sup>

Nota:

<sup>1</sup> Não inclui despesas de transporte, alojamento e quaisquer outras incorridas no exercício das suas funções, suportadas por esta Administração Portuária.

#### 10.5.1.3.2.1. Aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2014

Os honorários do Revisor Oficial de Contas, relativos ao ano de 2014, cumprem o estipulado no artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

### 10.5.1.3.3. Auditor Externo

A APA, S.A. não dispõe de Auditor Externo, dado ter sido entendimento que a complexidade da Empresa não justifica tal contratação.

### 10.5.1.4. Restantes trabalhadores

#### 10.5.1.4.1. Redução remuneratória aos trabalhadores, em conformidade com o artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro

À semelhança do verificado no exercício de 2013, no exercício de 2014 a APA, S.A. não aplicou as orientações relativas às remunerações vigentes em 2014, nomeadamente as medidas de redução remuneratória previstas no artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, por ser entendimento do Conselho de Administração que o estabelecido nos Despachos do SEITC, de 07 de junho de 2013, e do SEAP, de 05 de junho de 2013, se mantêm válidos para o exercício de 2014, com fundamento no previsto no n.º 13 do artigo 33.º da referida Lei e no n.º 12.º do artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro.

#### 10.5.1.4.2. Proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do artigo 39.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro

A APA, S.A. não praticou quaisquer atos que substanciassem valorizações remuneratórias aos seus trabalhadores.

#### 10.5.2. APFF, S.A.

##### 10.5.2.1. Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual (€)		
				Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após reduções (3)=(1)-(2)
2014-2016	Presidente	Dr. João Albino Rainho Ataíde das Neves, atual Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz	409 €	409 €	0 €	409 €
2014-2016	Secretário	Dr.ª Luísa Maria do Rosário Roque, da DGTf	505 € <sup>1</sup>	505 € <sup>1</sup>	0 €	505 € <sup>1</sup>

<sup>1</sup> Este valor inclui 260 euros de ajudas de custo.

##### 10.5.2.2. Conselho de Administração

###### 10.5.2.2.1. Não atribuição de prémios de gestão, nos termos do artigo 41.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro

O Conselho de Administração da APFF, S.A., no ano de 2014, foi composto por três membros, tendo sido designados para o exercício dos respetivos cargos, por inerência, os administradores em identidade de funções na APA, S.A., conforme disposto no artigo 10.º dos Estatutos da APFF, S.A., aprovados em anexo ao Decreto-Lei n.º 210/2008, de 3 de novembro. Tal acumulação não confere aos membros do Conselho de Administração o direito a qualquer remuneração adicional, nos termos do n.º 4 dos artigos 20.º e 21.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, diploma que aprovou o Estatuto do Gestor Público (EGP), alterado pela Lei n.º 64-A/2008 de 31 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, objeto de retificação pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro, da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 16/2012, de 14 de fevereiro e da RCM n.º 36/2012, de 26 de março.

###### 10.5.2.2.2. Aplicação das orientações relativas às remunerações, vigentes para 2014

Ver informação identificada no ponto 11.5.2.2.1. supra.

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO	
			Doc.	Data	Entidade	Pagadora (O/D)
1	Presidente	Eng. José Luís de Azevedo Cacho (Eng. José Luís Cacho)	AG	03-12-2008	n.a.	n.a.
1	Vogal	Eng. Rui António Monteiro Gomes de Paiva (Eng. Rui Paiva)	AG	03-12-2008	n.a.	n.a.
1:2	Vogal	Dr. Luís Manuel Dionísio Marques (Dr. Luís Marques)	AG	03-12-2008	n.a.	n.a.

AG - Assembleia-Geral; OPRLO - Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D: Origem/Destino; n.a. - não aplicável.

Notas:

<sup>1</sup> Por orientações da Tutela, na Assembleia Geral, realizada em 30 de março de 2011, não se procedeu à eleição do novo Conselho de Administração para o mandato 2011-2013, pelo que em conformidade com os Estatutos da empresa o anterior Conselho de Administração exerceu funções até 09 de março de 2015.

<sup>2</sup> Renunciou ao cargo de vogal do Conselho de Administração, a 18 de junho de 2014.

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Eng. José Luís Cacho	n.a.	n.a.	n.a.
Eng. Rui Paiva	n.a.	n.a.	n.a.
Dr. Luís Marques <sup>1</sup>	n.a.	n.a.	n.a.

n.a. - não aplicável.

Nota:

<sup>1</sup> Renunciou ao cargo de vogal do Conselho de Administração, a 18 de junho de 2014.

Membro do CA	EGP			
	Fixado [S/N]	Classificação [A/B/C]	Valores mensais Brutos (€)	
			Remuneração Base	Despesas de Representação
Eng. José Luís Cacho	n.a.	n.a.	0	0
Eng. Rui Paiva	n.a.	n.a.	0	0
Dr. Luís Marques <sup>1</sup>	n.a.	n.a.	0	0

EGP - Estatuto do Gestor Público; n.a. - não aplicável.

Nota:

<sup>1</sup> Renunciou ao cargo de vogal do Conselho de Administração, a 18 de junho de 2014.

Membro do CA	Remuneração Anual (€)							Bruta após reduções remuneratórias
	Variável	Fixa*	Outra	Redução				
				Lei 12-A/2010	Outras	Anos Anteriores**		
Eng. José Luís Cacho	0	0	0	0	0	0	0	
Eng. Rui Paiva	0	0	0	0	0	0	0	
Dr. Luís Marques <sup>1</sup>	0	0	0	0	0	0	0	

\* Inclui remuneração e despesas de representação (sem reduções);

\*\* Remunerações regularizadas no ano em referência e pertencentes a anos anteriores.

Nota:

<sup>1</sup> Renunciou ao cargo de vogal do Conselho de Administração, a 18 de junho de 2014.

Membro do CA (nome)	Remuneração Anual (€)				
	Variável	Fixa*	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após Reduções (3)=(1)-(2)
Eng. José Luís Cacho	0	0	0	0	0
Eng. Rui Paiva	0	0	0	0	0
Dr. Luís Marques <sup>1</sup>	0	0	0	0	0

\* Inclui remuneração e despesas de representação;

\*\* Remunerações regularizadas no ano em referência e pertencentes a anos anteriores.

Nota:

<sup>1</sup> Renunciou ao cargo de vogal do Conselho de Administração, a 18 de junho de 2014.

Nome	Benefícios Sociais (€)							
	Sub. Refeição		Regime de Proteção Social		Seguros		Outros	
	Valor/dia	Montante pago Ano	Identificar	Valor	Saúde	Vida	Identificar	Valor
Eng. José Luís Cacho	0	0	---	0	0	0	0	0
Eng. Rui Paiva	0	0	---	0	0	0	0	0
Dr. Luís Marques <sup>1</sup>	0	0	---	0	0	0	0	0

Nota:

<sup>1</sup> Renunciou ao cargo de vogal do Conselho de Administração, a 18 de junho de 2014.

Nome	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Eng. José Luís Cacho	0	0	0
Eng. Rui Paiva	0	0	0
Dr. Luís Marques <sup>1</sup>	0	0	0

Nota:

<sup>1</sup> Renunciou ao cargo de vogal do Conselho de Administração, a 18 de junho de 2014.

Nome	Encargos com Viaturas								
	Viatura		Contrato	Modalidade	Ano		N.º Prestações	Valor Renda	
	Atribuída	Valor			Início	Termo		Mês	Ano
	[S/N]	[€]	[S/N]	[Identificar]					
Eng. José Luís Cacho	N	0	N	---	---	---	---	---	---
Eng. Rui Paiva	N	0	N	---	---	---	---	---	---
Dr. Luís Marques <sup>1</sup>	N	0	N	---	---	---	---	---	---

S/N - Sim/Não; N.A. - não aplicável.

Nota:

<sup>1</sup> Renunciou ao cargo de vogal do Conselho de Administração, a 18 de junho de 2014.

Nome	Plafond mensal	Gastos anuais associados a Viaturas (€)				Observações
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	
Eng. José Luís Cacho	---	---	---	---	---	
Eng. Rui Paiva	---	---	---	---	---	
Dr. Luís Marques <sup>1</sup>	---	---	---	---	---	

Nota:

<sup>1</sup> Renunciou ao cargo de vogal do Conselho de Administração, a 18 de junho de 2014.

Nome	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					Gasto total com Viagens(Σ)
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		
				Identificar	Valor	
Eng. José Luís Cacho	0	0	0	---	0	0
Eng. Rui Paiva	0	0	0	---	0	0
Dr. Luís Marques <sup>1</sup>	0	0	0	---	0	0

Nota:

<sup>1</sup> Renunciou ao cargo de vogal do Conselho de Administração, a 18 de junho de 2014.

### 10.5.2.3. Fiscalização

A fiscalização da sociedade é exercida, conforme estabelecido no artigo 16.º dos Estatutos da APFF, S.A., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 210/2008, de 3 de novembro, "por um Fiscal Único, que deve ser um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas, eleito em Assembleia Geral, por um período de três anos, podendo ser renovado, nos termos da legislação aplicável."

Mandato	Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação		Contratada	N.º Mandatos Exercidos
		Nome	N.º	Forma	Data		
2014/2016	Fiscal Único	PricewaterhouseCooperes (PwC) & Associados, SROC, Lda. <sup>1</sup>	183	AG	18-03-2014	<sup>2</sup> 10.000€	3

<sup>1</sup> Representada por Dr. José Miguel Dantas Maio Marques ou, em substituição, por Dr. Hermínio António Paulos Afonso;

<sup>2</sup> De acordo com a reunião da Assembleia Geral, datada de 30 de novembro de 2008, o pagamento de honorários ao Fiscal Único "deverá ser fixado com base nos praticados no mercado para os serviços de revisão legal de contas e a acordar entre o Fiscal Único e o Conselho de Administração."

Nome	Remuneração Anual 2014(€)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após Reduções (3)=(1)-(2)
PricewaterhouseCooperes & Associados, SROC, Lda	10.000	1.000	9.000

#### 10.5.2.3.1. Aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes para 2014

Os honorários do Fiscal Único, relativos ao ano de 2014, cumprem o estipulado no artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

### 10.5.2.4. Dos restantes trabalhadores

#### 10.5.2.4.1. Redução remuneratória aos trabalhadores, em conformidade com o artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro

Na sequência dos despachos do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e do Secretário de Estado da Administração Pública, a APFF, S.A. não aplicou, no ano de 2014, as reduções remuneratórias previstas no artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

#### 10.5.2.4.2. Proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do artigo 39.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro

A APFF, S.A. não praticou quaisquer atos que substanciassem valorizações remuneratórias aos seus trabalhadores.

#### 10.6. Aplicação do disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente:

##### 10.6.1. À utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa

O Grupo não atribuiu cartões de crédito nem quaisquer outros instrumentos de pagamento aos seus gestores.

##### 10.6.2. O reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal

O Grupo não reembolsa quaisquer despesas de representação pessoal aos seus gestores.

#### 10.7. Contratação Pública

##### 10.7.1. Indicação sobre o modo como foram aplicadas as normas de contratação pública vigentes em 2014

A APA, S.A. e a APFF, S.A., encontram-se vinculadas ao cumprimento das normas de contratação pública constantes do Código dos Contratos Públicos (CCP), relativamente à formação de contratos de empreitada e concessão de obras públicas, concessão de serviços públicos, locação e aquisição de bens móveis e aquisição de serviços, salvo se o objeto dos mesmos se integrar no âmbito dos denominados sectores especiais, caso em que tal vinculação se verifica apenas para contratos cujo valor seja igual ou superior aos limiares comunitários aplicáveis (Diretiva 2004/17/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março e Regulamento (UE) n.º 1336/2013 da Comissão de 13 de dezembro).

Porém, mesmo nas contratações em que as empresas não se encontrem adstritas ao cumprimento do CCP, é prática de ambas as Administrações Portuárias optarem pela aplicação subsidiária do regime previsto no dito normativo, eventualmente adaptado às especificidades do caso concreto, salvaguardando-se, deste modo, o respeito pelos princípios conformadores da atividade administrativa, bem como a economia, eficácia e eficiência das contratações efetuadas, mesmo nas áreas de maior flexibilidade contratual.

Para a prossecução de tais desideratos encontram-se implementados na APA, S.A. e na APFF, S.A., procedimentos que asseveram o cumprimento das normas de contratação pública nos termos expostos.

Ressalta-se, desde logo, a existência de minutas das peças procedimentais e outros documentos pré-contratuais, as quais configuram instrumentos de contratação que vertem as principais exigências legais em matéria de contratação. Estas minutas servem de referencial aos diversos colaboradores da APA, S.A. e da APFF, S.A. aquando da formalização de cada procedimento de contratação específico, assegurando o cumprimento das ditas exigências.

De igual guisa, encontra-se implementado um sistema de controlo e verificação prévia de todos os processos de contratação pública submetidos ao Conselho de Administração, em concreto, aqueles que envolvem despesa superior a 5 mil euros, os quais são previamente analisados pela Direção Financeira e de Desenvolvimento Organizacional, pelo Gabinete da Estratégia e pelo Gabinete Jurídico, garantindo-se, assim, o adequado enquadramento legal, financeiro, contabilístico e estratégico dos aludidos processos.

A este propósito, não será despidendo destacar o documento pré-contratual denominado "Proposta de Autorização", no qual se evidencia o supra referido procedimento de controlo prévio, a justificação da necessidade de contratar, bem como os principais aspetos da contratação proposta e referentes tanto à fase de formação como de execução do contrato. Este instrumento documental permite ao Conselho de Administração de ambas as Administrações Portuárias, não só assegurar-se do cumprimento dos procedimentos de controlo interno instituídos na empresa, como deliberar de forma suficientemente fundamentada cada um dos processos de contratação que lhe são postos à consideração.

No que concerne aos processos aquisitivos de bens e serviços que envolvem despesa de valor igual ou inferior a 5 mil euros, e na esteira do propugnado nos artigos 128.º e 129.º do CCP, são os mesmos submetidos a um regime simplificado de contratação, o qual consiste na respetiva formalização no sistema informático de gestão integrada administrativa e financeira em uso na empresa, através do qual são submetidos a autorização do Administrador com competência na matéria.

Realça-se, porém, que mesmo relativamente a estas aquisições de reduzida expressão financeira, o procedimento interno de autorização de despesa, tal qual se encontra instituído, garante o funcionamento de um sistema de controlo prévio rigoroso, transparente e eficaz, porquanto, uma vez detetada a necessidade de aquisição, a correspondente despesa só é assumida pela APA, S.A. e pela APFF, S.A. depois de devidamente justificada e autorizada ou pela Direção Financeira e de Desenvolvimento Organizacional (no caso de despesas inferiores a

500 euros) ou por um Administrador (no caso de despesas superiores a 5 mil euros). Ademais, sempre que exista desvio entre o montante faturado e o montante autorizado, a despesa só é assumida pelas mencionadas Administrações Portuárias depois de submetida a novo processo de autorização no âmbito do qual seja devidamente justificado o referido desvio.

Faz-se notar, ainda, que a APA, S.A. e a APFF, S.A., dão integral cumprimento às obrigações de publicitação e transparência previstas em diversas normas do CCP.

Sublinhe-se a este propósito, que todos os ajustes diretos são publicitados no portal dos contratos públicos, em cumprimento da obrigação ínsita no artigo 127.º do CCP.

De igual modo, são preenchidos no identificado portal, os relatórios de formação e de execução dos contratos públicos celebrados pelas aludidas Administrações Portuárias, bem como, no caso particular das empreitadas de obras públicas, os respetivos relatórios de contratação e de final de obra, tudo conforme propugnado nos artigos 465.º, 108.º e 402.º do normativo em referência.

Ainda na senda do cumprimento das obrigações de publicidade e transparência dos seus procedimentos de contratação pública, impõe-se ressaltar que a APA, S.A. e a APFF, S.A., asseguram a comunicação de dados à Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP, I.P.), e ao Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P. (InCI), nos termos previstos no artigo 472.º do CCP e em conformidade com as diretrizes que para o efeito recebe de tais organismos.

#### **10.7.2. Indicação da existência de procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços e se o mesmo é objeto de revisão periódica, com referência à última atualização**

Ver informação identificada no ponto 11.7.1. supra.

#### **10.7.3. Indicação de quais os atos ou contratos celebrados com valor superior a 5.000 mil euros, independentemente da espécie do ato ou contrato, em causa, e se os mesmos foram sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas, conforme determina o artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC)**

No ano de 2014 o Grupo não celebrou contratos com valor superior a 5.000 mil euros.

### **10.8. Medidas tomadas ao nível da adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)**

#### **10.8.1. APA, S.A.**

Em 10 de agosto de 2010, a APA, S.A., na qualidade de entidade aderente voluntária, outorgou com a ex-ANCP, E.P.E., atualmente ESPAP, I.P., o contrato de adesão ao SNCP, passando todos

os procedimentos de aquisição de bens e serviços superiores a 5 mil euros, a ser precedidos de consulta ao Catálogo Nacional de Compras Públicas (CNCP), de molde a aquilatar da existência de acordo quadro para a contratação em causa.

Assim, no ano de 2014, a APA, S.A. contratou os serviços de vigilância e segurança humana na área de jurisdição da APA, S.A. e plataforma de CACIA e o fornecimento de energia elétrica em média tensão e baixa tensão especial através do acordo quadro (AQ) ESPAP, I.P., disponível para o efeito.

#### **10.8.2. APFF, S.A.**

Em 16 de março de 2011, a APFF, S.A., na qualidade de entidade aderente voluntária, outorgou com a ex-ANCP, E.P.E., atualmente ESPAP, I.P., o contrato de adesão ao SNCP, passando todos os procedimentos de aquisição de bens e serviços superiores a 5 mil euros, a ser precedidos de consulta ao Catálogo Nacional de Compras Públicas (CNCP), de molde a aquilatar da existência de acordo quadro para a contratação em causa.

Assim, no ano de 2014, a APFF, S.A. contratou os serviços de vigilância e segurança humana na área de jurisdição da APFF, S.A. e o fornecimento de energia elétrica em média tensão e baixa tensão especial através dos acordos quadro (AQ) da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP, I.P.), disponíveis para o efeito.

**10.9. Medidas tomadas no âmbito da frota automóvel relativamente às orientações previstas no n.º 4 do artigo 61.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, complementadas com os Despachos n.º 1182/13-SET, de 12 de junho (comunicado através de Ofício Circular n.º 4238, de 1 de julho) e Despacho n.º 1668/13-SET, de 6 de setembro (comunicado através de Ofício Circular n.º 7408, de 2 de dezembro)**

#### **10.9.1. APA, S.A.**

No que concerne à frota automóvel da APA, S.A., ressalta-se que apesar do crescimento significativo da atividade portuária desta Administração Portuária (+13,15%, face a 2013, e +35,47%, face a 2012) e da sua participada (+1,02%, face a 2013 e +19,81%, face a 2012), ter originado frequentes roturas na disponibilidade de viaturas de serviço não foram adquiridos veículos em 2014. O atual volume de atividade aconselha, mesmo, a um aumento dos equipamentos de transporte, o que deverá ser reavaliado em 2015.

Importa ainda referir, que desde 2008 a APA, S.A. dispõe apenas de 31 viaturas.

Assim, atento o presente contexto de restrição orçamental, a APA, S.A., mitigou, de forma equilibrada, eficiente e racional, as mencionadas necessidades de serviço, tendo reduzido em 4 mil euros, face a 2013, os gastos associados à frota automóvel.

#### 10.9.2. APFF, S.A.

No que concerne à frota automóvel, ressalta-se que apesar do crescimento significativo da atividade portuária (+1,02%, face a 2013 e +19,81%, face a 2012), ter originado frequentes roturas na disponibilidade de viaturas de serviço não foram adquiridos veículos em 2014. O atual volume de atividade da APFF, S.A. aconselha, mesmo, a um aumento dos equipamentos de transporte (viaturas para o serviço de exploração portuária), o que deverá ser reavaliado em 2015.

No ano de 2014 a APFF, S.A. dispunha apenas de 4 viaturas de serviço, menos 1 do que em 2010.

Importa ainda referir, que no ano de 2014 os gastos associados à frota automóvel, ascenderam a 11 mil euros, menos 7 mil euros, do que em 2013.

**10.10. Quantificar o impacto das medidas de redução de gastos operacionais vigentes em 2014, justificando o eventual não cumprimento das orientações e objetivos definidos. Atente-se que, no caso das empresas com EBITDA positivo, a redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios é aferida face ao exercício anterior**

##### 10.10.1. Plano de Redução de Custos

O Grupo, com um EBITDA positivo, não reduziu em 2014 o peso dos encargos suportados com os gastos operacionais no volume de negócios (vide quadro seguinte), face a 2013. Esta situação encontra-se prevista no Plano de Atividades e Orçamento, para o triénio 2014-2016, aprovado em reunião de Assembleia Geral de 2 de junho de 2014.

Tal incumprimento decorreu da realização de dragagens de manutenção, no montante de 3.341 mil euros, dos quais 2.468 mil euros realizados pela APA, S.A. e 873 mil euros realizados pela APFF, S.A.. Refira-se ainda que a dragagem realizada pela APA, S.A., durante o ano 2014, integra um plano de intervenções, a realizar entre 2014 e 2016, o qual corresponde a um esforço financeiro para recuperação de 8 anos de dragagens operacionais que, em condições normais de acessibilidade marítima, teriam sido realizadas em cada um dos exercícios económicos. Este gasto anormal influenciou negativamente o objetivo de redução do referido plano de redução de custos, face a 2013.

Ressalta-se ainda, que excluindo os gastos com as dragagens realizadas no ano de 2014, o Grupo manteve em 49% o peso dos gastos operacionais no volume de negócios, face a 2013.

Valores em euros

	Reexp. 2010	Reexp. 2011	Reexp. 2012	2013	2014	$\Delta$ Abosl. 2014/2013	Var. %	$\Delta$ Abosl. 2014/2010	Var. %
<b>EBITDA</b>	13.252.208	9.918.924	14.987.560	12.384.164	11.817.673	-566.491	-5%	-1.434.535	-11%
(1) CMVMC	0	0	0	0	0	0	0%	0	0%
(2) FSE	5.059.350	3.789.989	2.810.184	3.320.428	6.088.788	2.768.360	83%	1.029.438	20%
Dragagens	1.422.150	865.900	259.850	648.165	3.341.030	2.692.865	100%	1.918.880	135%
Deslocações/Estadas	46.632	23.761	22.256	18.196	16.461	-1.734	-10%	-30.170	-65%
Comunicações	130.520	94.388	90.598	91.172	89.437	-1.734	-2%	-41.083	-31%
(3) Gastos com o Pessoal	6.596.584	5.879.014	6.155.146	6.478.903	6.390.199	-88.704	-1%	-206.385	-3%
(3.1.) dos quais indemnizações	32.601	0	425.728	0	0	0	0%	-32.601	0%
Ajudas de Custo	23.726	14.611	18.710	9.796	9.958	162	2%	-13.769	-58%
(4) Gastos Totais = (1)+(2)+(3)-(3.1)	11.623.333	9.669.003	8.539.602	9.799.331	12.478.987	2.679.656	27%	855.655	7%
(5) Volume de Negócios <sup>1</sup>	18.936.947	17.906.461	17.888.838	18.591.646	18.520.679	-70.967	0%	-416.268	-2%
Peso dos Gastos / VN (4)/(5)	61,38%	54,00%	47,74%	52,71%	67,38%	15%	28%	6%	10%
Peso dos Gastos (s/ dragagens) / VN	54,04%	49,16%	48,66%	49,22%	49,34%	0 %	0%	-5%	-9%
Número de RH	n.a	147	144	139	130	-9	-6%	n.a	n.a
N.º Efetivos	n.a	147	144	139	130	-9	-6%	n.a	n.a
N.º Cargos de Direção	n.a	20	20	19	21	2	11%	n.a	n.a
N.º de Efetivos / Cargos de Direção	n.a	7	7	7	6	-1	-15%	n.a	n.a
Viaturas	n.a	n.a	n.a	35	35	0	0%	n.a	n.a
N.º de viaturas	n.a	n.a	n.a	35	35	0	0%	n.a	n.a
Gastos com viaturas	n.a	n.a	n.a	130.873	120.276	-10.597	-8%	n.a	n.a

<sup>1</sup> Inclui o valor registado na rubrica de vendas e prestações de serviços, acrescido de outros rendimentos registados na rubrica "Outros rendimentos", tais como rendimentos de ocupações, rendimentos de concessões, vendas de inertes e fornecimentos diversos a navios.

#### 10.10.2. Medidas no âmbito da redução dos gastos com comunicações

Durante o ano 2014, o Grupo reduziu, face a 2013, os gastos com comunicações, cumprindo, portanto, o estipulado no número 3 do artigo 61.º da Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro.

Não obstante, importa referir que a subrubrica de comunicações inclui, maioritariamente, gastos decorrentes dos sistemas de segurança e navegabilidade do porto, tais como, Janela Única Portuária (JUP), Plano de Proteção do porto, Plano de Emergência Interno e Pilotagem que, por motivos legais e regulamentares, devem estar ativados 24h/7 dias por semana.

#### 10.10.3. Medidas no âmbito da redução das ajudas de custo e deslocações

Em 2014, o Grupo reduziu, face a 2013, os gastos com deslocações, cumprindo, portanto, o estipulado no artigo 3º do artigo 61.º da Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro.

A orgânica deste Grupo obriga a deslocações constantes dos seus colaboradores entre os portos de Aveiro e Figueira da Foz. Durante o ano 2014, o Grupo excedeu em 162 euros os gastos com ajudas de custo registados em 2013, não cumprindo portanto o estipulado no artigo 3.º do artigo 61º da Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro.

#### 10.10.4. Redução do número de efetivos e de cargos dirigentes

A APA, S.A. realizou em 1 de setembro de 2009, uma reestruturação do seu modelo organizacional passando a incorporar, com efeitos a 1 de janeiro de 2009, também a APFF, S.A.. Neste sentido, foram reduzidas e/ou não ocupadas 6 chefias no total de ambas as empresas (diminuição de 29%), passando várias chefias da APA, S.A. a exercer iguais funções na APFF, S.A., em regime de acumulação.

De referir que em novembro de 2012, o Grupo iniciou um processo de incentivo à rescisão contratual ou aposentação voluntária, que culminou na saída de 7 colaboradores. Estima-se que as saídas decorrentes deste processo, se implementado o novo modelo de operação portuária, não careçam de substituição, configurando, portanto, oportunidades de reestruturação orgânica e tecnológica que poderá implicar novas contratações em áreas deficitárias.

### 10.11. Cumprimento do Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado, conforme previsto no artigo 123.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro

Em cumprimento do artigo 123.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, informamos que o Grupo efetua a movimentação dos seus fundos por recurso aos serviços bancários disponibilizados pelo Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, E.P.E. (IGCP, E.P.E.).

Contudo têm-se defrontado com algumas dificuldades, decorrentes do facto de o IGCP, E.P.E. não disponibilizar a totalidade das soluções operacionais e de financiamento.

Assim, em abril de 2013, solicitou a empresa-mãe parecer junto do IGCP, E.P.E., para que fossem mantidos parte dos excedentes de tesouraria (cerca de 30%) na banca comercial - os quais configuram depósitos à ordem - com o objetivo de promover uma gestão financeira com garantia de financiamento. A 19 de dezembro de 2013, autorizou SE a Secretária de Estado do Tesouro, através do despacho n.º 2405/12-SET, "*a exceção do cumprimento do pedido de Unidade de Tesouraria, nos termos do pedido da APA, atenta a relevância da banca comercial na atividade da empresa.*" Refira-se ainda que, a 14 de janeiro de 2014, e por forma a dar cumprimento ao disposto no n.º 4 do artigo 123.º da Lei n.º 83-C/2013, foi efetuado pedido análogo, o qual não obteve resposta.

A 31 de dezembro de 2014, 81% das disponibilidades do Grupo estavam depositadas no IGCP, E.P.E..

## 10.12. Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas, bem como das medidas tomadas para a sua adoção e o respetivo resultado

No ano de 2014, nenhuma das empresas do Grupo foi auditada pelo Tribunal de Contas.

## 10.13. Quadro relativo à informação que se encontrava divulgada a 31 de dezembro de 2014 no sítio do Setor Empresarial do Estado (SEE)

### 10.13.1. APA, S.A.

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S		
Caracterização da Empresa	S		
Função de tutela e acionista	S		
Modelo de Governo /Membros dos Órgãos Sociais	S		
- Identificação dos Órgãos Sociais	S		
- Estatuto Remuneratório Fixado	S	13-04-2015	
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S		
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S		
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S		
Esforço Financeiro Público	S		
Ficha Síntese	S		

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Informação Financeira histórica e atual	S		
Princípios de Bom Governo	S		
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S		
- Transações relevantes com entidades relacionadas	S		
- Outras transações	S		
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:	S	13-04-2015	
- Económico	S		
- Social	S		
- Ambiental	S		
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S		
- Código de Ética	S		

Legenda:

S-Sim; N-Não; NA-Não aplicável

### 10.13.2. APFF, S.A.

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	N.A.		
Caracterização da Empresa	N.A.		
Função de tutela e acionista	N.A.		
Modelo de Governo /Membros dos Órgãos Sociais	N.A.		
- Identificação dos Órgãos Sociais	N.A.		
- Estatuto Remuneratório Fixado	N.A.		
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	N.A.		
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	N.A.		
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	N.A.		
Esforço Financeiro Público	N.A.		
Ficha Síntese	N.A.		
Informação Financeira histórica e atual	N.A.		
Princípios de Bom Governo	N.A.		
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	N.A.		
- Transações relevantes com entidades relacionadas	N.A.		
- Outras transações	N.A.		
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:	N.A.		

A APFF, S.A. é uma empresa detida a 100% pela APA, S.A., pelo que, conforme informação recebidas da DGTF, não está obrigada a divulgar esta informação no site do SEE. Não obstante, esta informação é divulgada no site da empresa, no separador Governo de Sociedade.

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
- Económico	N.A.		A APFF, S.A. é uma empresa detida a 100% pela APA, S.A., pelo que, conforme informação recebidas da DGTF, não está obrigada a divulgar esta informação no site do SEE. Não obstante, esta informação é divulgada no site da empresa, no separador Governo de Sociedade.
- Social	N.A.		
- Ambiental	N.A.		
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	N.A.		
- Código de Ética	N.A.		

# 11. Práticas de Boa Governação Societária

## 11.1. APA, S.A.

No quadro abaixo são identificadas as práticas de Boa Governação Societária, divulgadas no Relatório de Governo Societário 2014 da APA, S.A..

Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página(s)	Observações
	S	N	S	N		
<b>I Missão, Objetivos e Políticas</b>						
1.	Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa	X		X		
2.	Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida	X		X	5-8	
3.	Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa	X		X		
4.	Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios setoriais	X		X		
<b>II Estrutura de Capital</b>						
1.	Estrutura de capital	X		X		
2.	Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações	X		X	8	
3.	Acordos parassociais	n.a.		X		
<b>III Participações Sociais e Obrigações detidas</b>						
1.	Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos	X		X		
2.	A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional	X		X	8-10	
3.	Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização	X		X		
4.	Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade	n.a.		X		
<b>IV Órgãos Sociais e Comissões</b>						
<b>A. Mesa da Assembleia Geral</b>						
1.	Composição da mesa AG, mandato e remuneração	X		X	10	
2.	Identificação das deliberações acionistas	X		X		
<b>B. Administração e Supervisão</b>						
1.	Modelo de governo adotado	X		X		
2.	Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros	X		X	10-21	

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página(s)	Observações
		S	N	S	N		
3.	Composição, duração do mandato, número de membros efetivos	X		X			
4.	Identificação dos membros executivos e não executivos do CA e identificação dos membros independentes do CGS	X		X			
5.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do CA	X		X			
6.	Apresentação de declaração de cada um dos elementos do órgão de administração, de quaisquer participações patrimoniais que detenham na empresa	n.a.		X			
7.	Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto	X		X		10-21	
8.	Organogramas relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais	X		X			
9.	Funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo	X		X			
<b>C. Fiscalização</b>							
1.	Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração do mandato, número de membros efetivos e suplentes	X		X		21-25	
2.	Identificação dos membros da Fiscalização	X		X			
3.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros	X		X			
4.	Funcionamento da fiscalização	X		X			
<b>D. Revisor Oficial de Contas</b>							
1.	Identificação do ROC, SROC	X		X			
2.	Indicação das limitações, legais	X		X			
3.	Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo	X		X		26	
4.	Descrição de outros serviços prestados pelo SROC à sociedade	n.a.		X			
<b>E. Auditor Externo</b>							
1.	Identificação	n.a.		X			
2.	Política e periodicidade da rotação	n.a.		X			
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados	n.a.		X		27	
4.	Indicação do montante da remuneração anual paga	n.a.		X			
<b>V. Organização Interna</b>							
<b>A. Estatutos e Comunicações</b>							
1.	Alteração dos estatutos da sociedade - Regras aplicáveis	X		X			
2.	Comunicação de irregularidades	X		X		27-28	
3.	Indicação das políticas antifraude	X		X			
<b>B. Controlo interno e gestão de riscos</b>							
1.	Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI)	X		X		29-34	

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página(s)	Observações
		S	N	S	N		
2.	Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou SCI	X		X			
3.	Principais medidas adotadas na política de risco	X		X			
4.	Relações de dependência hierárquica e/ou funcional	X		X			
5.	Outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos	X		X			
6.	Identificação principais tipos de riscos	X		X			
7.	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos	X		X		29-34	
8.	Elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade	X		X			
<b>C. Regulamentos e Códigos</b>							
1.	Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos	X		X			
2.	Códigos de conduta e de Código de Ética	X		X		34-39	
3.	Existência de Planos de Ação para prevenir fraudes	X		X			
<b>D. Deveres especiais de informação</b>							
1.	Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação	X		X		40	
2.	Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência	X		X			
<b>E. Sítio da Internet</b>							
1.	Indicação do(s) endereço(s) utilizados na divulgação dos elementos sobre a empresa	X		X		40-41	
F.	<b>Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral</b>	n.a.		X		41	
<b>VI Remunerações</b>							
<b>A. Competência para a Determinação</b>							
B.	<b>Comissão de Fixação de Remunerações</b>	X		X		42	
<b>C. Estrutura das Remunerações</b>							
1.	Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização	X		X			
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada	X		X			
3.	Componente variável da remuneração e critérios de atribuição	n.a.		X		43-44	
4.	Diferimento do pagamento da componente variável	n.a.		X			
5.	Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio	n.a.		X			
6.	Regimes complementares de pensões	n.a.		X			
<b>D. Divulgação das Remunerações</b>							
1.	Indicação do montante anual da remuneração auferida	X		X			
2.	Montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo	n.a.		X			
3.	Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios	n.a.		X			
4.	Indemnizações pagas a ex-administradores executivos	n.a.		X		45-46	
5.	Indicação do montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização da sociedade	X		X			
6.	Indicação da remuneração anual da mesa da assembleia geral	X		X			

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página(s)	Observações
		S	N	S	N		
<b>VII</b>	<b>Transações com partes Relacionadas e Outras</b>						
1.	Mecanismos implementados para controlo de transações com partes relacionadas	X		X		46-47	
2.	Informação sobre outras transações	X		X			
<b>VIII</b>	<b>Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental</b>						
1.	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas	X		X		48-55	
2.	Políticas prosseguidas	X		X			
3.	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial	X		X			
<b>IX</b>	<b>Avaliação do Governo Societário</b>						
1.	Cumprimento das Recomendações	X		X		55	
2.	Outras informações	n.a.		X			

n.a. - não aplicável.

## 11.2. APFF, S.A.

No quadro abaixo são identificadas as práticas de Boa Governação Societária, divulgadas no Relatório de Governo Societário 2014 da APFF, S.A..

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página(s)	Observações
		S	N	S	N		
<b>I</b>	<b>Missão, Objetivos e Políticas</b>						
1.	Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa	X		X		5-7	
2.	Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida	X		X			
3.	Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa	X		X			
4.	Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios setoriais	X		X			
<b>II</b>	<b>Estrutura de Capital</b>						
1.	Estrutura de capital	X		X		7	
2.	Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações	X		X			
3.	Acordos parassociais	n.a.		X			
<b>III</b>	<b>Participações Sociais e Obrigações detidas</b>						
1.	Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos	X		X		7-8	
2.	A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional	X		X			
3.	Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos	X		X			

Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página(s)	Observações
	S	N	S	N		
de administração e de fiscalização						
4.		n.a.		X		
<b>IV Órgãos Sociais e Comissões</b>						
<b>A. Mesa da Assembleia Geral</b>						
1.		X		X	8-9	
2.		X		X	9	
<b>B. Administração e Supervisão</b>						
1.		X		X		
2.		X		X	9-16	
3.		X		X		
4.		X		X		
5.		X		X		
6.		n.a.		X	9-16	
7.		X		X		
8.		X		X		
9.		X		X		
<b>C. Fiscalização</b>						
1.		X		X	17-18	
2.		n.a.		X		
3.		n.a.		X		
4.		n.a.		X		
<b>D. Revisor Oficial de Contas</b>						
1.		n.a.		X		
2.		n.a.		X		
3.		n.a.		X	18-19	
4.		n.a.		X		
<b>E. Auditor Externo</b>						
1.		n.a.		X	19-20	

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página(s)	Observações
		S	N	S	N		
2.	Política e periodicidade da rotação	n.a.		X			
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados	n.a.		X			
4.	Indicação do montante da remuneração anual paga	n.a.		X			
<b>V. Organização Interna</b>							
<b>A. Estatutos e Comunicações</b>							
1.	Alteração dos estatutos da sociedade - Regras aplicáveis	X		X		20	
2.	Comunicação de irregularidades	X		X			
3.	Indicação das políticas antifraude	X		X		20-21	
<b>B. Controlo interno e gestão de riscos</b>							
1.	Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI)	X		X		21-26	
2.	Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou SCI	X		X			
3.	Principais medidas adotadas na política de risco	X		X			
4.	Relações de dependência hierárquica e/ou funcional	X		X			
5.	Outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos	X		X		21-26	
6.	Identificação principais tipos de riscos	X		X			
7.	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos	X		X			
8.	Elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade	X		X			
<b>C. Regulamentos e Códigos</b>							
1.	Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos	X		X			
2.	Códigos de conduta e de Código de Ética	X		X		26-31	
3.	Existência de Planos de Ação para prevenir fraudes	X		X			
<b>D. Deveres especiais de informação</b>							
1.	Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação	X		X		31-32	
2.	Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência	X		X			
<b>E. Sítio da Internet</b>							
1.	Indicação do(s) endereço(s) utilizados na divulgação dos elementos sobre a empresa	X		X		32	
<b>F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral</b>							
		n.a.		X		32-33	
<b>VI Remunerações</b>							
<b>A. Competência para a Determinação</b>							
		X		X		33-34	
<b>B. Comissão de Fixação de Remunerações</b>							
		n.a.		X		34	
<b>C. Estrutura das Remunerações</b>							
1.	Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização	X		X			
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada	X		X			
3.	Componente variável da remuneração e critérios de atribuição	n.a.		X		34-35	
4.	Diferimento do pagamento da componente variável	n.a.		X			

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página(s)	Observações
		S	N	S	N		
5.	Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio	n.a.		X			
6.	Regimes complementares de pensões	n.a.		X			
<b>D.</b>	<b>Divulgação das Remunerações</b>						
1.	Indicação do montante anual da remuneração auferida	n.a.		X			
2.	Montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo	n.a.		X			
3.	Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios	n.a.		X			
4.	Indemnizações pagas a ex-administradores executivos	n.a.		X		35-36	
5.	Indicação do montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização da sociedade	X		X			
6.	Indicação da remuneração anual da mesa da assembleia geral	X		X			
<b>VII</b>	<b>Transações com partes Relacionadas e Outras</b>						
1.	Mecanismos implementados para controlo de transações com partes relacionadas	X		X		36-37	
2.	Informação sobre outras transações	X		X			
<b>VIII</b>	<b>Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental</b>						
1.	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas	X		X			
2.	Políticas prosseguidas	X		X		37-42	
3.	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial	X		X			
<b>IX</b>	<b>Avaliação do Governo Societário</b>						
1.	Cumprimento das Recomendações	X		X		43	
2.	Outras informações	n.a.		X			

n.a. - não aplicável.

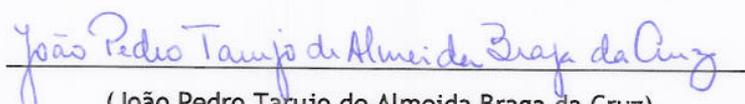


## 12. Nota Final

Como nota final, o Conselho de Administração do Grupo, agradece a todos os trabalhadores e colaboradores da empresa, à comunidade portuária e aos clientes, o seu constante empenho, o qual permitiu que 2014 fosse mais um ano de crescimento da carga movimentada em ambos os portos.

Forte da Barra, 13 de maio de 2015

O Conselho de Administração,

  
(João Pedro Tarujo de Almeida Braga da Cruz)

  
(João Begonha da Silva Borges)

  
(Olinto Henrique Cruz Ravara)

  
(Luís Manuel Barbosa Marques Leal)

**APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A.**

**Demonstrações Financeiras Consolidadas**

**31 de dezembro de 2014**



## Índice das demonstrações financeiras

Balanço Consolidado .....	3
Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas .....	4
Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio .....	5
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa .....	6
1 INTRODUÇÃO.....	7
2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS ..	10
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS .....	11
4 FLUXOS DE CAIXA .....	24
5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS .....	25
6 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO .....	30
7 ATIVOS INTANGÍVEIS.....	31
8 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - OUTROS MÉTODOS.....	33
9 ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS .....	34
10 CLIENTES.....	35
11 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS.....	37
12 OUTRAS CONTAS A RECEBER .....	38
13 DIFERIMENTOS.....	39
14 CAPITAL.....	40
15 RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS.....	40
16 OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO.....	43
17 PROVISÕES .....	45
18 FINANCIAMENTOS OBTIDOS.....	46
19 OUTRAS CONTAS A PAGAR .....	48
20 FORNECEDORES.....	49
21 VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS.....	50
22 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO .....	51
23 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS .....	52
24 GASTOS COM O PESSOAL .....	53
25 OUTROS GASTOS E PERDAS .....	54
26 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS.....	55
27 GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS .....	56
28 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO (IRC).....	57
29 COMPROMISSOS .....	59
30 MATÉRIAS AMBIENTAIS.....	60
31 PARTES RELACIONADAS .....	60
32 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES .....	62
33 EMPRESAS CONSOLIDADAS.....	63
34 EVENTOS SUBSEQUENTES .....	63



BE  
 J  
 Day

## Balanço Consolidado

	Nota	31 de dezembro	
		2014	2013
<b>Ativo</b>			
<b>Não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	311.663.582	317.162.563
Propriedades de investimento	6	4.106.082	4.107.155
Ativos intangíveis	7	38.678.416	40.962.080
Participações financeiras - outros métodos	8	22.500	22.500
Ativos por impostos diferidos	9	-	13.526
		<b>354.470.580</b>	<b>362.267.823</b>
<b>Corrente</b>			
Clientes	10	6.149.838	4.053.398
Adiantamentos a fornecedores		466	466
Estado e outros entes públicos	11	203.999	701.752
Outras contas a receber	12	1.705.398	1.159.466
Diferimentos	13	191.579	208.137
Caixa e depósitos bancários	4	22.794.519	17.023.942
		<b>31.045.800</b>	<b>23.147.160</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>385.516.379</b>	<b>385.414.983</b>
<b>Capital próprio</b>			
<b>Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital</b>			
Capital realizado	14	30.000.000	30.000.000
Reservas legais	15	1.638.179	1.574.634
Outras reservas	15	205.692.134	205.060.595
Resultados transitados	15	(8.778.912)	(8.612.870)
Outras variações no capital próprio	16	74.645.355	73.312.954
		<b>303.196.757</b>	<b>301.335.314</b>
Resultado líquido do exercício		3.079.323	535.446
		<b>306.276.080</b>	<b>301.870.760</b>
Interesses minoritários		-	-
<b>Total do capital próprio</b>		<b>306.276.080</b>	<b>301.870.760</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Não corrente</b>			
Provisões	17	508.840	334.975
Financiamentos obtidos	18	17.180.453	18.634.087
Passivos por impostos diferidos	9	1.107.428	1.080.230
Diferimentos	13	30.649.044	33.734.923
Outras contas a pagar	19	20.554.467	22.422.370
		<b>70.000.231</b>	<b>76.206.586</b>
<b>Corrente</b>			
Fornecedores	20	1.922.298	327.366
Adiantamentos de clientes		1.495	1.418
Estado e outros entes públicos	11	322.080	313.754
Financiamento obtidos	18	1.453.632	1.453.632
Outras contas a pagar	19	2.454.683	2.151.912
Diferimentos	13	3.085.879	3.089.554
		<b>9.240.068</b>	<b>7.337.637</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>79.240.300</b>	<b>83.544.223</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>385.516.379</b>	<b>385.414.983</b>

O Técnico Oficial de Contas

*David da Costa Ferreira*

As notas anexas constituem parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

O Conselho de Administração

*João Pedro Braga da Cruz*  
*António Barata - Cl*  
*3*  
*António Raposo*

## Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas

	Nota	Exercício	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados	21	6.209.624	6.930.963
Subsídios à exploração	22	1.230.878	501.324
Fornecimentos e serviços externos	23	(6.088.788)	(3.320.428)
Gastos com o pessoal	24	(6.390.199)	(6.478.903)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	10	3.163.411	(156.827)
Provisões (aumentos / reduções)	17	(323.924)	-
Outros rendimentos e ganhos	26	15.119.298	15.970.119
Outros gastos e perdas	25	(1.102.626)	(1.062.084)
<b>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>11.817.673</b>	<b>12.384.165</b>
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	5 e 7	(11.975.255)	(11.860.860)
Imparidade de investimentos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/ reversões)	5	3.220.095	(31.919)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>3.062.513</b>	<b>491.386</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	27	204.367	179.517
Juros e gastos similares suportados	27	(111.100)	(111.624)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>3.155.779</b>	<b>559.279</b>
Imposto sobre o rendimento do período	28	(76.456)	(23.833)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>3.079.323</b>	<b>535.446</b>
Resultado das atividades descontinuadas incluído no resultado líquido do período		-	-
<b>Resultado líquido atribuível a:</b>			
Detentores do capital da empresa-mãe		3.079.323	535.446
Interesses minoritários		-	-
		<b>3.079.323</b>	<b>535.446</b>
<b>Resultado por acção:</b>			
- básico		0,51 €	0,09 €
- n.º acções		6.000.000	6.000.000

O Técnico Oficial de Contas

*João de Brito Pereira*

O Conselho de Administração

*João Pedro Braga da Luz*  
*João Braga*  
*Olinto Lavaredo*  
*António Barata* - 4

As notas anexas constituem parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

## Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio

	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total
A 31 de dezembro de 2012	30.000.000	413.850	204.598.583	(7.606.231)	68.498.935	535.446	296.440.583
<b>Alterações no período</b>							
Subsídios ao investimento	-	-	-	-	3.911.074	-	3.911.074
Ajustamento em subsídios	-	-	-	-	845.299	-	845.299
Outras variações nos capitais próprios	-	-	(43.949)	(72.126)	57.647	-	-
Aplicação do resultado líquido de 2012	-	1.160.784	505.960	(934.512)	-	(732.232)	-
	-	1.160.784	462.012	(1.006.638)	4.814.019	(732.232)	4.756.373
Resultado líquido do exercício						535.446	535.446
<b>Resultado integral</b>						5.291.819	5.291.819
A 31 de dezembro de 2013	30.000.000	1.574.634	205.060.595	(8.612.870)	73.312.954	535.446	301.870.760
Subsídios ao investimento	-	-	-	-	(708.692)	-	(708.692)
Ajustamentos em subsídios	-	-	-	-	2.041.093	-	2.041.093
Outros movimentos	-	10.000	33.719	(50.124)	-	-	(6.404)
Aplicação do resultado líquido de 2013	-	53.545	597.821	(115.919)	-	(535.447)	-
	-	63.545	631.540	(166.043)	1.332.401	(535.446)	1.325.996
Resultado líquido do exercício						3.079.323	3.079.323
<b>Resultado integral</b>						4.405.319	4.405.319
A 31 de dezembro de 2014	30.000.000	1.638.179	205.692.134	(8.778.912)	74.645.355	3.079.323	306.276.080

O Técnico Oficial de Contas

*David da Costa Ferreira*

As notas anexas constituem parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

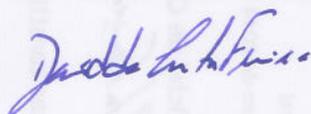
O Conselho de Administração

*João Pedro Braga da Cruz*  
*João*  
*Ofinho Davara*  
*António Barata* 54

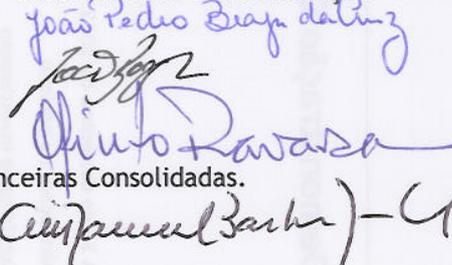
## Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

	Nota	Exercício	
		2014	2013
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		18.737.442	16.932.525
Pagamentos a fornecedores		(5.177.039)	(4.081.883)
Pagamentos ao pessoal		(6.481.072)	(6.264.191)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>7.079.331</b>	<b>6.586.451</b>
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		205.290	(302.378)
Outros recebimentos/ pagamentos		931.470	44.742
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais</b>		<b>8.216.091</b>	<b>6.328.814</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(1.893.028)	(13.433.428)
Ativos intangíveis		(20.984)	(40.223)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	718
Subsídios ao investimento		930.681	6.674.261
Juros e rendimentos similares		103.624	81.993
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento</b>		<b>(879.707)</b>	<b>(6.716.679)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	18	(1.453.634)	(1.453.634)
Juros e gastos e similares	19 e 27	(112.172)	(116.730)
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento</b>		<b>(1.565.806)</b>	<b>(1.570.364)</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes</b>			
Caixa e seus equivalentes no início do período		17.023.942	18.982.170
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	<b>22.794.519</b>	<b>17.023.942</b>

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



As notas anexas constituem parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

## Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

### 1 Introdução

A APA - Administração do Porto de Aveiro S.A. (doravante designada de “Empresa” ou por “APA”), foi constituída pelo Decreto-Lei nº 339/98, de 3 de novembro, sendo uma Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos. A partir dessa data, a Empresa passou a reger-se pelo referido diploma e pelos seus Estatutos e, em tudo o que neles não estiver previsto, pelas normas aplicáveis às sociedades anónimas e pelas normas especiais cuja aplicação decorra do objeto do Grupo. A atuação do Grupo, no uso dos poderes de autoridade referidos naquele diploma, rege-se por normas de direito público.

A Empresa foi inicialmente constituída com um capital social de €7.292 milhares, tendo subsequentemente sido aumentado para €30.000 milhares.

A Empresa sucedeu automática e globalmente à Junta Autónoma do Porto de Aveiro, e continuou a personalidade jurídica desta, conservando a universalidade dos bens, direitos e obrigações integrantes da sua esfera jurídica no momento da transformação.

Mantiveram-se integrados no domínio público do Estado afeto à Empresa, os terrenos do domínio público marítimo situados dentro da área de jurisdição da Junta Autónoma do Porto de Aveiro e ainda os bens afetos à atividade de pesca, serviços de primeira venda e atividades conexas.

Neste contexto, os bens de domínio público encontram-se afetos à atividade do Grupo, que os pode administrar livremente, nesse âmbito, embora não para dispor dos mesmos no que diz respeito ao comércio jurídico privado.

A Empresa assegura o exercício das competências necessárias ao regular funcionamento do porto de Aveiro nos seus múltiplos aspetos de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efetivos e de exploração portuária e ainda a atividades que lhe sejam complementares, subsidiárias ou acessórias. Assim, são competências da Empresa:

- a) atribuição de usos privativos e definição de respetivo interesse público para efeitos de concessão, relativamente aos bens de domínio público que lhe está afeto, bem como à prática de todos os atos respeitantes à execução, modificação e extinção da licença ou concessão;
- b) licenciamento de atividades portuárias de exercício condicionado e concessão de serviços públicos portuários, podendo praticar todos os atos necessários à atribuição, execução, modificação e extinção da licença ou concessão, nos termos da legislação aplicável;

- c) expropriação por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e exercício de servidões administrativas necessárias à expansão ou desenvolvimento portuários, nos termos legais;
- d) fixação das taxas a cobrar pela utilização dos portos, dos serviços neles prestados e pela ocupação de espaços dominiais ou destinados a atividades comerciais ou industriais;
- e) proteção das suas instalações e do seu pessoal;
- f) uso público dos serviços inerentes à atividade portuária e sua fiscalização; e
- g) assunção da responsabilidade em matéria de segurança marítima e portuária na sua área de jurisdição, definindo as condições de segurança e de funcionamento do porto, em todas as suas vertentes, tendo em atenção a necessidade de garantir, de forma adequada, a sua exploração comercial.

Na sua área de jurisdição, só a Empresa pode conceder licenças para execução de obras diretamente relacionadas com a sua atividade e cobrar taxas inerentes às mesmas.

As atribuições referentes à gestão da água na área de jurisdição da Empresa, incluindo a supervisão da sua qualidade, competem ao Instituto da Água e à respetiva Direção Regional do Ambiente.

A APA é a empresa-mãe do Grupo. A sede da empresa subsidiária incluída na consolidação e a proporção do capital detido, direta e indiretamente, pela APA é, em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, como segue:

Denominação social	Sede	% de Participação		
		Direta	Indireta	Total
<b>Empresa-Mãe:</b>				
APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A.	Gafanha da Nazaré	-	-	-
<b>Subsidiárias:</b>				
Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A.	Figueira da Foz	100%	-	100%

A Administração do Porto da Figueira da Foz, S. A. ("APFF"), é uma Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos, foi criada através do Decreto - Lei 210/2008, de 3 de novembro, tendo o

mesmo entrado em vigor 30 dias após a data da sua publicação. A APFF foi constituída com um capital social de 50 milhares de euros, integralmente subscrito e realizado pela APA. Durante o exercício de 2012, o capital social foi aumentado de 50 milhares de euros para 10.000 milhares de euros, mediante a conversão de reservas resultantes da contrapartida da integração no ativo da APFF dos bens destacados na esfera do Instituto Portuário dos Transportes Marítimos (IPTM), ao abrigo do estabelecido no Artigo 8º do Decreto - Lei n.º 210/2008, de 3 de novembro.

A APFF tem por objeto a administração do porto da Figueira da Foz, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária que lhe estejam ou venham a ser cometidas, tendo competências para:

- Atribuição de usos privativos e definição da respetiva utilidade pública para efeitos de concessão, relativamente aos bens do domínio público que lhe está afetos, bem como à prática de todos os atos respeitantes à execução, modificação e extinção de licença ou concessão;
- Licenciamento de atividades portuárias de exercício condicionado e concessão de serviços públicos portuários, podendo praticar todos os atos necessários à atribuição, execução, modificação e extinção da licença ou concessão, nos termos da legislação aplicável;
- Expropriação por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e exercício de servidões administrativas necessárias à expansão ou desenvolvimento portuários, nos termos legais;
- Fixação das taxas a cobrar pela utilização, dos serviços neles prestados e pela ocupação de espaços dominiais ou destinados a atividades comerciais ou industriais;
- Exercer os poderes de autoridade do estado quanto à liquidação e cobrança, voluntária e coerciva, de taxas que lhe sejam devidas nos termos da lei e, bem assim, dos rendimentos provenientes da sua atividade, sendo os créditos correspondentes equiparados aos créditos do Estado e constituindo título executivo as faturas, certidões de dívida ou títulos equivalentes;
- Proteção das suas instalações e do seu pessoal;
- Uso público dos serviços inerentes à atividade portuária e sua fiscalização; e
- Assegurar, de acordo com o regime legal aplicável, o exercício das atribuições em matéria de segurança marítima e portuária na sua área de jurisdição.

Estas Demonstrações Financeiras Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 13 de maio de 2015. É opinião do Conselho de Administração que estas Demonstrações Financeiras Consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada as operações consolidadas do Grupo, bem como a sua posição e performance financeira consolidada, as alterações nos capitais próprios consolidados e fluxos de caixa consolidados.

## 2 Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas

### 2.1 Base de Preparação

Estas Demonstrações Financeiras Consolidadas foram preparadas de acordo com as disposições das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), emitidas e em vigor à data de 1 de janeiro de 2014. Foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomado por base o princípio do custo histórico, exceto quanto aos ativos integrados à data de constituição das Empresas do Grupo, os quais se encontram registados com base numa avaliação patrimonial efetuada por entidade independente (ver Nota 3.3).

A preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas em conformidade com as NCRF requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pelo grupo, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos consolidados, assim como nos rendimentos e gastos consolidados do período de reporte.

Apesar destas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as Demonstrações Financeiras Consolidadas são apresentadas na Nota 3.21.

### 2.2 Derrogação das Disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras Consolidadas, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelas NCRF.

### 2.3 Comparabilidade das Demonstrações Financeiras Consolidadas

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras Consolidadas são, na sua totalidade, comparáveis com as do exercício anterior.

### 3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

#### 3.1 Consolidação

##### Participações Financeiras - Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Empresa tem o poder de decidir sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados na avaliação do controlo que a Empresa detém sobre uma entidade.

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que o Grupo exerce o controlo são consolidadas pelo método de consolidação integral desde a data em que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa.

A aquisição de subsidiárias é registada pelo método de compra. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição acrescido dos custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial, são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses minoritários. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da participação da Empresa nos ativos identificáveis adquiridos é registado como *goodwill*. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados consolidados.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações com empresas do Grupo são eliminados. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas consideradas como um indicador de imparidade para o ativo transferido.

As políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do grupo.

### 3.2 Conversão Cambial

#### Moeda Funcional e de Apresentação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas e respetivas notas deste anexo, são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

#### Transações e Saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados, na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos, ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

### 3.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis (incluindo os bens de domínio público), integrados à data de constituição das Empresas do Grupo, foram registados com base em avaliação patrimonial efetuada por uma entidade independente. A avaliação abrangeu a generalidade dos bens integrados, tendo sido utilizado o método do "Valor em Uso Continuado".

Os ativos fixos tangíveis adquiridos subsequentemente encontram-se valorizados ao custo, deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis, são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os encargos correntes com a manutenção e reparação são registados como custo no exercício em que decorrem. As beneficiações que aumentem o período de vida útil estimado, ou dos quais se espera um aumento material nos benefícios futuros decorrentes da sua efetivação, são incluídos no custo do ativo.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados ao valor da avaliação e/ou custo de aquisição, líquido das respetivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis objeto de avaliação patrimonial, são calculadas pelo método de quotas constantes, tendo em consideração o período de vida útil esperada atribuída na referida avaliação independente.

Para os bens adquiridos após a constituição das Empresas, a depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respetivo bem entrou em funcionamento, de acordo com as taxas dentro dos intervalos definidos na Portaria nº. 671/2000, de 17 de abril (infraestruturas portuárias) ou no Decreto Regulamentar nº 25/09, de 14 de setembro (restantes bens), as quais se considera refletirem a vida útil esperada dos bens. Os valores residuais, as vidas úteis esperadas e os métodos de depreciação são revistos periodicamente e ajustados, se apropriado, à data do balanço consolidado, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme se segue:

	<u>Número de anos</u>
Edifícios e Infraestruturas portuárias	Entre 40 e 100 anos
Equipamento básico	Entre 2 e 15 anos
Equipamento de transporte	Entre 3 e 4 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 e 15 anos

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. Tendo em consideração as atividades desenvolvidas pela Empresa e pela sua subsidiária, e as suas atribuições referidas na Nota introdutória, o valor recuperável é determinado como o valor de uso dos ativos, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado dos ativos afetos às atividades desenvolvidas pelo grupo.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidos como outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas na demonstração dos resultados consolidados.

### 3.4 Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento são imóveis (terrenos, edifícios ou partes de edifícios) detidos com o objetivo de valorização do capital, obtenção de rendas, ou ambas. As propriedades de investimento

foram valorizadas ao custo depreciado na data da transição para as NCRF, o qual é aplicado a todos os ativos classificados como propriedades de investimento.

De acordo com a NCRF 11 - Propriedades de investimento, e no particular do critério de valorização de acordo com o modelo do custo depreciado, é requerida a divulgação do justo valor das propriedades de investimento nas demonstrações financeiras.

O justo valor é determinado com base em avaliações efetuadas por avaliadores externos tendo em conta as condições da sua utilização ou o melhor uso, consoante se encontre arrendado ou não.

### 3.5 Ativos Intangíveis

O custo de aquisição de software e correspondentes licenças é capitalizado, compreendendo todos os custos incorridos com a aquisição e colocação do *software* disponível para utilização. Esses custos são amortizados durante o período de vida útil estimado (3 anos).

Os custos associados ao desenvolvimento ou à manutenção do *software* são reconhecidos como gastos quando incorridos.

Os ativos dos concessionários de uso privativo que, no final do período contratual, reverterem gratuitamente para o Grupo, são registados de acordo com a política acordada entre as Administrações Portuárias, detalhada na Nota 3.6.

### 3.6 Ativos Adquiridos ou Construídos por Concessionários de Serviços Públicos e de Uso Privativo, que Revertam para a Administração Portuária no Final dos Respetivos Contratos

Em 16 de março de 2012 as Administrações Portuárias, em Portugal, acordaram a política contabilística a aplicar no reconhecimento, registo, mensuração e divulgação dos bens adquiridos ou construídos pelos concessionários de serviço público e por concessionários de usos privativos de bens dominiais afetos à atividade portuária que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos. A decisão teve em consideração o parecer da Comissão de Normalização Contabilística (CNC) datado de 3 de janeiro de 2012, a ponderação entre o custo e o benefício e a adoção de critérios objetivos na preparação das demonstrações financeiras. Procurou-se a minimização de custos na identificação de ativos, na sua mensuração inicial e subsequente objetividade na aplicação de um único procedimento de política contabilística e seu contributo relevante para garantir a harmonização contabilística entre as Administrações Portuárias.

A política contabilística adotada é a descrita nos parágrafos abaixo.

**(i) Reconhecimento**

Para efeitos de reconhecimento e tendo em consideração a substância económica dos contratos de concessão em que as Administrações Portuárias beneficiam de contrapartidas na concessão de um direito de prestação de serviço público e/ou de ocupação de um espaço dominial para a realização de atividade portuária, é incorporada no ativo intangível da concedente a quantia correspondente ao valor do direito aos bens a reverter, com a exceção das infraestruturas portuárias, as quais são incorporadas no ativo tangível da concedente. Consideram-se como infraestruturas portuárias os cais, terraplenos e molhes marítimos afetos diretamente à realização de operações portuárias.

O ativo intangível é reconhecido na conta 445 - Concessões - Bens a reverter (esta conta é subdividida em 4451 - Concessões - Bens a reverter em contratos de serviço público e 4452 - Concessões - Bens a reverter em contratos de usos privativos) por contrapartida da conta 282 - Rendimentos a reconhecer.

O ativo é amortizado/depreciado pelo período de vida útil económica estimado pela Administração Portuária, tendo em conta a afetação dos bens à atividade portuária por uma vida útil que não se esgota no horizonte da concessão. Os rendimentos são reconhecidos numa base linear e anual, durante a vida útil do contrato até à data mais curta em que se estime que previsivelmente se virá a exercer o direito de reversão. As quantias correspondentes à diferença entre a amortização/depreciação do ativo intangível e o rendimento do período, incluídas nos resultados líquidos anuais, são transferidas, no período imediatamente seguinte, para a conta 553 - Reservas não distribuíveis - Concessões.

No momento do exercício contratual da reversão, há lugar ao desreconhecimento do ativo intangível seguido do reconhecimento no ativo fixo tangível dos bens revertidos, por transferência do saldo da conta 445 - Concessões - Bens a reverter. O ativo tangível é depreciado por continuidade do período de vida útil económica estimado pela Administração Portuária. O saldo respetivo da conta 553 - Reservas não distribuíveis - Concessões é transferido para a conta 595 - Outras variações no capital próprio - Concessões.

**(ii) Mensuração**

A mensuração inicial é realizada pelo montante suportado pelo concessionário com a aquisição ou construção do ativo em causa. Este custo real do concessionário é obtido com base em informação contabilística fornecida pelo concessionário. Eventuais custos adicionais ao longo da concessão são incorporados nos períodos da sua realização.

Procede-se ao reconhecimento de passivo por imposto diferido, tendo em consideração a diferença temporária entre o apuramento anual de resultado e a tributação que ocorre no momento da

realização efetiva da reversão dos bens. O apuramento anual de resultado decorre da aplicação do justo valor, ainda que baseado nos custos incorridos pelos concessionários, pelo que considerando o n.º 9 do artigo 18.º do CIRC a sua concorrência para a formação do lucro tributável ocorre no período de tributação em que o direito de reversão é exercido. Assim, a tributação em sede de IRC, ocorrerá no ano da realização da reversão, ou seja no final do contrato de concessão.

Eventuais prorrogações da vida do contrato de concessão, se implicarem prorrogação do prazo de reversão gratuita do ativo, serão tratadas como alterações de estimativas contabilísticas nos termos da normalização contabilística em vigor.

Sempre que um contrato de concessão incluir condição que implique o pagamento pela Administração Portuária de montante relativo à reversão de bens, essa condição dará lugar ao reconhecimento de passivo pela parte relativa à obrigação. Mantem-se os restantes registos contabilísticos de reconhecimento do ativo, sendo a rubrica de rendimentos a reconhecer creditada pela diferença entre o montante dos ativos e dos passivos (obrigação contratual) reconhecidos.

Sempre que se verifique a venda de equipamento ao concessionário considera-se para efeitos de registo a data em que a Administração Portuária adquiriu ou construiu o bem. Esta data é a considerada para início de contagem da vida económica esperada. A vida económica esperada poderá ser aumentada pelas grandes reparações ou melhorias entretanto realizadas.

### **(iii) Divulgação em anexo**

Dever-se-ão proceder às divulgações aplicáveis (ver parágrafos 117 a 119 da NCRF 6), com especial ênfase para:

- Descrição dos bens, contratos e direitos de reversão envolvidos;
- Os critérios de reconhecimento;
- Os critérios de mensuração inicial e subsequente;
- As vidas úteis e respetiva amortização/depreciação; e
- As quantias brutas, amortizações/depreciações acumuladas.

### **(iv) Notas adicionais**

Os contratos de concessão de serviço público poderão incluir cláusulas específicas sobre a reversão de bens e investimentos realizados nos últimos anos do período de concessão que impliquem o não reconhecimento de ativos nas contas da concedente. Exemplificando, as concessões de serviço público que impliquem o pagamento de indemnizações à concessionária pelos investimentos realizados nos últimos 10 anos do contrato.

Não se reconheceram os ativos cuja vida útil económica estimada é inferior ao período do contrato de concessão, bem quando a existência de risco tecnológico põe em causa, de forma relevante, a atribuição de valor no final do contrato de concessão.

No caso específico dos contratos de concessão de usos privativos de bens dominiais não afetos à atividade portuária, que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos, o reconhecimento do ativo será realizado apenas no final do contrato, utilizando-se a subconta apropriada da 432 - Edifícios e outras construções por contrapartida de 78 - Outros Rendimentos e Ganhos.

### 3.7 Imparidade de Ativos

O Grupo realiza os testes de imparidade sobre os seus ativos fixos tangíveis e intangíveis sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas não seja recuperável.

Tendo em consideração a natureza das atividades desenvolvidas pelo Grupo, com a natureza de serviço público, o valor recuperável dos ativos sujeitos a teste de imparidade corresponde ao seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa). Uma perda por imparidade é reconhecida nas Demonstrações Financeiras Consolidadas pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável.

Em cada data de relato é avaliada a possível reversão e/ou reforço da perda por imparidade. Por se tratar de uma imparidade do negócio, a alocação da mesma é efetuada numa, base pro-rata, pelo valor dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, da seguinte forma:

### 3.8 Clientes e Outras Contas a Receber

As rubricas de Clientes e Outras Contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e outras contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Ajustamento de contas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

### 3.9 Caixa e Equivalentes a Caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, assim como os descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no balanço consolidado, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e são considerados na elaboração da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

### 3.10 Capital Social

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

### 3.11 Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração consolidada dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se o Grupo possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

### 3.12 Imposto Sobre o Rendimento (IRC)

A partir do exercício de 2009, inclusive, o Grupo passou a estar sujeito ao Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS) previsto no artigo n.º 69.º e seguintes do Código do IRC, sendo o grupo de tributação constituído pela APA e pela sua subsidiária APFF. As empresas que se englobam no perímetro do grupo de sociedades sujeitas a este regime apuram e registam o imposto sobre o rendimento tal como se fossem tributadas numa ótica individual. Caso sejam apurados ganhos na aplicação deste regime, estes são registados, na sua totalidade, como um rendimento da Empresa.

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração consolidada dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos com base na responsabilidade de balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis.

### 3.13 Provisões

As provisões são reconhecidas quando o grupo tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, o Grupo divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

### 3.14 Subsídios e Apoios do Governo

O Grupo reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos semelhantes apenas quando existir segurança que o Grupo cumprirá com as condições inerentes à sua atribuição e que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio "Outras variações de capital", sendo subsequentemente creditados na demonstração consolidada dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração consolidada dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

### 3.15 Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

### 3.16 Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo aos serviços prestados no decurso normal da atividade do grupo. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais atribuídos.

### 3.17 Matérias Ambientais

São reconhecidas provisões para Matérias ambientais sempre que o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

O Grupo incorre em dispêndios e assume passivos de carácter ambiental. Assim, os dispêndios com equipamentos e técnicas operativas que assegurem o cumprimento da legislação e dos regulamentos aplicáveis, bem como a redução dos impactos ambientais para níveis que não excedam os correspondentes a uma aplicação viável das melhores tecnologias disponíveis desde as referentes à minimização do consumo energético, das emissões atmosféricas, da produção de resíduos e do ruído, são capitalizados quando se destinem a servir de modo duradouro a atividade do grupo, e se relacionem com benefícios económicos futuros, permitindo prolongar a vida útil, aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pelo grupo.

Em relação aos encargos de carácter ambiental o Grupo, no âmbito do desenvolvimento da sua atividade incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como um custo nos resultados operacionais do período.

Os dispêndios de carácter ambiental incorridos para preservar recursos ou para evitar ou reduzir danos futuros, e que se considera que permitem prolongar a vida ou aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pelo grupo, são capitalizados.

### 3.18 Benefícios dos Empregados

O Grupo reconhece em gastos os benefícios a curto prazo para os empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico, e como um passivo, após a dedução da quantia já paga, ou de um ativo, na extensão e que o pré-pagamento conduzirá, por exemplo, a uma redução em futuros pagamentos ou a uma restituição de dinheiro.

Obrigações com férias, subsídio de férias e subsídio de Natal:

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os colaboradores têm anualmente direito a um mês de férias e a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Adicionalmente os colaboradores têm anualmente direito a um mês de subsídio de Natal, direito esse adquirido ao longo do ano e liquidado durante o mês de dezembro de cada exercício civil. Assim, estas responsabilidades são registadas no período em que os colaboradores adquirem o respetivo direito, independentemente da data do seu respetivo pagamento.

### 3.19 Ativos e Passivos Contingentes

O Grupo não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

### 3.20 Acontecimentos após a data de balanço

As Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 13 de maio de 2015, data em que foram aprovadas pelo Conselho de Administração conforme referido na Nota 2.1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço consolidado sobre condições que existiam à data do balanço consolidado são considerados na preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço consolidado que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 34.

### **3.21 Principais Estimativas e Julgamentos Apresentados**

As estimativas e julgamentos com impacto nas Demonstrações Financeiras Consolidadas são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

#### **(i) Provisões**

O Grupo analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

#### **(ii) Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis**

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar, é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração consolidada dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.

**(iii) Imparidade**

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do grupo, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, ao Grupo.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

**(iv) Impostos sobre o Rendimento (IRC)**

As declarações anuais de rendimentos encontram-se sujeitas a revisão e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos. No caso de serem apresentados prejuízos fiscais, as declarações de rendimento podem ser sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais até ao período em que os mesmos possam ser utilizados. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Empresa, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

## 4 Fluxos de Caixa

### 4.1 Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Não existem, em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, caixa e equivalentes de caixa não disponíveis para uso.

### 4.2 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b>Numerário</b>		
- Caixa	3.733	3.770
	<u>3.733</u>	<u>3.770</u>
<b>Depósitos bancários</b>		
- Depósitos à ordem	8.572.626	8.959.682
- Depósitos a prazo	14.150.000	8.050.000
- Outros depósitos	68.160	10.490
	<u>22.790.786</u>	<u>17.020.171</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa (ativo)</b>	<u>22.794.519</u>	<u>17.023.942</u>
<b>Equivalentes de caixa (passivo)</b>	<u>-</u>	<u>-</u>

Os depósitos a prazo, apesar de terem uma maturidade superior a três meses, foram considerados na Demonstração dos Fluxos de Caixa como um equivalente de caixa, pelo facto de haver a possibilidade de desmobilização a qualquer momento, sem qualquer penalização em termos de juros. A totalidade dos depósitos a prazo encontra-se no Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, E. P. E. (IGCP).

Os outros recebimentos/pagamentos incluídos nos fluxos de caixa das atividades operacionais referem-se, fundamentalmente, a pagamentos e/ou reembolsos de Imposto sobre o Valor Acrescentado, recebimento de subsídios à exploração, pagamento de segurança social e outros recebimentos e pagamentos não enquadráveis na atividade operacional.

Em 31 de dezembro de 2014, as linhas de crédito autorizadas mas não utilizadas ascendem a €10.250.000 (2013: €10.250.000).

## 5 Ativos Fixos Tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Ativos em curso	Total
<b>1 de janeiro de 2013</b>								
Custo de aquisição	78.353.244	385.503.592	11.343.286	684.578	928.457	1.584.109	14.432.783	492.830.049
Depreciações acumuladas	-	(70.277.510)	(8.832.344)	(644.680)	(783.230)	(1.471.750)	-	(82.009.514)
Imparidade Acumulada	(5.682.729)	(90.175.959)	(1.979.834)	(17.109)	(12.658)	(33.904)	(667.631)	(98.569.825)
	<b>72.670.515</b>	<b>225.050.123</b>	<b>531.107</b>	<b>22.789</b>	<b>132.568</b>	<b>78.455</b>	<b>13.765.152</b>	<b>312.250.709</b>
<b>Movimentos no exercício:</b>								
Adições	-	456.395	-	-	48.839	51.100	12.688.468	13.244.802
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	799.086	-	-	-	(718)	(816.905)	(18.537)
Reversões de ativos de concessões (i)	-	1.240.411	-	-	-	-	-	1.240.411
Depreciação - exercício	-	(9.009.102)	(400.505)	(16.059)	(76.164)	(33.174)	-	(9.535.004)
Depreciação - alienações	-	-	-	-	-	718	-	718
Reversão / (Reforço) imparidade - exercício	(130.390)	(751.231)	221.870	8.959	(13.734)	(12.744)	656.732	(20.538)
	<b>(130.390)</b>	<b>(7.264.440)</b>	<b>(178.635)</b>	<b>(7.100)</b>	<b>(41.059)</b>	<b>5.181</b>	<b>12.528.296</b>	<b>4.911.853</b>
<b>31 de dezembro de 2013</b>								
Custo de aquisição	78.353.244	387.999.484	11.343.286	684.578	977.296	1.634.491	26.304.347	507.296.725
Depreciações acumuladas	-	(79.286.612)	(9.232.849)	(660.739)	(859.394)	(1.504.206)	-	(91.543.801)
Imparidade Acumulada	(5.813.119)	(90.927.190)	(1.757.964)	(8.150)	(26.392)	(46.648)	(10.899)	(98.590.363)
	<b>72.540.125</b>	<b>217.785.682</b>	<b>352.472</b>	<b>15.689</b>	<b>91.509</b>	<b>83.637</b>	<b>26.293.448</b>	<b>317.162.563</b>

(i) Ver Nota 7.

APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A.  
 Demonstrações Financeiras Consolidadas (em euros)  
 31 de dezembro de 2014

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Ativos em curso	Total
<b>1 de janeiro de 2014</b>								
Custo de aquisição	78.353.244	387.999.484	11.343.286	684.578	977.296	1.634.491	26.304.347	507.296.725
Depreciações acumuladas	-	(79.286.612)	(9.232.849)	(660.739)	(859.394)	(1.504.206)	-	(91.543.801)
Imparidade Acumulada	(5.813.119)	(90.927.190)	(1.757.964)	(8.150)	(26.392)	(46.648)	(10.899)	(98.590.363)
	<b>72.540.125</b>	<b>217.785.682</b>	<b>352.472</b>	<b>15.689</b>	<b>91.509</b>	<b>83.637</b>	<b>26.293.448</b>	<b>317.162.563</b>
<b>Movimentos no exercício:</b>								
Adições	-	667.101	-	-	30.338	39.199	218.146	954.784
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	25.690.679	-	-	(37.964)	(3.653)	(25.690.679)	(41.616)
Reversões de ativos de concessões (i)	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação - exercício	-	(9.193.525)	(346.233)	(14.734)	(71.366)	(39.519)	-	(9.665.377)
Depreciação - alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação- transf. e abates	-	-	-	-	35.422	3.653	-	39.075
Reversão / (Reforço) imparidade - exercício	5.329	3.103.804	268.249	8.149	6.318	(14.332)	(163.363)	3.214.154
	<b>5.329</b>	<b>20.268.058</b>	<b>(77.983)</b>	<b>(6.585)</b>	<b>(37.251)</b>	<b>(14.652)</b>	<b>(25.635.896)</b>	<b>(5.498.980)</b>
<b>31 de dezembro de 2014</b>								
Custo de aquisição	78.353.244	414.357.264	11.343.286	684.578	969.670	1.670.038	831.814	508.209.893
Depreciações acumuladas	-	(88.480.137)	(9.579.082)	(675.473)	(895.338)	(1.540.073)	-	(101.170.103)
Imparidade Acumulada	(5.807.791)	(87.823.386)	(1.489.715)	(0)	(20.074)	(60.980)	(174.262)	(95.376.208)
	<b>72.545.453</b>	<b>238.053.740</b>	<b>274.489</b>	<b>9.104</b>	<b>54.258</b>	<b>68.985</b>	<b>657.552</b>	<b>311.663.582</b>

(i) Ver Nota 7.

Durante o exercício de 2014, não terminou qualquer concessão de uso privativo. No exercício de 2013, as reversões de ativos de concessões e/ou licenças foram como segue:

	BEMSECA - Comércio de Bacalhau, S.A. (i)	DOCAPESCA - Portos e Lotas, S.A. (ii)	Total reversões
Valor de aquisição / avaliação	357.806	1.068.962	1.426.769
Amortizações acumuladas	(186.357)	-	(186.357)
	<u>171.449</u>	<u>1.068.962</u>	<u>1.240.411</u>

(i) Refere-se à reversão antecipada dos bens da concessão BEMSECA - Comércio de Bacalhau, S.A., por insolvência do concessionário. De acordo com o contrato de concessão, a declaração de insolvência é uma das causas de extinção da concessão, pelo que, nas circunstâncias, por deliberação de 2 de maio de 2013, o Conselho de Administração da APA fez operar a rescisão contratual da concessão.

(ii) Refere-se à posse administrativa dos armazéns de comerciantes da DOCAPESCA - Portos e Lotas, S.A.. Estes não se encontravam registados nas Demonstrações Financeiras da APA pelo facto dos mesmos não se enquadrarem no conceito de atividade portuária. Assim, de acordo com o estabelecido na Nota 3.6, o correspondente reconhecimento apenas ocorre no momento em que os mesmos reverterem para a Empresa. O valor pelo qual os edificados deste concessionário foram registados nas Demonstrações financeira da Empresa resultam de uma avaliação interna, efetuada por um funcionário com competência para o efeito, a qual levou em consideração as características do imóvel, o seu atual estado de conservação e a sua vida útil estimada.

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de “Ativos em Curso” referem-se aos seguintes projetos:

	2014	2013
<b>APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A.</b>		
- Reconfiguração da barra do porto de Aveiro	-	25.596.791
- ZALI - Zona de atividades logísticas e industriais	500.000	500.000
- Construção oficinas e balneários do porto de Aveiro	-	84.145
- Plataforma logística de contentores	37.214	-
- Plataforma logística de contentores	30.144	30.144
- Ampliação esteira do Terminal de Graneis Líquidos	25.498	25.498
- Outros	46.622	55.747
	<b>639.478</b>	<b>26.292.325</b>
<b>APFF - Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A.</b>		
- Pavimentação do cais comercial	118.000	-
-Ampliação da rede de água	56.616	-
- Outros	17.720	12.022
	<b>192.336</b>	<b>12.022</b>
	<b>831.814</b>	<b>26.304.347</b>

O gasto com depreciação de ativos fixos tangíveis no exercício de 2014 ascendeu a €9.665.377 (2013: €9.535.004), e está reconhecido na rubrica “Depreciações do exercício” da demonstração consolidada dos resultados.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não foram capitalizados de gastos financeiros. Até 31 de dezembro de 2010 foram capitalizados encargos financeiros no montante de €491.229.

Conforme referido nas Notas 3.3 e 3.6, os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis da APFF são testados anualmente para determinação de imparidade, pelo facto do valor pelo qual os mesmos se encontram escriturados não ser totalmente recuperável. Tendo em consideração as atividades desenvolvidas pela Empresa, com natureza de serviço público, o valor recuperável resultante dos testes de imparidade, corresponde ao valor de uso dos ativos.

Por se tratar de uma imparidade do negócio, a alocação da mesma é efetuada numa, base pro-rata, pelo valor dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis.

Pelo facto dos estudos levados a cabo com vista à determinação do valor do negócio e, consequentemente, da imparidade a reconhecer sobre os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis em uso pela APFF ter levado em consideração (i) os investimentos em curso e a realizar a médio prazo e (ii) que a realização de tais investimentos só serão possíveis caso os mesmos venham a ser financiados por subsídios não reembolsáveis, a perda por imparidade encontra-se, também, a ser imputada aos ativos fixos tangíveis que no final de cada relato financeiro se encontram em curso.

Assim durante os exercícios de 2014 e de 2013, os movimentos registados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, relacionados com a imparidade sobre ativos fixos tangíveis e intangíveis da APA e da sua subsidiária APFF, analisam-se como segue:

	31.12.2013	Impacto no resultado do exercício de 2014			31.12.2014
		Reversão (i)	Reforço	Valor líquido	
<b>Ativos fixos tangíveis</b>					
Administração do Porto da Figueira da Foz	97.917.245	(3.367.143)	152.989	(3.214.154)	94.703.091
Administração do Porto de Aveiro	673.118	-	-	-	673.117
	<u>98.590.363</u>	<u>(3.367.143)</u>	<u>152.989</u>	<u>(3.214.154)</u>	<u>95.376.208</u>
<b>Ativos intangíveis</b>					
Administração do Porto da Figueira da Foz	16.552	(8.615)	2.674	(5.941)	10.611
	<u>98.606.915</u>	<u>(3.375.758)</u>	<u>155.663</u>	<u>(3.220.095)</u>	<u>95.386.819</u>

(i) A APFF reverte, numa primeira fase, um valor de imparidade equivalente às depreciações registadas no exercício, tendo por base a taxa de imparidade apurada no exercício anterior.

Durante o exercício de 2013, a APA reconheceu uma imparidade, no valor de €673.118, relativa aos edifícios de uma concessão de uso privativo, que reverteram para a Empresa no exercício de 2009. Dado o estado de degradação de tais edifícios, foi reconhecida, no exercício de 2013, uma perda por imparidade sobre os mesmos.

## 6 Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento são compostas por terrenos e edifícios com o objetivo de valorização, tendo apresentado a seguinte evolução:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
A 1 de janeiro:	4.107.155	4.169.854
<b>Movimentos no exercício:</b>		
Aumentos / (Reduções)	<u>(1.072)</u>	<u>(62.699)</u>
	<u>(1.072)</u>	<u>(62.699)</u>
A 31 de dezembro:	<u><u>4.106.082</u></u>	<u><u>4.107.155</u></u>

As propriedades de investimentos referem-se, fundamentalmente, a terrenos disponíveis para venda, localizados nos concelhos de Aveiro e de Ílhavo. Pelo facto de não se encontrarem reunidas as condições estabelecidas nos parágrafos 8 e 9 da NCRF 8 - Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas, assim como os requisitos do Apêndice A da referida norma, estes imóveis foram apresentados no balanço como propriedades de investimento.

A APA aplica o modelo de custo para mensurar as propriedades de investimento e a sua divulgação está conforme previsto na alínea e) do parágrafo 79 da Norma Contabilística de Relato Financeiro - Propriedades de Investimento.

No exercício de 2013, a APA procedeu à avaliação individual dos bens registados como propriedades de investimento. Da avaliação resultou o valor global de €7.440.400 (valor contabilístico: €4.107.155).

Tendo por base uma avaliação efetuada internamente por um funcionário com competências para o efeito, o justo valor destes imóveis em 31 de dezembro de 2014 não sofreu alteração significativa (€7.444.535) face ao valor de avaliação apurado com referência a 31 de dezembro de 2013.

## 7 Ativos Intangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os movimentos registados em rubricas do ativo intangível foram como segue:

	Software	Concessões	Ativos em curso	Total
<b>A 1 de janeiro de 2013</b>				
Custo de aquisição	786.593	54.336.376	567.100	55.690.069
Amortizações acumuladas	(773.177)	(10.906.557)	-	(11.679.734)
Imparidade acumulada	(5.173)	-	-	(5.173)
	<b>8.243</b>	<b>43.429.819</b>	<b>567.100</b>	<b>44.005.162</b>
<b>Movimentos no exercício</b>				
Adições	14.883	-	-	14.883
Reversões de ativos de concessões	17.819	(357.806)	(567.100)	(907.087)
Amortizações - exercício	-	(2.307.482)	-	(2.307.482)
Amortizações acumuladas - reversões	(18.375)	186.357	-	167.983
Imparidade - Reversão	(11.379)	-	-	(11.379)
	<b>2.948</b>	<b>(2.478.930)</b>	<b>(567.100)</b>	<b>(3.043.082)</b>
<b>31 de dezembro de 2013</b>				
Custo de aquisição	819.295	53.978.570	-	54.797.865
Amortizações acumuladas	(791.552)	(13.027.681)	-	(13.819.233)
Imparidade acumulada	(16.552)	-	-	(16.552)
	<b>11.191</b>	<b>40.950.889</b>	<b>-</b>	<b>40.962.080</b>
<b>Movimentos no exercício</b>				
Adições	12.210	-	8.063	20.273
Amortizações - exercício	(15.814)	(2.294.064)	-	(2.309.878)
Imparidade - Reversão	5.941	-	-	5.941
	<b>2.337</b>	<b>(2.294.064)</b>	<b>8.063</b>	<b>(2.283.664)</b>
<b>31 de dezembro de 2014</b>				
Custo de aquisição	831.505	53.978.570	8.063	54.818.138
Amortizações acumuladas	(807.366)	(15.321.745)	-	(16.129.111)
Imparidade acumulada	(10.611)	-	-	(10.611)
	<b>13.529</b>	<b>38.656.825</b>	<b>8.063</b>	<b>38.678.416</b>

A amortização de ativos intangíveis no exercício de 2014, ascendeu a €2.309.878 (2013: €2.307.482) está incluída na rubrica Gastos/ Reversões de depreciação e de amortização.

APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A.  
 Demonstrações Financeiras Consolidadas (em euros)  
 31 de dezembro de 2014

O detalhe das concessões de uso privativo é como segue incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo, na sequência da adoção da política contabilística referida na Nota 3.6 é como segue:

	Concessão 1	Concessão 2	Concessão 3	Concessão 4	Concessão 5	Total
<b>A 1 de janeiro de 2013</b>						
Custo de aquisição	2.766.694	17.403.374	357.806	33.012.975	795.527	54.336.376
Amortizações acumuladas	(540.960)	(1.957.880)	(172.940)	(8.180.048)	(54.731)	(10.906.557)
	<u>2.225.735</u>	<u>15.445.494</u>	<u>184.867</u>	<u>24.832.927</u>	<u>740.797</u>	<u>43.429.819</u>
<b>Movimentos no exercício:</b>						
Adições	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	(357.806)	-	-	(357.806)
Amortizações - exercício	(172.330)	(435.084)	(13.418)	(1.650.649)	(36.000)	(2.307.482)
Amortização acumulada - reversões	-	-	186.357	-	-	186.357
	<u>(172.330)</u>	<u>(435.084)</u>	<u>(184.867)</u>	<u>(1.650.649)</u>	<u>(36.000)</u>	<u>(2.478.930)</u>
<b>31 de dezembro de 2013</b>						
Custo de aquisição	2.766.694	17.403.374	-	33.012.975	795.527	53.978.570
Amortizações acumuladas	(713.290)	(2.392.964)	-	(9.830.696)	(90.731)	(13.027.681)
	<u>2.053.404</u>	<u>15.010.410</u>	<u>-</u>	<u>23.182.278</u>	<u>704.796</u>	<u>40.950.889</u>
<b>Movimentos no exercício:</b>						
Adições	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-
Amortização - exercício	(172.330)	(435.084)	-	(1.650.649)	(36.000)	(2.294.064)
Amortização acumulada - reversões	-	-	-	-	-	-
	<u>(172.330)</u>	<u>(435.084)</u>	<u>-</u>	<u>(1.650.649)</u>	<u>(36.000)</u>	<u>(2.294.064)</u>
<b>31 de dezembro de 2014</b>						
Custo de aquisição	2.766.694	17.403.374	-	33.012.975	795.527	53.978.570
Amortizações acumuladas	(885.620)	(2.828.048)	-	(11.481.345)	(126.731)	(15.321.745)
	<u>1.881.074</u>	<u>14.575.326</u>	<u>-</u>	<u>21.531.630</u>	<u>668.796</u>	<u>38.656.825</u>

Nota: Os nomes das concessionárias estão protegidos por informação reservada às partes contratantes.

Apresenta-se de seguida quadro com as concessões de uso privativo com ativos que revertem gratuitamente para o Grupo no final do período contratual:

Concessão	Data de início do contrato	Prazo	Bens reversíveis da Concessão	Situação
Navalria - Docas Construções e Reparações Navais, S.A.	01-03-2008	10 anos	Edificados e outras construções	Ativo
Prio Biocombustíveis, S.A.	22-12-2006	20 anos	Tanques	Ativo
SGPAMAG - Sociedade de Graneis do Parque de Aveiro, Movimentação e Armazenagem de Graneis, S.A.	31-12-2010	20 anos	Edificados e outras construções	Ativo
Socarpor - Sociedade de Cargas Portuárias (Aveiro), S.A.	11-08-2006	20 anos	Silos de armazenagem	Ativo

No que refere à Concessão de serviço público atribuída em 26 de janeiro de 2001, por um prazo de 25 anos, à Socarpor - Sociedade de Cargas Portuárias, S.A., para a exploração da operação portuária no Terminal Sul, em regime de serviço público, não foi reconhecido qualquer ativo, pelo facto de se perspetivar que no final do período contratual, os atuais bens em uso por este concessionário não terão qualquer valor económico para a APA. Adicionalmente, referimos que (i) excluem-se da reversão gratuita os investimentos em equipamentos nos últimos 10 anos, pelos quais a concessionária tem direito a ser indemnizada pelo seu valor contabilístico e (ii) a atual infraestrutura em uso pelo concessionário faz parte integrante do ativo da APA.

Adicionalmente, não foi reconhecido qualquer ativo relativo à concessão da Náutica de recreio, pelo facto de se tratar de um contrato de concessão de uso privativo não afeto à atividade portuária, pelo que, nas circunstâncias, os ativos que revertam apenas serão reconhecidos no final do contrato, conforme previsto na política contabilística referida na Nota 3.6.

## 8 Participações Financeiras - Outros Métodos

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os ativos reconhecidos nesta rubrica são como segue:

	% detida	2014	2013
PCI - Parque da Ciência e Inovação, S.A.	1%	22.500	22.500
		<b>22.500</b>	<b>22.500</b>

A Sociedade tem por objeto a instalação, o desenvolvimento, a promoção e a gestão de um Parque de Ciência e Tecnologia, bem como a prestação dos serviços de apoio necessários à sua atividade, que

contribuam para a produção e investigação científica, tecnológica e educativa, como promotor estratégico e operacional da inovação e do empreendedorismo.

Esta participação, adquirida em 2010 pelo montante de €22.500, encontra-se valorizada ao custo por não ser possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

## 9 Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

Os movimentos ocorridos na rubrica de ativos por impostos diferidos para os exercícios apresentados são como se segue:

	Ajustamentos de transição para o SNC	
	2014	2013
A 1 de janeiro	13.526	29.260
<b>Movimentos no exercício:</b>		
Constituição/reversão por capital	-	-
Reversão/reversão por resultados	(13.526)	(15.734)
	<u>(13.526)</u>	<u>(15.734)</u>
A 31 de dezembro	<u>-</u>	<u>13.526</u>

De acordo com o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, os ajustamentos de conversão com efeitos em capitais próprios, decorrentes da adoção, pela primeira vez, do SNC, que sejam considerados fiscalmente relevantes, resultantes do reconhecimento de ativos concorrem, em partes iguais, para a formação do lucro tributável em 2010 e nos quatro exercícios seguintes, ou seja, até 2014.

Os movimentos ocorridos na rubrica de passivos por impostos diferidos para os exercícios apresentados são como se segue:

	Concessões	
	2014	2013
A 1 de janeiro	1.080.230	899.934
<b>Movimentos no exercício:</b>		
Constituição/reversão por capital	-	-
Reversão/reversão por resultados	27.198	180.297
	<u>27.198</u>	<u>180.297</u>
<b>A 31 de dezembro</b>	<u><u>1.107.428</u></u>	<u><u>1.080.230</u></u>

No que se refere aos ativos das concessões, procede-se ao reconhecimento de passivo por imposto diferido, tendo em consideração a diferença temporária entre o apuramento anual de resultado e a tributação que ocorre no momento da realização efetiva da reversão dos bens. O apuramento anual de resultado decorre da aplicação do justo valor, ainda que baseado nos custos incorridos pelos concessionários, pelo que considerando o n.º 9 do artigo 18.º do CIRC a sua concorrência para a formação do lucro tributável ocorre no período de tributação em que o direito de reversão é exercido. Assim, a tributação em sede de IRC ocorrerá no ano da realização da reversão, ou seja no final do contrato de concessão.

## 10 Clientes

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a decomposição da rubrica de Clientes, é como se segue:

	2014	2013
Clientes - conta corrente	6.149.838	4.053.398
Clientes de cobrança duvidosa	7.086.434	10.249.845
	<u>13.236.272</u>	<u>14.303.242</u>
Imparidade	(7.086.433)	(10.249.845)
	<u><u>6.149.838</u></u>	<u><u>4.053.398</u></u>

Clientes - conta corrente: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes decorrentes das prestações de serviços relacionadas com as atividades desenvolvidas pela Empresa e sua subsidiária, as quais se encontram detalhadas na Introdução a este anexo.

#### Imparidade em clientes

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
A 1 de janeiro	10.249.845	10.093.018
Aumento por resultados	2.069.227	2.905.589
Redução por resultados	<u>(5.232.638)</u>	<u>(2.748.763)</u>
	<u>(3.163.411)</u>	<u>156.827</u>
A 31 de dezembro	<u><u>7.086.433</u></u>	<u><u>10.249.845</u></u>

Parte significativa da redução na imparidade de clientes resulta da celebração, em 2014, de Contratos de Concessão de instalações destinadas a atividades da pesca e serviços conexos no porto de pesca costeira de Aveiro e no Porto da Figueira da Foz. A celebração destes Contratos de Concessão resultou das negociações iniciadas no exercício de 2013, com vista à resolução do litígio existente relativo às taxas de movimentação do pescado, faturadas pela Empresa e pela subsidiária APFF, mas que se encontravam em fase de cobrança coerciva.

Assim, o contrato de concessão celebrado pela APA com a Docapesca, fixou como contrapartida da Concessão uma anuidade, no montante de 334.252 euros, atualizável em base anual, de acordo com o fator de atualização das rendas não habitacionais. Esta anuidade produziu efeitos com referência a 1 de outubro de 2014, tendo-se acordado simultaneamente o pagamento do montante de 2.137.868 euros referente às taxas de uso privativo do edifício da lota durante o período de 1 de janeiro de 2000 a 30 de setembro de 2014.

A celebração deste contrato irá dar origem à emissão de notas de crédito, no montante de 2.420.052 euros e a faturação no valor de 2.137.868 euros (ver Nota 20). Adicionalmente, procedeu-se no exercício de 2014 à reversão da totalidade da imparidade reconhecida sobre o saldo a receber deste cliente, no montante de 2.799.357 euros.

Por outro lado, o contrato de concessão celebrado pela subsidiária APFF com a Docapesca, fixou como contrapartida da Concessão uma anuidade, no montante de 190.781 euros, atualizável em base anual, de acordo com o fator de atualização das rendas não habitacionais. Esta anuidade produziu efeitos com referência a 1 de outubro de 2014, tendo-se acordado simultaneamente o pagamento do montante de 372.000 euros referente às taxas de uso privativo do edifício da lota durante o período de 1 de janeiro de 2009 a 30 de setembro de 2014.

A celebração deste contrato irá dar origem à emissão de notas de crédito, no montante de 367.031 euros (ver Nota 20). Adicionalmente, procedeu-se no exercício de 2014 à reversão da totalidade da imparidade reconhecida sobre o saldo a receber deste cliente, no montante de 399.762 euros.

## 11 Estado e Outros Entes Públicos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os saldos com o Estado e outros entes públicos eram como segue:

	2014		2013	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	58.679	-	492.334	-
Impostos s/ rendimento - IRS	-	116.369	-	120.262
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	145.320	44.975	209.418	37.142
Contribuições para a segurança social	-	141.355	-	133.758
Outros impostos	-	19.381	-	22.592
	<b>203.999</b>	<b>322.080</b>	<b>701.752</b>	<b>313.754</b>

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, não existiam dívidas em mora ao Estado.

Para os períodos apresentados o saldo do IRC tem a seguinte decomposição:

	2014	2013
Pagamentos por conta	68.506	309.310
Retenções na fonte	25.906	20.555
IRC - Benefícios fiscais - SIFIDE 2012 (ver Nota 28)	-	174.673
Estimativa de IRC (ver Nota 28)	(35.733)	(12.205)
	<b>58.679</b>	<b>492.334</b>

## 12 Outras Contas a Receber

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a decomposição da rubrica Outras contas a receber, é como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b>Devedores diversos:</b>		
- FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional	1.304.060	891.529
- INERSEL	-	175.177
- Logística CENCYL (FEDER)	17.028	41.049
- Outros	29.836	26.717
	<u>1.350.925</u>	<u>1.134.471</u>
<b>Devedores por acréscimos de rendimentos</b>		
- Rendimentos de concessões ainda não faturados (ver Nota 26)	261.890	-
- Serviços prestados mas ainda não faturados	81.881	-
- Juros a receber	10.703	24.994
	<u>354.473</u>	<u>24.994</u>
	<u><u>1.705.398</u></u>	<u><u>1.159.466</u></u>

Pelo facto de estarem já reunidas todas as condições para o seu recebimento, foi registado na rubrica de devedores diversos um montante de €1.321.088 (2013: €932.577) relativo a subsídios atribuídos mas ainda não recebidos (IFDR e FEDER), pelo facto de ser convicção da Administração que existe uma segurança moderada de que os mesmos irão ser efetivamente recebidos. A contrapartida deste lançamento foi efetuada na rubrica do capital próprio "Outras variações do capital próprio" (€1.321.088 - Subsídio ao investimento). Pelo facto da ocorrência do recebimento deste montante estar prevista para o exercício de 2015, o mesmo foi apresentado no balanço consolidado como um ativo corrente.

### 13 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, o Grupo tem registado na rubrica Diferimentos os seguintes saldos:

(i) Gastos a reconhecer

	2014	2013
Seguros	60.573	57.389
Materiais de economato, limpeza e combustíveis	127.620	137.507
Outros serviços	3.387	13.241
	<b>191.579</b>	<b>208.137</b>

Os gastos a reconhecer referem-se a pré-pagamentos de serviços contratados e ainda não recebidos e a consumíveis e artigos de economato, os quais são inicialmente diferidos, sendo reconhecidos como gasto à medida que vão sendo consumidos.

(ii) Rendimentos a reconhecer

Corrente

	2014	2013
Subsídios à exploração (ver Nota 22)	-	3.674
Concessões	3.085.879	3.085.879
	<b>3.085.879</b>	<b>3.089.554</b>

Não corrente

	2014	2013
Concessões	30.649.044	33.734.923
	<b>30.649.044</b>	<b>33.734.923</b>

Os rendimentos a reconhecer “Subsídios à exploração” resultam dos subsídios recebidos durante o exercício, cujo gasto associado ainda não tinha sido ainda efetivado.

Os rendimentos a reconhecer “Concessões” resultam da aplicação da política contabilística definida na Nota 3.6, no que se refere a ativos de concessões que, no final do período contratual, reverterem gratuitamente para o Grupo. A contrapartida do registo dos ativos é efetuada na rubrica de Rendimentos a reconhecer, sendo o correspondente rendimento reconhecido na demonstração consolidada dos resultados, linearmente, durante o período da concessão.

Os movimentos ocorridos nos exercícios de 2014 e de 2013 foram como segue:

	<u>Concessão 1</u>	<u>Concessão 2</u>	<u>Concessão 3</u>	<u>Concessão 4</u>	<u>Concessão 5</u>	<u>Total</u>
1 de janeiro de 2013	1.704.418	13.072.580	127.220	24.397.319	732.364	40.033.901
Imputação a rendimentos	(340.128)	(962.399)	(17.890)	(1.742.666)	(40.687)	(3.103.769)
Reversão de ativos	-	-	(109.330)	-	-	(109.330)
31 de dezembro de 2013	<u>1.364.290</u>	<u>12.110.182</u>	<u>-</u>	<u>22.654.653</u>	<u>691.677</u>	<u>36.820.802</u>
Imputação a rendimentos	(340.128)	(962.399)		(1.742.666)	(40.687)	(3.085.879)
31 de dezembro de 2014	<u>1.024.162</u>	<u>11.147.783</u>	<u>-</u>	<u>20.911.988</u>	<u>650.990</u>	<u>33.734.923</u>

## 14 Capital

Conforme previsto no artigo 9º dos Estatutos anexos ao Decreto-Lei nº 339/98, de 3 de novembro, o capital social, integralmente subscrito e realizado, foi inicialmente fixado em €7.292 milhares.

Subsequentemente, o capital passou para €30.000 milhares, por incorporação de parte da reserva de avaliação, resultante da avaliação patrimonial efetuada em 1999, conforme Despacho nº 96/2001 da Inspeção Geral das Finanças.

O capital social atual, totalmente subscrito e realizado, é constituído por 6.000.000 ações, com o valor nominal de 5 euros cada. As ações são nominativas e revestem a forma escritural.

## 15 Reservas e Resultados Transitados

### Reserva legal

De acordo com os Estatutos da Empresa e Estatutos da APFF, anualmente deverá ser transferido para a rubrica de reserva legal, no mínimo, 10% do lucro líquido apurado em cada exercício até que a mesma atinja pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não pode ser distribuída aos acionistas,

podendo, contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital e para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

### Outras reservas

As outras reservas incluem:

(i) um montante de €189.766.558 relativo à avaliação patrimonial referida nas Notas 2.1 e 3.3. Esta reserva não é distribuível, podendo ser utilizada para aumentos de capital social ou para absorver resultados transitados negativos.

(ii) um montante de €12.875.628 relativo à contrapartida da integração no ativo da subsidiária APFF dos bens destacados na esfera do IPTM, ao abrigo do estabelecido no Artigo 8º do Decreto-Lei n.º 210/2008, de 3 de novembro (Valor inicial da avaliação, líquido da imparidade reconhecida após a realização da avaliação inicial).

(iii) um montante de €3.049.948 relativo a reservas não distribuíveis, pelo reconhecimento de ativos por reversão gratuita de bens no final do contrato de concessão de serviço público ou uso privativo de bens dominiais afetos à atividade portuária, de acordo com a política contabilística referida na Nota 3.6.

Os movimentos ocorridos nos exercícios de 2014 e de 2013 nas Outras reservas analisam-se como segue:

	01-jan-13	Movimentos no exercício	31-dez-13	Movimentos no exercício	31-dez-14
Reservas - Avaliação patrimonial (APA)	189.766.558	-	189.766.558	-	189.766.558
Reservas - Avaliação patrimonial (APFF)	12.875.628	-	12.875.628	-	12.875.628
Reservas - Efeito das concessões	1.909.709	542.419	2.452.127	597.820	3.049.948
Outros movimentos	(16.529)	(17.189)	(33.719)	33.719	-
	<u>204.535.366</u>	<u>525.229</u>	<u>205.060.595</u>	<u>631.539</u>	<u>205.692.134</u>

Os efeitos da adoção da política contabilística descrita na Nota 3.6 na rubrica Outras reservas foram os seguintes:

	<u>Reservas - Concessões</u>
<b>1 de janeiro de 2013</b>	<b>1.909.709</b>
Movimentos no exercício:	
- Efeito da reversão de ativos de concessões (ver Nota 16)	(57.647)
- Imposto diferido passivo sobre o efeito acima referido	13.698
- Aplicação do resultado líquido de 2012	586.367
	<u>542.419</u>
<b>31 de dezembro de 2013</b>	<b><u>2.452.127</u></b>
Movimentos no exercício:	
- Aplicação do resultado líquido de 2013	597.821
	<u>597.821</u>
<b>31 de dezembro de 2014</b>	<b><u>3.049.948</u></b>

A quantia de €3.049.948 (2013: €2.452.127) refere-se ao rendimento já reconhecido pela Empresa até ao final do exercício precedente ao das demonstrações financeiras do período em análise, na sequência da adoção da política contabilística relativa ao reconhecimento de ativos por reversão gratuita no final dos contratos de concessão de serviço público ou de uso privativo de bens dominiais afetos à atividade portuária. Esta reserva não é distribuível e o montante escriturado é o montante líquido do correspondente imposto diferido passivo. Assim, o movimento em cada exercício, corresponde ao rendimento gerado pelas concessões no exercício anterior, deduzido da transferência Outras variações nos capitais próprios, dos resultados gerados em exercícios anteriores de concessões que reverteram no exercício.

### Resultados Transitados

Nos exercícios de 2014 e de 2013, os movimentos ocorridos nos Resultados Transitados forma como segue:

	<b>Resultados Transitados</b>
<b>31 de dezembro de 2012</b>	<b>(7.606.231)</b>
Resultados gerados pelo Grupo em 2012 aplicados em Resultados Transitados	(934.513)
Outros movimentos	(72.126)
<b>31 de dezembro de 2013</b>	<b>(8.612.870)</b>
Transferência de Outras reservas	(33.719)
Resultados gerados pelo Grupo em 2013 aplicados em Resultados Transitados	(115.919)
Transferência para Reservas Legais	(10.000)
Movimentos em resultados transitados efetuados pela subsidiária APFF	(6.405)
<b>31 de dezembro de 2014</b>	<b>(8.778.912)</b>

## 16 Outras Variações no Capital Próprio

As Outras variações no capital próprio referem-se às seguintes naturezas de movimentos ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

	Subsídios ao investimento	Subsídios ao investimento - Imparidade	Concessões - reversões	Ajustamentos em subsídios	Total
1 de janeiro de 2013	107.850.433	(17.679.651)	2.223.507	(23.895.354)	68.498.935
Adições	6.665.280	-	-	(40.376)	6.624.904
Regularização por capital (ver Nota 15)	-	-	57.647	885.676	943.323
Regularização por resultados	(2.420.433)	(333.775)	-	-	(2.754.208)
<b>31 de dezembro de 2012</b>	<b>112.095.280</b>	<b>(18.013.426)</b>	<b>2.281.154</b>	<b>(23.050.054)</b>	<b>73.312.954</b>
Adições	1.343.215	-	-	-	1.343.215
Regularização por capital	(2)	-	-	2.041.093	2.041.090
Regularização por resultados (ver Notas 25 e 26)	(2.536.760)	484.856	-	-	(2.051.904)
<b>31 de dezembro de 2013</b>	<b>110.901.732</b>	<b>(17.528.570)</b>	<b>2.281.154</b>	<b>(21.008.961)</b>	<b>74.645.355</b>

Conforme referido na Nota 3.6, no exercício em que ocorre o fim de uma concessão, o saldo respetivo da conta 553 - Reservas não distribuíveis - Concessões é transferido para a conta 595 - Outras variações no capital próprio - Concessões. Durante o exercício de 2013, ocorreu a reversão dos ativos de duas concessões de uso privativo, pelo que o montante de €57.647 reconhecido na rubrica de "Outras reservas - concessões", relativo a ambas as concessões, foi transferido para a rubrica "Outras variações nos capitais próprios" (ver Nota 15).

Segundo o parágrafo 12 da NCRF 22 - Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação de Apoios do Governo - os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis, são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios (Outras variações nos capitais próprios), devendo ser imputados, numa base sistemática, como rendimento, durante os períodos necessários para balancearem-nos com os gastos relacionados que pretende que se compensem.

Contudo, a existência de subsídios atribuídos ao grupo não traduz um aumento do capital próprio consolidado absoluto, uma vez que os mesmos são sujeitos a tributação. Consequentemente, a quantia contratualizada com a entidade gera um enriquecimento da mesma quanto à parcela líquida de imposto e, também, a necessidade de efetuar o reconhecimento do passivo fiscal (passivo por imposto diferido) que lhe está associado, o qual vai sendo revertido na proporção do subsídio reconhecido como rendimento no exercício.

Os movimentos ocorridos no exercício relativos a subsídios atribuídos e/ou a atribuir ao Grupo analisam-se como segue:

Componente	2012	Movimentos em 2013			2013	Movimentos em 2014			2014
		Recebido e/ou a receber	Reconhecido como rendimento - Nota 26	Imparidade - (rendimento) / Gasto - Nota 26		Recebido e/ou a receber	Reconhecido como rendimento - Nota 26	Imparidade - (rendimento) / Gasto - Nota 2	
PIDDAC	27.816.752	1.026.366	(980.098)	(74.332)	27.788.688	-	(823.967)	28.234	26.992.955
FEDER	45.781.913	5.638.914	(1.099.189)	(259.444)	50.062.193	1.343.213	(1.372.048)	456.622	50.489.979
Propescas	1.154.685	-	(40.628)	-	1.114.057	-	(40.628)	-	1.073.430
Fundo de Coesão	15.135.049	-	(284.143)	-	14.850.906	-	(284.143)	-	14.566.763
Medida B5-700	171.412	-	(7.831)	-	163.581	-	(7.831)	-	155.749
Outros	110.971	-	(8.542)	-	102.429	-	(8.142)	-	94.286
	<b>90.170.781</b>	<b>6.665.280</b>	<b>(2.420.432)</b>	<b>(333.776)</b>	<b>94.081.854</b>	<b>1.343.213</b>	<b>(2.536.760)</b>	<b>484.856</b>	<b>93.373.162</b>

## 17 Provisões

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o detalhe das provisões analisa-se como segue:

	2014	2013
A 1 de janeiro	334.975	334.975
<b>Movimentos em resultados:</b>		
Dotação (i)	380.058	-
Redução (ii)	(56.134)	-
	<u>323.924</u>	<u>-</u>
<b>Movimentos em balanço:</b>		
Dotação (ii)	79.887	-
Utilização (iii)	(229.947)	-
	<u>(150.060)</u>	<u>-</u>
<b>A 31 de dezembro</b>	<b><u>508.840</u></b>	<b><u>334.975</u></b>

(i) Em 2014 a Empresa constituiu uma provisão de €380.058 para fazer face a riscos do negócio.

(ii) Em 2012, o Grupo reconheceu uma provisão, no montante de €334.975, de incentivos à aposentação. Este incentivo pretende compensar dez trabalhadores do Grupo, pela perda de benefícios de reforma por aposentação antecipada. O pagamento do incentivo ocorre após a confirmação de saída pela Caixa Geral de Aposentações, pelo que a responsabilidade foi reconhecida na rubrica Provisões do balanço, no passivo corrente. A contrapartida desta provisão foi registada na rubrica de Gastos com o pessoal. Em 2014 o Grupo pagou o valor de €229.947 e, reverteu o valor de €56.134.

(iii) Na sequência de realização da empreitada denominada por Reconfiguração da Barra do Porto de Aveiro, a APA celebrou um contrato com uma entidade externa um contrato de prestação de serviços de monitorização hidrodinâmica da ria de Aveiro, pelo montante global de 293.000. Nas circunstâncias, tendo em consideração o referido no parágrafo 18 da NRCF 7 - Activos fixos tangíveis, este montante foi adicionado ao custo diretamente atribuível à referida empreitada. A contrapartida do reconhecimento deste custo foi registada na rubrica de Provisões. Assim, o valor da provisão em 31 de dezembro de 2014, corresponde ao montante contratualizado e ainda não faturado.

## 18 Financiamentos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o detalhe dos empréstimos, quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do exercício, é como segue:

	2014			2013		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	1.453.632	17.180.453	18.634.085	1.453.632	18.634.087	20.087.719
	<u>1.453.632</u>	<u>17.180.453</u>	<u>18.634.085</u>	<u>1.453.632</u>	<u>18.634.087</u>	<u>20.087.719</u>

Os empréstimos bancários incluem:

### (i) Empréstimo Banco Europeu de Investimento (BEI)

O empréstimo junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), no montante de €25.000.000, resulta de um contrato de financiamento celebrado em 29 de outubro de 2004, que teve por objetivo o financiamento das obras de expansão e aumento de capacidade das infraestruturas do porto de Aveiro.

Em benefício da Empresa, o banco abriu um crédito até ao montante de €30.000.000, tendo sido utilizado um montante de €20.000.000 até 31 de dezembro de 2008 e em novembro de 2010 efetuou uma segunda utilização, no montante de €5.000.000, tendo como objetivo o cofinanciamento do projeto de reconfiguração da barra. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Empresa procedeu à amortização de um montante de €1.190.476 (2013: amortização de €1.190.476).

O capital mutuado pelo banco vence juros calculados pela taxa variável do BEI, próxima da taxa Euribor, acrescida de um spread máximo de 0,13%.

Como garantia deste empréstimo, foi assinado um contrato de fiança com o Estado Português.

### (ii) Empréstimo BPI, S.A. - Millennium BCP - Banco Comercial Português, S.A.

A APA foi solidariamente responsável, em conjunto com a Administração do Porto de Lisboa, S.A., Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A., Administração do Porto de Sines S.A. e IPTM, I.P., pela liquidação de um empréstimo contraído pela APP - Associação dos Portos de Portugal (APP) junto de um sindicato bancário em julho de 2000, o qual se destinou a financiar o reembolso antecipado da totalidade do empréstimo obrigacionista APAJP/94. Em 17 de janeiro de 2007, foram

negociados empréstimos bancários o Banco BPI e Banco Millennium BCP, com vista ao financiamento do reembolso antecipado do empréstimo atrás referido, ficando, assim, individualizadas as responsabilidades de cada Administração Portuária e da APP.

O empréstimo, contraído pela APA, no montante global de €2.500.000, consubstanciou-se:

- Taxa de Juro: Euribor a seis meses, acrescida de uma margem de 0,125% ao ano;
- Pagamento de Juros: semestrais e postecipados;
- Reembolso: dezanove prestações semestrais constantes e sucessivas, de capital e juros, tendo-se vencido a primeira doze meses após a assinatura do contrato (janeiro de 2008).

Resultante deste processo, com a contratação do empréstimo relativo à dívida da APP, assumiu, a APA em conjunto com as restantes Administrações Portuárias, a posição de Fiadora.

Realça-se no entanto que, em 17 de janeiro de 2012, a APP procedeu à liquidação total antecipada do referido empréstimo, extinguindo-se, portanto, a responsabilidade da APA como fiadora perante a dívida em questão.

A maturidade dos empréstimos bancários não correntes é como segue:

Ano	BEI	BPI / BCP	Total
2016	1.190.474	263.158	1.453.632
2017	1.190.474	131.579	1.322.053
2018 - 2024	14.404.768	-	14.404.768
	<u>16.785.716</u>	<u>394.737</u>	<u>17.180.453</u>

## 19 Outras Contas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, o detalhe da rubrica de Outras contas a pagar é como segue:

### Não corrente

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Outras contas a pagar - Ajustamentos em subsídios	<u>20.554.467</u>	<u>22.422.370</u>

No reconhecimento inicial dos subsídios é utilizada uma conta de “Ajustamento a subsídios” no capital próprio (movimento a débito) por contrapartida de uma conta de “Outras contas a pagar” no passivo (movimento a crédito), por conta do imposto sobre o rendimento a pagar no futuro. Nos períodos subsequentes, os “Ajustamentos a subsídios” são regularizados à medida que os subsídios vão sendo reconhecidos em resultados do período, por contrapartida de Outras contas a pagar.

### Corrente

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fornecedores investimentos	176.276	232.791
Cauções de fornecedores	49.152	309.432
Credores diversos	37.590	48.140
Outras contas a pagar - Ajustamentos em subsídios	459.968	627.685
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a pagar	735.327	711.061
Créditos a emitir à Docapesca	649.215	-
Juros a liquidar	5.740	6.812
Outros	341.416	215.991
	<u>1.731.697</u>	<u>933.864</u>
	<u>2.454.683</u>	<u>2.151.912</u>

Remunerações a pagar - Esta rubrica respeita ao direito ao subsídio de férias e a dias de férias e respetivos encargos obrigatórios, adquiridos pelos trabalhadores em 31 de dezembro de cada ano, cujo pagamento irá ocorrer no exercício seguinte.

Conforme referido na Nota 10, durante o exercício de 2014, a APA e a APFF celebraram Contratos de Concessão de instalações destinadas a atividades da pesca e serviços conexos no porto de pesca costeira de Aveiro e no porto da Figueira da Foz. A celebração destes Contratos de Concessão resultou das negociações iniciadas no exercício de 2013, com vista à resolução do litígio existente relativo às taxas de movimentação do pescado, faturadas pela Empresa e pela subsidiária APFF, mas que se encontravam em fase de cobrança coerciva.

A celebração destes contratos irá originar a emissão, em 2015, das seguintes notas de crédito e faturas:

	<u>APA</u>	<u>APFF</u>	<u>Total</u>
Notas de crédito a emitir	(2.420.052)	(367.031)	(2.787.083)
Faturação a emitir	2.137.868	-	2.137.868
	<u>(282.184)</u>	<u>(367.031)</u>	<u>(649.215)</u>

## 20 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os saldos de fornecedores mais significativos referem-se às seguintes entidades:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fornecedores - conta corrente	887.035	69.699
Facturas - facturas em recepção e conferência	991.375	203.264
Fornecedores - Cauções	43.889	54.403
	<u>1.922.298</u>	<u>327.366</u>

## 21 Vendas e Prestações de Serviços

O montante das prestações de serviços reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados, é detalhado como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Prestações de serviços:		
Tarifas de uso do porto - Carga	-	1.180.727
Tarifas de uso do porto - Navio	2.952.871	1.968.126
Amarrar e desamarrar	327.162	520.073
Armazenagem	908.221	314.079
Estacionamento	196.614	268.409
Pilotagem	1.216.246	1.637.736
Tarifas de uso de equipamento	590.410	1.028.297
Serviços secundários	18.100	13.516
	<u><u>6.209.624</u></u>	<u><u>6.930.963</u></u>

As prestações de serviços estão relacionadas com as atribuições da Empresa e da sua subsidiária, as quais se encontram descritas na Introdução a este anexo.

Com efeitos a partir de 1 de maio de 2013, por Despacho do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, a tarifa TUP Carga foi reduzida em 50% face à que se encontrava em vigor a essa data, contribuindo, assim, para o decréscimo ocorrido na prestação de serviços à carga.

Posteriormente e por determinação do IPTM, I.P., de 16 de janeiro de 2014, aquela tarifa foi totalmente eliminada (redução de 100%), com efeitos reportados a 01 de janeiro de 2014.

## 22 Subsídios à Exploração

O montante dos subsídios à exploração reconhecido na demonstração consolidada dos resultados dos exercícios de 2014 e de 2013, é detalhado como segue:

Descrição	Entidade	Recebido e/ou a receber		Reconhecido como rendimento		A reconhecer	
		2013	2014	Em 2013	Em 2014	2013	2014
Dragagem porto de abrigo - AFF	PIDDAC	455.024	-	455.024	-	-	-
Dragagem manutenção dos fundos do porto da Figueira da Foz	PIDDAC	-	612.174	-	612.174	-	-
Dragagem manutenção dos fundos do porto de Aveiro	PIDDAC	-	612.174	-	612.174	-	-
Projecto Logística CENCYL	FEDER	49.975	6.241	46.301	6.241	3.675	-
Outros	FEDER	-	289	-	289	-	-
		<u>504.999</u>	<u>1.230.878</u>	<u>501.324</u>	<u>1.230.878</u>	<u>3.675</u>	<u>-</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a subsidiária APFF recebeu do PIDDAC um montante de €612.174 (2013: 455.023) para fazer face às dragagens de manutenção, tendo reconhecido como rendimento do exercício um montante de €612.174 (2013: €455.023).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a APA recebeu do PIDDAC a importância de €612.174 para fazer face a dragagens de manutenção, tendo reconhecido como rendimento do exercício um montante de €612.174. adicionalmente, recebeu do Feder um montante €26.586, tendo a receber um montante adicional de €17.028, conforme evidenciado na Nota 12.

## 23 Fornecimentos e Serviços Externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b>Serviços especializados:</b>		
Trabalhos especializados	458.704	294.522
Publicidade e propaganda	40.634	46.302
Vigilância e segurança	493.347	457.108
Honorários	64.155	62.537
Conservação e reparação	3.857.680	1.189.106
Outros	107.462	5.013
<b>Materiais</b>	52.213	54.185
<b>Energia e fluídos</b>	672.059	767.731
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	16.312	17.415
<b>Serviços diversos:</b>		
Rendas e alugueres	85.530	77.441
Comunicação	67.462	69.206
Seguros	44.652	38.498
Contencioso e notariado	2.967	6.900
Despesas de representação	9.075	8.273
Limpeza, higiene e conforto	39.029	76.096
Outros	77.505	150.096
	<u><b>6.088.788</b></u>	<u><b>3.320.428</b></u>

Nos Fornecimentos e Serviços Externos registou-se um aumento de 2.768.360 euros, face a 2013. Parte significativa deste aumento diz respeito a gastos com a Conservação e Reparação (com uma variação desfavorável de 2.668.575 euros), pelo facto do gasto com as dragagens de manutenção da APFF, S.A ter sido superior ao do exercício de 2013, em €225.144 , e na APA, S.A. ter sido realizada uma dragagem de manutenção, no montante de €2.468 milhares, integrada no plano de intervenções, a realizar entre 2014 e 2016, o qual corresponde a um esforço financeiro para recuperação de 8 anos de dragagens operacionais que, em condições normais de acessibilidade marítima, teriam sido realizadas em exercícios anteriores.

## 24 Gastos com o Pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante os exercícios de 2014 e de 2013, foram como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Remunerações		
Órgãos sociais	203.336	235.419
Pessoal	4.844.475	4.982.755
	<u>5.047.811</u>	<u>5.218.174</u>
Encargos sobre remunerações	1.175.640	1.125.974
Gastos de ação social	29.602	38.782
Outros	137.146	95.973
	<u>1.342.389</u>	<u>1.260.729</u>
	<u>6.390.199</u>	<u>6.478.903</u>

Durante o exercício o número médio de empregados ao serviço do Grupo foi de 134 (2013: 140 funcionários).

As remunerações do pessoal incluem, para além das remunerações base, outras remunerações acessórias, constantes da Portaria n.º 1098/99, de 21 de dezembro.

À semelhança do já verificado no exercício anterior, em 2014 o Grupo não aplicou as orientações relativas às remunerações vigentes em 2014, nomeadamente as medidas de redução remuneratória previstas no Artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento de Estado para 2014), por ser entendimento do Conselho de Administração que o estabelecido nos Despachos do Secretário de Estado da Administração Pública, n.º 1695/2013-SEAP, de 5 de junho de 2013, e do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transporte e Comunicações, de 7 de junho de 2013, se mantém válido para o exercício de 2014, com fundamento no previsto no n.º 13 do Artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e no n.º 12 do Artigo 2º da Lei nº 75/2014, de 12 de setembro.

## 25 Outros Gastos e Perdas

A rubrica Outros gastos e perdas analisa-se como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Impostos (i)	282.730	293.821
Dívidas incobráveis	554	44.669
Donativos	34.203	30.322
Quotizações	15.006	14.050
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	3.614	62.699
Outros (ii)	281.664	616.522
	<u>617.770</u>	<u>1.062.084</u>
Reversão - Subsídios ao investimento (ver Nota 16)		
- FEDER	28.234	-
- PIDDAC	456.622	-
	<u>484.856</u>	<u>-</u>
	<u><u>1.102.626</u></u>	<u><u>1.062.084</u></u>

(i) Com a extinção do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos (IPTM) através do Decreto-Lei n.º 7/2012, de 17 de Janeiro, a comparticipação de 5% das receitas de exploração de cada porto, exceto serviços de pilotagem, que vinha sendo processada a favor deste Instituto, e que se encontra relevada nesta rubrica, passou, a partir do exercício de 2013, a ser processada da seguinte forma:

- Comparticipação de 3% à Direção Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), de acordo com o estipulado na Portaria n.º 184/2013, de 16 de maio, e;
- Estimativa para a comparticipação de 2% que, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 236/2012, de 31 de outubro, será considerada receita do IMT, I.P. Instituto da Mobilidade e dos Transportes. A estimativa de 2% corresponde ao valor máximo aplicável, cujo Despacho Conjunto ainda não se encontrava publicado na data de encerramento das contas do exercício de 2014.

(ii) No exercício de 2013, os “Outros” incluíam um montante de €567.100 relativo ao reconhecimento como gasto do estudo de viabilidade técnico-financeira para a concessão Terminal Norte (Sector Norte e Graneis Líquidos). Decorrente da intenção da Comunidade Portuária de Aveiro,

na qual a Empresa se integra, de implementar um novo modelo de operação portuária, que visava garantir a harmonização do atual regime de licenciamento em todo o porto, o referido montante, inicialmente registado como um ativo intangível, foi levado a gasto no exercício de 2013.

## 26 Outros Rendimentos e Ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos analisa-se como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Rendimentos de ocupações (i)	5.574.939	5.597.095
Amortização de subsídios ao investimento (ver Nota 16)	2.536.760	2.420.432
Imparidade - subsídios ao investimento (ver Nota 16)	-	333.776
Rendimentos de concessões (ii)	2.358.909	1.798.361
Concessões a reverter (iii)	3.085.879	3.103.769
Fornecimentos diversos (iv)	779.507	787.816
Penalidade contratual (v)	261.890	-
Venda de inertes	244.077	176.181
Recolha de resíduos	43.568	46.569
Proveitos suplementares	104.064	45.862
Reversão de ativos concessionados (vi)	-	1.178.292
Descontos pronto pagamento obtidos	5.292	110.231
Outros	124.412	371.736
	<u><u>15.119.298</u></u>	<u><u>15.970.119</u></u>

(i) Os rendimentos de ocupações referem-se aos valores faturados pelo Grupo ao abrigo de contratos de concessão de uso privativo. De acordo com o estabelecido nos referidos contratos, como contrapartida das parcelas cedidas, o Grupo recebe um montante fixo determinado em função da área concedida.

(ii) Os rendimentos de concessões correspondem aos valores faturados a concessionários de serviço público e de uso privativo a operar nas instalações do porto de Aveiro e porto da Figueira da Foz, de acordo com o tarifário definido contratualmente.

(iii) Resultado da aplicação da política contabilística definida na Nota 3.6, no que se refere a ativos de concessões que, no final do período contratual, revertem gratuitamente para o Grupo. A contrapartida do registo dos ativos é efetuada na rubrica “Rendimentos a reconhecer”, sendo o correspondente rendimento reconhecido na demonstração consolidada dos resultados, linearmente, na rubrica “Outros rendimentos”, durante o período da concessão (ver Nota 13).

(iv) Os fornecimentos e serviços diversos referem-se, fundamentalmente, ao rendimento proveniente do fornecimento de energia e água a entidades instaladas no porto de Aveiro e porto da figueira da Foz, assim como a navios.

(v) A penalidade contratual resulta da estimativa do valor a debitar a uma concessão de uso privativo, pelo facto das quantidades movimentadas terem sido inferiores às mínimas estabelecidas contratualmente.

(vi) No decorrer do exercício de 2013, verificou-se a reversão, a favor da APA, dos ativos associados à concessão da BEMSECA - Comércio de Bacalhau, S.A. (€109.330) (ver Notas 5 e 7). Adicionalmente, reverteu a favor da APA, os armazéns de comerciantes da DOCAPECA - Portos e Lotas, S.A. (€1.068.962) (ver Nota 5).

## 27 Gastos e Rendimentos Financeiros

O custo de financiamento líquido em 2014 e 2013 apresenta-se como segue:

	<u>2013</u>	<u>2013</u>
<b>Gastos financeiros</b>		
Juros suportados	<u>111.100</u>	<u>111.624</u>
	<u><b>111.100</b></u>	<u><b>111.624</b></u>

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b>Rendimentos financeiros</b>		
Juros obtidos - Aplicações financeiras	89.332	102.246
Juros de mora debitados a clientes	<u>115.035</u>	<u>77.271</u>
	<u><b>204.367</b></u>	<u><b>179.517</b></u>

## 28 Imposto sobre o Rendimento (IRC)

A Empresa e a sua subsidiária encontram-se sujeitas ao Regime especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), previsto no Artigo 69º do Código do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

As declarações anuais de rendimentos encontram-se sujeitas a revisão e eventual ajustamento por parte das Autoridades Fiscais durante um período de 4 anos. No caso de serem apresentados prejuízos fiscais, as declarações de rendimento podem ser sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais até ao período em que os mesmos possam ser utilizados. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Empresa, de que não haverá correções significativas ao imposto sobre o rendimento registado nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas Demonstrações Financeiras Consolidadas é conforme segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Taxa de imposto	23,00%	25,00%
Derrama Municipal	1,50%	1,50%
Derrama Estadual:		
- Lucro Tributável entre €1,5 milhões e €7,5 milhões	3,00%	3,00%
- Lucro Tributável acima de €7,5 milhões	5,00%	5,00%
<b>Taxa média ponderada aplicável ao Grupo</b>	<b><u>24,50%</u></b>	<b><u>26,50%</u></b>

O detalhe do imposto sobre o rendimento do exercício é como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Imposto s/ rendimento corrente	35.733	12.205
Imposto s/ rendimento diferido	40.723	196.031
Impostos/ rendimento de exercícios anteriores - SIFIDE 2012	-	(184.403)
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<b><u>76.456</u></b>	<b><u>23.833</u></b>

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, é conforme segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Resultado antes de Imposto	3.155.779	559.279
Variações patrimoniais positivas	-	57.647
Variações patrimoniais negativas	-	(58.427)
	<u>3.155.779</u>	<u>558.499</u>
Taxa de imposto	24,50%	25,00%
<b>Encargo teórico com IRC</b>	<b><u>773.166</u></b>	<b><u>139.625</u></b>
Gastos não dedutíveis:		
Ajustamentos tributados	236.270	726.397
Amortizações de ativos intangíveis - Concessões	562.046	553.414
Reversão imparidade - Subsídios ao Investimento	118.790	-
Imparidade em ativos fixos tangíveis e intangíveis	38.137	829.371
Outros	41.607	17
Rendimentos não tributados:		
Indeminizações por cessação de emprego	(56.337)	-
Reversão de imparidade em activos tangíveis e intangíveis	(827.061)	(821.391)
Imparidade em subsídios ao investimento	-	(83.444)
Reversão de ajustamento tributados	(539.238)	(687.191)
Rendimento de ativos intangíveis - Concessões	(756.040)	(771.470)
Outros	(21.757)	(322)
Prejuízos fiscais sem registo de imposto diferido	430.416	114.993
Tributação autónoma	14.346	12.205
Derrama Municipal	21.387	-
	<b><u>35.733</u></b>	<b><u>12.205</u></b>
Imposto s/ rendimento corrente	35.733	12.205
Imposto s/ rendimento diferido	40.723	196.031
Imposto s/ rendimento - SIFIDE 2012	-	(184.403)
Imposto s/ rendimento	<b><u>76.456</u></b>	<b><u>23.833</u></b>
Taxa efetiva de imposto	2,4%	4,3%

Durante o exercício de 2013, a Empresa reconheceu nas suas Demonstrações financeiros o crédito do SIFIDE relativo ao exercício de 2012, nos montantes de €184.403, após validação dos mesmos pela Comissão Certificadora e apresentação da declaração de substituição à declarações de rendimento desses exercícios. Este crédito fiscal resulta das despesas de investigação e desenvolvimento (I&D)

suportadas pela Empresa no exercício de 2012, suscetíveis de ser elegíveis para efeitos do Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE) previsto no Decreto-Lei n.º 249/2009, de 23 de setembro, o qual foi republicado pelo Decreto-Lei n.º 82/2013, de 17 de junho (Código Fiscal ao Investimento). Neste sentido, a Empresa apresentou candidatura à Comissão Certificadora para os Incentivos Fiscais à I&D Empresarial, tendo obtido no exercício de 2013 a declaração comprovativa de que as atividades realizadas corresponderam efetivamente a ações de I&D enquadráveis no SIFIDE.

Os prejuízos fiscais disponíveis em 31 de dezembro de 2014, sujeitos a confirmação pela Autoridade Tributária, ascendem a €5.062.831, e podem ser deduzidos aos futuros lucros tributáveis do Grupo como segue:

Ano	Valor	Ano limite para utilização
2011	2.517.347	2016
2013	1.038.273	2018
2014	1.507.211	2026
	5.062.831	

O Grupo optou por não proceder ao reconhecimento contabilístico de ativos por impostos diferidos, nomeadamente sobre as perdas fiscais reportáveis e sobre os ajustamentos de valor para além dos limites legais, atendendo à difícil previsão quanto à sua materialização como benefício.

## 29 Compromissos

Os compromissos assumidos pelo Grupo, à data do balanço consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 são como segue:

	2014	2013
APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A.	58.993	143.613
APFF - Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A.	6.771	32.277
	65.764	175.890

Os compromissos assumidos pela APA referem-se, essencialmente, ao contrato da Empreitada de Reconfiguração da barra do Porto de Aveiro e os assumidos pela APFF ao contrato de empreitada de instalação e colocação de uma torre de iluminação no Porto de Pesca Costeira e o fornecimento e colocação de um Radar/Piloter e um sensor de vento.

### 30 Matérias Ambientais

O Grupo no âmbito do desenvolvimento da sua atividade incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como um gasto nos resultados operacionais do exercício.

Os dispêndios de carácter ambiental incorridos para preservar recursos ou para evitar ou reduzir danos futuros, e que se considera que permitem prolongar a vida ou aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pela Empresa, são capitalizados. Durante os exercícios de 2014 e de 2013 o Grupo não capitalizou encargos de carácter ambiental.

Os gastos de carácter ambiental registados nos exercícios de 2014 e de 2013 foram como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A.	77.149	46.143
Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A.	47.735	22.828
	<u><u>124.884</u></u>	<u><u>68.971</u></u>

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não se encontra registado nas Demonstrações Financeiras Consolidadas qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração do Grupo que não existem a essa data obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para o Grupo.

### 31 Partes Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Empresa é controlada pelo Estado Português - Direção Geral do Tesouro e Finanças, que detém 100% do seu capital. Por sua vez, a Empresa detém uma participação representativa do capital social da Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A, integradas nestas Demonstrações Financeiras Consolidadas pelo método da consolidação integral.

(i) Transações com subsidiárias

Durante os exercícios de 2014 e de 2013, as transações mais significativas entre a Empresa e a sua subsidiária foram como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Serviços prestados		
Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A.	96.281	93.195
	<u>96.281</u>	<u>93.195</u>

(ii) Saldos com a subsidiária

No final dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os principais saldos resultantes de transações efetuadas com a subsidiária são como segue:

	<u>2014</u>	<u>2012</u>
Outras contas a receber		
Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A.	1.850	667
	<u>1.850</u>	<u>667</u>

No processo de consolidação de contas, os saldos e as transações entre a Empresa e a sua subsidiária foram eliminados.

## 32 Ativos e Passivos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, o Grupo não apresentava qualquer ativo que pudesse ser classificado como contingente.

Em 31 de dezembro de 2014, os principais processos que o Grupo tinha em curso eram os seguintes:

### APA:

(i) Processo a decorrer no Tribunal Administrativo de Aveiro, no qual a TCGL - Terminal de Carga Feral Graneis de Leixões, S.A. e Aveiport, Lda. requerem a anulação de Contrato de Concessão para ocupação de uma parcela dominial no Terminal de Granéis Sólidos do Porto de Aveiro; e

(ii) Processo a decorrer no Tribunal Administrativo de Aveiro no qual a Securitas - Serviços e Tecnologia Segurança, S.A. intentou uma ação administrativa especial visando a apreciação da legalidade do ato de adjudicação e do contrato no "Concurso Público para a Prestação de serviços de Vigilância Humana na área de jurisdição da APA e Plataforma de Cacia" e ainda reconhecimento do direito ao arbitramento de uma indemnização. Foi proferido Acórdão que indeferiu todos os pedidos da Autora, tendo esta interposto recurso para o TCA Norte.

### APFF:

(i) Ação Administrativa Comum, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, movida contra o extinto IPTM - Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P., agora representado pelo Estado/Ministério Público e a Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A., na qual a empresa Figueirense de Pesca, Ld.<sup>a</sup> reclama indemnização no montante de 100.000 euros;

(ii) Ação de Processo Comum a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra por ter sido declarado incompetente o Tribunal Marítimo de Lisboa, intentada por Barba Rija Unipessoal, Lda contra a APFF, na qual peticiona a sua condenação ao pagamento de quantia a determinar em sede de liquidação de sentença, correspondente ao prémio de abate da embarcação "Farihão" ou ao seu valor comercial à data do afundamento; e

(iii) Ação Administrativa Comum a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, movida contra a APFF, na qual a Cooperativa Dádiva do Mar, CRL reclama indemnização no montante de 60.000 euros.

A Administração considera que dos processos acima mencionados não resultará qualquer encargo, pelo que os mesmos foram considerados como contingentes.

### 33 Empresas Consolidadas

A única subsidiária incluída na consolidação à data de 31 de dezembro de 2014 e de 2013, é a seguinte:

	2014	2013
Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A.		
Ativos	15.088.331	14.319.465
Passivos	1.460.065	1.010.064
Capitais próprios	13.628.266	13.309.402
Volume de negócios	3.216.635	3.644.991
Lucro / (prejuízo)	185.721	(1.441.357)
Percentagem detida	100%	100%

### 34 Eventos Subsequentes

Não são conhecidos eventos posteriores a 31 de dezembro de 2014 que possam influenciar a apresentação e interpretação das Demonstrações Financeiras Consolidadas reportadas a 31 de dezembro de 2014.

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração

